

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: O ESTADO DA ARTE NAS PRODUÇÕES
ACADÊMICAS EM PSICOLOGIA**

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Natal
MARÇO - 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: O Estado da Arte nas Produções Acadêmicas em Psicologia

Dissertação elaborada sob orientação da Professora Dra. Rosângela Francischini e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Natal
MARÇO – 2010

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Mello, Leonardo Cavalcante de Araújo.

Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes : o estado da arte nas produções acadêmicas em psicologia / Leonardo Cavalcante de Araújo Mello. – 2010.

229 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Francischini.

1. Crime contra a criança. 2. Crime sexual. 3. Pesquisa qualitativa. 4. Psicologia – Pesquisa. I. Francischini, Rosângela. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 159.922.7

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação "Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: O Estado da Arte nas Produções Acadêmicas em Psicologia", elaborada por "Leonardo Cavalcante de Araújo Mello", foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 10 de Março de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosângela Francischini

Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes de Sousa

Profa. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira

*Somos o que fazemos,
principalmente, o que fazemos
para mudar o que somos.*

(Eduardo Galeano)

Dedico este trabalho aos meus pais, Ancelmo da Silva Mello e Elvira Cavalcante de Araújo Mello, que iluminam minha vida com todo o amor que me dedicam, e às minhas irmãs, Tássia, Talita e Larissa, companheiras astrais que transcendem a existência física. Amo vocês.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente aos meus pais, Ancelmo e Elvira, por todo apoio incondicional que me oferecem em minha formação, profissional e humana, por toda a educação que me dão cotidianamente, pelos exemplos de vida, simplicidade, trabalho e lutas diárias, pela forma como enxergam o mundo e nossos iguais, e principalmente pela fonte de amor sempre disponível e inesgotável. Amo vocês imensamente.

À minhas irmãs, Tássia, Talita e Larissa, companheiras de longas datas astrais, companheiras de lutas cotidianas, amigas para qualquer hora, fonte de amor inesgotável. Amo vocês por demais.

À minha orientadora e madrinha de formatura, Professora Dra. Rosângela Francischini, por ser parte tão importante de minha formação profissional e acadêmica, pela dedicação, carinho e amor direcionados ao poético ofício da docência. Agradeço pela minha iniciação no mundo da pesquisa, pelos inúmeros ensinamentos acadêmicos e cotidianos ofertados, pelos ensinamentos poético-musicais, pela amizade verdadeira, pelos “puxões de orelha” oportunos e pedagógicos. Muito obrigado madrinha, você é muito especial pra mim.

À Professora Sônia Margarida Gomes de Sousa, pela leitura atenta e cuidadosa de meu trabalho nos dois seminários de dissertação, e na banca de defesa, além de outross momentos em que recorri à sua ajuda e com enorme prontidão e satisfação se colocou à disposição. Muito obrigado professora!

À Professora Maria Regina de Ávila Moreira, pela leitura atenta de meu trabalho e pelas considerações feitas. Muito obrigado professora!

Aos queridos amigos-irmãos Eduardo (Dudu), Clóvis, Rafael (sagüi), Rafael (maldito), Felipe (felipeta), Marujo (Thiago), Thiago Félix, Vitor e Heitor. Vocês são parte indispensável em minha história, e muito do que sou atribuo também a vocês. Me ajudam a compreender o quão potente e transformadora é a amizade, em momentos de alegria, dor, celebração e meditação. Vocês moram em meu coração.

Às queridas amigas, que amo imensamente, devagar e loucamente, Lyna, Maíra, Martha, Kalliny, Clariana. Obrigado por existirem em minha vida.

Aos companheiros de todas as formações de triunviratos no nosso querido “Apê do mal”: Berit, Zezinho (Victor Hugo), e especialmente Tadeu e Marcel, com quem pude conviver de perto durante os primeiros meses do mestrado, e reconhecer neles irmãos pra toda a vida. Agradeço também aos “Cavaleiros Boêmios do

Apocalipse”, Breno, Albert e Beijo (Anderson), companheiros de farras e alegrias sem fim.

À minha amada, de todo coração, Malditinha (Candida de Souza). Minha companheira em todo o processo de construção dessa dissertação, ora como aluna de iniciação científica vinculada ao meu trabalho, ora como amiga presente em diversificados momentos do turbilhão de emoções que é o mestrado. Te amo.

À minha querida e amada Tatiana Minchoni (xuxu), companheira de mestrado, de conversas, de alegrias e tristezas, sonhos e viagens (físicas e astrais). Força em momentos difíceis, alegria constante e amor imensurável.

À Keyla, minha Mafalda, amiga e futura pesquisadora de altíssima qualidade, a quem dedico um amor único e especial, pelas conversas, desabafos e ensinamentos (acadêmicos ou não). Amo você.

À minha querida Sol (Soraya Andrade). Tão poeta quanto o nome sugere. Agradeço por ter vivido uma parte de sua existência comigo. Agradeço por iluminar meus dias, mesmo agora, à distância. Agradeço por me compreender, me entender tão unicamente, me repreender tão docemente, me ensinar tão poeticamente. Não esquecendo o agradecimento pela leitura atenta e carinhosa deste trabalho, num esforço de revisão. Te amo.

Aos meus queridos amigos de programa de pós graduação, em especial todos os colegas de turma: Adriana, Aline, Karine, Márcia, Helena, Emanuelle, Joana e Karin.

Um agradecimento especial ao meu amigo Felipe Valentini (El Cabrón), que veio de longe e reconheceu aqui muitos irmãos e iguais. Tenho o privilégio de ter sido um desses.

Outro agradecimento às flores da turma de 2008.2: Raquel, Isabel, Hannia e Ana Vlória. Vocês são muito importantes!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Em especial ao professor Oswaldo Yamamoto, pelos ensinamentos e acolhimento, à professora Isabel Fernandes, pelo companheirismo, prontidão em ajudar (mesmo que o tempo esteja corrido), pelos ensinamentos valiosos e acolhimento, à professora Ilana Paiva, pela amizade, ensinamentos e companheirismo durante boa parte do mestrado, quando a conheci. Um agradecimento especial também à professora Geórgia Sibeles, pela amizade, leveza e a forma poética como leva a vida, as amizades e a docência (um beijo em seu coração!).

Agradeço à Neide, minha madrinha e mãe de coração, pelos cuidados dedicados a mim.

À todos da minha família que me apoiaram em algum momento e que sempre torcem por mim e minha família natalense.

Agradeço também à Cilene, nosso anjo da guarda durante todo o curso!

À Capes, pela concessão de bolsa de estudos para a realização dessa pesquisa.

Sumário

Resumo	11
Abstract	12
Carta ao leitor	13
1. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: considerações iniciais	16
1.1 A evolução do Conceito Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes	19
1.2 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: algumas especificidades do fenômeno	25
1.3 As Políticas Sociais e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes	33
1.3.1. Atendimento à infância e adolescência no Brasil: da caridade às políticas públicas	33
1.3.2. As políticas voltadas à violência sexual contra crianças e adolescentes: um pouco de história	39
2. Considerações sobre o Método	54
2.1 A pesquisa “Estado da Arte”	54
2.2 Procedimentos de construção do <i>corpus</i> da pesquisa: métodos de recuperação e análise	56
2.2.1 A pesquisa: busca dos trabalhos	58
2.3 Análise e discussão do corpus: a análise de conteúdo temática	61
3. Análise do <i>corpus</i>: o olhar sobre as produções acerca da ESCCA em Psicologia	64
3.1 Eixo de análise 1: Conceitos e seus elementos constitutivos	66
3.1.1 Análises e discussões dos manuscritos	69
3.1.2 Considerações sobre as análises e discussões	188
3.2 Eixo de análise 2: Estratégias teórico-metodológicas	189
4. Referências	209
Apêndices	217
Anexos	226

Resumo

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) é um fenômeno que vem tendo prioridade nas agendas de políticas públicas de muitos governos democráticos dos países ocidentais e setores da sociedade civil, além de se constituir em objeto de estudos em diferentes áreas de conhecimento. A Psicologia figura-se dentre essas áreas e é considerada uma das referências na construção de conhecimento e de ações para enfrentamento do fenômeno. Contudo, as bases epistemológicas da ciência psicológica são bastante diversas, e logo, diversos são seus discursos, saberes produzidos e formas de se conceber o homem e o mundo. Tal fato é evidente nas publicações da psicologia que tratam da ESCCA. Assim, este trabalho tem por objetivo realizar um “estado da arte” das produções em psicologia no Brasil (em programas de pós-graduação – através de teses e dissertações - e periódicos da área) sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Mais especificamente se buscará evidenciar (a) que concepções de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes os autores elencam, (b) o que visam as pesquisas e produções, (c) como são justificadas as pesquisas e temáticas, e (d) a que abordagens teóricas os autores se filiam e que possibilidades metodológicas recorrem para o alcance do(s) objetivo(s) proposto(s) em seus trabalhos. Para tanto, foi realizado um levantamento nos principais sites indexadores (por exemplo, BVS-Psi, periódicos Capes, Bancos de teses e dissertações de bibliotecas universitárias) do material, referente ao período de 1990 a 2007. Por meio de pesquisas nesses sites, foi construído um banco de dados, comportando informações referentes aos trabalhos buscados a partir de descritores específicos para estudos na área de vitimização de crianças e adolescentes, tendo como referência uma lista fornecida por Faleiros (2000). Após leitura do resumo dos trabalhos, chegou-se ao número de 25 produções recuperadas – dentre teses, dissertações e artigos. Para análise do material recorreu-se à análise de conteúdo temática. Foram estabelecidos 2 eixos temáticos norteadores das análises: elementos conceituais da exploração sexual comercial, e estratégias teórico-metodológicas empregadas. Os eixos têm como referência para análise capítulo construído acerca do conceito de exploração sexual comercial, de forma que todas as análises se ancoraram neste. As análises apontam para a existência, ainda forte, de confusão conceitual e terminológica acerca da ESCCA. Poucos trabalhos não apresentam essa confusão, mantendo um percurso teórico consistente. Em relação às estratégias teórico-metodológicas há uma grande diversidade de abordagens na psicologia cercando o fenômeno da ESCCA, enriquecendo os patamares de ação e compreensão. Tal diversidade reflete a heterogeneidade constitutiva da ciência psicológica. Destacamos a perspectiva da Psicologia sócio-histórica, com maior frequência dentre os referenciais que comparecem. Espera-se que essa pesquisa ajude no avanço qualitativo de abordagem à ESCCA, principalmente no campo da Psicologia, além de contribuir para novas pesquisas na área e construção de novas práticas de enfrentamento dessa violação de direitos humanos.

Palavras-chave: Exploração sexual comercial; Crianças e adolescentes; Estado da arte; Pesquisa qualitativa; Produção do conhecimento.

Abstract

The Commercial Sexual Exploitation of Children and Adolescents (ESCCA) is a phenomenon that has been given priority in public policy agenda of many democratic governments of Western countries and civil sectors of society, besides the object of studies in different fields of knowledge. Psychology is among these areas and is considered one of the references in the construction of knowledge and actions to confront the phenomenon. However, the epistemological foundations of psychological science are quite different, and so, several are his speeches, knowledge produced and ways of conceiving man and the world. This is evident in the publications of psychology on ESCCA. This work aims to achieve a “state of the art” of psychology publication in Brazil (in the post-graduation - through theses and dissertations - and journals) on the Commercial Sexual Exploitation of Children and Adolescents. More specifically try to evidence (a) what conceptions of commercial sexual exploitation of children and adolescents the authors lists, (b) what are aimed at research and publications, (c) how the research and issues are justified, and (d) that theoretical approaches the authors are affiliated and methodological possibilities are applied to range the aim proposed in their work. In order to do so, a survey was conducted in the major index sites (eg, BVS-Psi, Capes, theses and dissertations database of university libraries) of the material, covering the period 1990 to 2007. Through research on these sites, we built a database, including information relating to the work sought from specific descriptors for studies in the area of victimization of children and adolescents, with reference to a list provided by Faleiros (2000). After reading the summary of the work, the number of recovered 25 productions was reached - including theses, dissertations and articles. For analysis of the material used in the analysis of thematic content. Two axes themes were established in order to guide the analysis: conceptual elements of commercial sexual exploitation, and theoretical and methodological strategies employed. The axes have as reference for analysis a chapter built on the concept of commercial sexual exploitation, so that all analysis is anchored on it. The analysis points to the existence, still strong, conceptual and terminological confusion about ESCCA. Few studies have not demonstrated this confusion, maintaining a consistent theoretical approach. In relation to the theoretical and methodological strategies, there is a great diversity of approaches in psychology surrounding the phenomenon of ESCCA, enriching levels of understanding and action. This diversity reflects a constitutive heterogeneity of psychological science. We emphasize the perspective of socio-historical psychology, most frequently among the publications. It is hoped that this research will help advance the qualitative approach to ESCCA, especially in the field of psychology, as well as contribute to new research in the area and construction of new means of addressing this human rights violation.

Keywords: Commercial sexual exploitation; children and adolescents; State of the art; qualitative research; knowledge production.

Carta ao leitor

Início esta dissertação com uma carta ao leitor, acreditando ser de bom grado que alguns esclarecimentos sobre a forma como foi pensado este manuscrito sejam feitos, antes que qualquer conteúdo teórico.

O sumário sugere que de alguma forma a estrutura desta dissertação não seguirá formas tradicionais de se esquematizar trabalhos desta natureza. Não pretendo utilizar-me de recursos como *apresentação*, *introdução*. Esses itens estão diluídos aqui, nesta carta.

Seguindo uma postura pautada na psicologia sócio-histórica, da tradição russa, orientada pelo pensador Lev Semenovitch Vygotsky, acredito ser necessário situar o leitor do lugar de onde estou falando. Aqui foram analisados vários trabalhos, de diversas matrizes teóricas, tal como é conformada a psicologia. Assim, nesta carta, buscarei definir que compreensão tenho do fenômeno *Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes*, em que aporte teórico sustento meu percurso, quais meus pressupostos e que discussão perpassa esse olhar. Para tanto, autores e obras considerados de referência no estudo desta área foram utilizados. Trabalhos frutos de investigações realizadas em programas de pós-graduação em psicologia (teses) e artigos científicos publicados em periódicos de psicologia foram utilizados para a construção do conceito de Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes aqui adotado, além de documentos nacionais e internacionais que se detém sobre a temática. São trabalhos que têm seus pressupostos os mais próximos possíveis do que se considera de matriz sócio-histórica, baseados epistemologicamente no materialismo histórico e dialético. É interessante ressaltar também que alguns destes trabalhos utilizados para a construção deste referencial compareceram ao banco de trabalhos construído,

constituindo parte do *corpus* de análise da presente dissertação. Isto acontece por se enquadrarem nos objetivos e justificativas aqui anunciados.

Da mesma maneira, situarei mais profundamente o leitor sobre como concebo uma pesquisa denominada estado da arte, de que formas compus o banco de dados constituinte do *corpus*, como foi esse processo, além de apontar a que referenciais recorri para análise do material. De antemão, adianto que este tipo de pesquisa ampara-se e justifica-se na importância existente nos balanços do estado do conhecimento vigentes numa determinada área de pesquisa. O estado da arte pode identificar teoria e método dominantes, pôr em relevo aspectos do objeto de estudo, desvendar em que medida pesquisas recentes relacionam-se com anteriores, além de progredir na compreensão do objeto de estudo pela ampliação do que já se conhece ou da superação de concepções anteriores (Angelucci, Kalmus, Paparelli & Patto 2004; Ferreira, 2002). Assim, a pesquisa tem a possibilidade de clarificar continuidades e descontinuidades teórico-metodológicas na produção do conhecimento na área, a não cristalização do saber, além de legitimar a instituição pesquisa como *lócus* de constante movimento e construção de novos saberes e caminhos.

Como já exposto anteriormente, este trabalho tem como objetivo principal mapear e discutir a produção acadêmica, que situa a psicologia como referência teórica ou como um dos operadores para ações e estudos da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil.

A pesquisa tem caráter documental e recorre à leitura de resumos ou produções, na íntegra, de dissertações de mestrado e teses de doutorado indexados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou em bibliotecas virtuais de teses e dissertações, já existentes em diversas Instituições de Ensino Superior no país, além de publicações em periódicos científicos (de psicologia),

também disponíveis *on line*. O material a ser analisado compreende o período de 1990 a 2007. Justifica-se este pelo fato de que foi no ano de 1990 que entrou em vigor a Lei 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, inaugurando no Brasil a chamada “Doutrina da Proteção Integral”, e que, pela primeira vez, dá *status* de sujeitos de direitos às crianças e adolescentes no país. Inaugura, também, a proteção legal acerca dos direitos sexuais dessa população. Além disso, pode-se justificar o período também pelo fato de que a autora Sônia M. G. Sousa (2000), em sua tese de doutorado, dedicou um capítulo de seu trabalho à construção de um estado da arte acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, compreendendo o período das décadas de 1980 e 1990, fato este que acoberta esse período e o anterior a esse, pois não há produções sobre a temática, no Brasil, antes desse momento histórico.

Categorizei os estudos sobre a temática buscando explicitar (a) que concepções de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes os autores elencam, (b) o que visam as pesquisas e produções, (c) como são justificadas as pesquisas e temáticas, e (d) a que abordagens teóricas os autores se filiam e que possibilidades metodológicas recorrem para o alcance do(s) objetivo(s) proposto(s). Além disso, que possíveis categorias teórico-conceituais, para além das que são de alguma forma *esperadas* ao se discutir Exploração Sexual Comercial (por exemplo, violência, família, infância), podem ser explicitadas nesses estudos?

Feitos esses esclarecimentos, convido o leitor a conhecer um pouco mais sobre esse fenômeno, que existe em larga escala em nossa sociedade capitalista contemporânea, e que se configura como uma *rota alterada* na realidade de inúmeros seres humanos em condições especiais de desenvolvimento.

1. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: considerações iniciais

O fenômeno da Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes é, atualmente, prioridade das agendas de políticas públicas de muitos governos democráticos dos países ocidentais e setores da sociedade civil, além de se constituir em objeto de estudos em diferentes áreas de conhecimento, sendo o discurso da ciência psicológica bastante presente.

No Brasil, o fenômeno começou a ter uma maior visibilidade a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada no início da década de 1990, que se deteve na investigação de denúncias, em todo o país, de casos de prostituição infanto-juvenil (Libório, 2004; Sousa 2004).

Anteriormente a esse período, a criança e o adolescente no país não ocupavam lugar de preocupação tão acentuada por parte do Estado e setores da sociedade civil. A partir de uma série de ações e movimentos – como a instituição do Ano internacional da criança, em 1979, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em 1985, dentre outros –, da promulgação da Carta Constitucional de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, é que essa população foi trazida para o centro das discussões nacionais, passando-se a considerar os indivíduos que a compõem também como *sujeitos de direitos*, em substituição da categoria *menor*, outrora empregada (Sousa, 2004).

O fenômeno Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes¹ desde então vem sofrendo várias transformações conceituais, pois sua definição é fruto de percursos históricos que envolvem, dentre outras questões, o paradigma da proteção integral, inaugurado no país pelo ECA. A ESCCA em sua definição demanda a

¹ O termo “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes” será largamente utilizado ao longo de todo texto. Desta maneira, será adotada, daqui para frente, a sigla “ESCCA”, que designará o termo referido.

apresentação de concepções que abarquem suas especificidades em relação a outras formas de violência sexual (Dos Santos, 2007; Faleiros, 2000; Libório, 2004). Há uma grande discussão acerca da conceituação do fenômeno, não existindo apenas uma forma de defini-lo. A falta de precisão conceitual denota não só uma mera divergência semântica, mas remete a uma discussão de cunho epistemológico para a conceituação (Faleiros, 2000). Para esta autora, “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (Faleiros, 2000; p. 09).

A essa discussão acrescenta-se a importante colaboração de Faleiros (2000), que elucida que, anteriormente a qualquer tentativa de definição/conceituação da ESCCA, deve-se conceber a categoria *violência* como elemento constitutivo e fundante de toda ação que se queira conceituar enquanto Exploração Sexual. Violência pode ser descrita, definida (operacionalmente) como o uso da força (ou poder) objetivando alguma espécie de exclusão, abuso e aniquilamento do outro. Este outro pode vir a ser um indivíduo, grupo, segmento social ou até mesmo uma nação (país) (Minayo, 2002). A violência está intimamente ligada a relações que envolvem o uso do poder. Este passa a ser violento quando, numa relação de força (física, política, psicológica, etc.), alguém que a possui faz uso de seu exercício visando alcançar vantagens previamente definidas (Faleiros, 2005).

Minayo (2002) expõe ainda que “a violência contra crianças e adolescentes pode se constituir como todo ato ou omissão de pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à vítima” (p. 97). Faleiros (2000, 2004), Faleiros (2005) e Minayo (2002) atentam para o fato de que a violência sexual contra crianças e adolescentes se constitui em uma violação da conquista dos Direitos Humanos universais, além de se configurar como violação dos direitos de

pessoa humana conquistados historicamente por essa população, que se encontra em fase peculiar e acentuada de desenvolvimento. Faleiros (2004) indica ainda que a violação perpetrada pela violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente as inseridas no mercado do sexo², fere “seus direitos à convivência familiar e comunitária protetoras e ao trabalho não explorado, digno, seguro, adequado à idade, não-degradante, direitos esses garantidos no ECA” (p. 76).

A violência sexual esteve sempre presente na história da humanidade e sua ação não se exerce apenas em classes sociais menos abastadas; ela se manifesta em todas as classes sócio-econômicas, articulando-se ao nível de desenvolvimento e civilizatório da sociedade em que ocorre (Faleiros, 2000). Para Azevedo (1993, citada por Faleiros, 2000), esse tipo de violência

reflete, de um lado, a evolução das concepções que as sociedades construíram acerca da sexualidade humana; e de outro, a posição da criança e do adolescente nessas mesmas sociedades e, finalmente, o papel da família na estrutura das sociedades ao longo do tempo e do espaço. (pág. 08)

Faleiros (2004) acrescenta ainda a essa reflexão a compreensão de que a violência sexual, quando exercida por adultos, contra crianças e adolescentes, torna-se particularmente grave. Isto se dá tendo em vista o caráter íntimo e relacional que perpassa esse fenômeno, além da relação adulto/criança ou adolescente ser considerada por estudiosos do desenvolvimento humano como *estruturante, organizadora* de estruturas psíquicas e sociais (Faleiros, 2000, 2004; Libório, 2004; Dos Santos, 2007). Desta forma, vemos a importância de se considerar minimamente o estudo da categoria *violência* enquanto elemento constitutivo/conceitual das situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente, neste estudo em especial considerando a ESCCA.

² A discussão sobre Mercado do Sexo acontecerá mais adiante.

1.1 A evolução do Conceito Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes

A não precisão conceitual apontada por alguns autores como Faleiros (2000) e Dos Santos (2007) reflete a dificuldade de compreensão das várias categorias de violência que, embora aparentem formar uma unidade, são, em verdade, um conjunto de fenômenos com características e manifestações bastante peculiares e específicas (como, por exemplo, a negligência, abusos sexuais, prostituição, exploração sexual etc.). Para os autores, essa confusão conceitual também dificulta a construção de estratégias de intervenção adequadas a cada tipo de violência, atentando para suas especificidades e contextos.

Além disso, ainda há uma discussão no bojo da conceituação de Exploração Sexual Comercial. Vários autores (Araújo, 1996; Dos Santos, Ippolito & Neumann, 2004; Leal, 1999; Faleiros, 2000) e documentos oficiais – nacionais e internacionais (Convenção 182 da OIT, 1999; Protocolo Facultativo da Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente, 2000; Declaração de Estocolmo, 1996; Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004; citados por Dos Santos, 2007) – demonstram conceituações diferenciadas para Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes e Prostituição infanto-juvenil. Dos Santos (2007) esclarece que parece haver uma espécie de consenso entre ativistas, profissionais e autoridades do governo brasileiro envolvidos com a temática em associar todas as formas de prostituição à exploração sexual comercial. Para o autor,

a criança e o adolescente, em razão de seu *status* desempoderado (poder assimétrico) na sociedade, de sua condição de idade ou de pobreza, seriam levados à prostituição como estratégia de sobrevivência. Essas condições negativas

relativizariam qualquer possibilidade de escolha ou consentimento por parte de adolescentes envolvidos na prostituição, que não seriam ‘prostitutas’ mas sim ‘prostituídas’ ou ‘sexualmente exploradas’, numa posição de vítimas. (Dos Santos, 2007; p. 24)

Contudo, esse posicionamento não é unânime e encontra conceituações que vão desde a separação total entre exploração sexual comercial e prostituição, a posicionamentos que os igualam de forma indistinta.

Assim, teóricos de todo o mundo e do Brasil expõem a necessidade de se buscar um corpo conceitual consensual para o fenômeno da exploração sexual. Nesta direção, a década de 1990 representa um importante marco no enfrentamento do uso para fins sexuais de crianças e adolescentes. Faleiros (2000, 2004) aponta que, no Brasil, as primeiras mobilizações em torno dessa problemática aconteceram principalmente por causa da investida “organizada, sistemática e agressiva de introdução e desenvolvimento do turismo sexual no país. Mobilização esta que possibilitou importantes avanços no conhecimento e na compreensão desse fenômeno” (Faleiros, 2004; p. 76).

O incremento do turismo sexual aliado ao surgimento e grande expansão do sexo via *internet* foram fatores que ajudaram pesquisadores da área a compreender que pornografia e tráfico de pessoas para fins sexuais também se enquadravam como formas de exploração infanto-juvenil, através de um mercado, o do sexo, extremamente organizado, e ligado aos ditames do capitalismo, ou seja, regulado pela exploração para obtenção de lucro (Faleiros, 2004; Faleiros, 2005).

Sousa (2000, 2002) realizou um estado da arte da produção bibliográfica sobre Prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, considerando o período das décadas de 1980 e 1990, com o qual se pôde constatar dois momentos bastante distintos da produção

acerca da temática: inicialmente, as produções caracterizam a prostituição infanto-juvenil no contexto dos meninos e meninas de rua, nos anos 80; já o segundo momento dessa produção caracteriza-se por considerar o fenômeno de uma forma distinta e com uma identidade própria, mas ainda conceitualmente longe de uma unidade. A autora também pôde observar uma relativa escassez acerca da literatura produzida pelas instâncias acadêmicas, de forma que a maior parte das publicações encontradas na pesquisa sobre o tema é de responsabilidade/autoria de entidades/instituições não acadêmicas, circulando de modo bastante restrito.

Ainda historicamente na década de 1990, pôde-se observar significativo avanço a respeito da compreensão das dimensões política e ética acerca da exploração sexual (Faleiros, 2004). O fenômeno passa a ser tratado como uma questão de cidadania e de Direitos Humanos e sua violação passa a ser considerada um crime contra a humanidade e a história da conquistas universais asseguradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Faleiros, 2004).

Assim, considerando-se essa evolução histórica do conceito, para este trabalho será considerada a visão elucidada por Leal (1999) e que Libório (2004) corrobora. Tais autores demonstram que, após a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil, o fenômeno produziu avanços conceituais significativos, para além dos já conquistados, passando a ser concebido como “exploração sexual infanto-juvenil”. Passou-se a tratá-lo com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente respaldado por seu artigo 5º, que diz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, **exploração**, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990, grifo nosso). Quase concomitantemente a isso, diante da realidade de indefinição teórica do fenômeno, em

1996 aconteceu na cidade de Estocolmo, na Suécia, o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Comercial, no qual foi definida a adoção do termo *Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes* em substituição ao termo Prostituição Infanto-Juvenil, e aos demais termos que denotavam uma descaracterização do fenômeno e sua imprecisão conceitual. A visão supracitada, embasada em Libório (2004) e corroborada por Leal (1999), tem respaldo nas definições ratificadas pelo congresso de Estocolmo, em 1996.

Para Libório (2004), essa perspectiva foi ampliando o uso dos termos “exploração” e “violência sexual” contra crianças e adolescentes, e paulatinamente foi-se abandonando o termo “prostituição infanto-juvenil”. Este último, segundo a autora, refere-se a modos de vida de certos segmentos sociais adultos, além de que implica na possibilidade da pessoa estar optando voluntariamente por tal modo de vida, ocultando a natureza do comportamento sexualmente abusado, também alternando o enfoque que deveria ser dado a crianças e adolescentes envolvidos nesta situação. A autora também ressalta que a utilização do termo “prostituição infanto-juvenil” pode levar essa população à categoria de infratores, responsáveis pela própria situação, e não de vitimizados, como realmente o são.

Desta forma, alguns teóricos (Agência de Notícias dos Direitos da Criança - ANDI, 2003; Dos Santos, 2007) afirmam que a ESCCA é mantida socialmente por estar ligada à mesma lógica que aceita a prostituição: essa é tolerada, apesar de sofrer certa dose de discriminação, e ainda é exercida publicamente. Do mesmo modo, passa-se a também tolerar o uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo como se estivessem em igualdade de condições das pessoas adultas que exercem essa atividade. Assim, a estigmatização que é direcionada à pessoa que se prostitui (adultos) também

ocorre com crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, tendo em vista que são consideradas pessoas que estão nestas condições por escolhas próprias.

Após esse percurso histórico e discussão teórica, o presente trabalho irá considerar a ESCCA a partir da definição proposta por Leal e Leal (2002), que Faleiros (2005) corrobora, qual seja:

Uma relação mercantilizada (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). (de quem é a citação: Leal e Leal, 2002 ou Faleiros, 2005? p. 81)

Percebe-se que essa definição elenca elementos que merecem atenção, por se tratarem de fenômenos complexos, permeados por diversas teorias das ciências humanas. Destacamos aqui alguns destes termos, que serão discutidos em maior profundidade ao longo do trabalho. São eles: relação mercantilizada (expressão que carrega características próprias da concepção de exploração, no cerne da teoria marxista), mercadores, redes (a concepção de rede refere-se a tipos de organização de diversos atores e instituições, visando fins em comum), e comercialização (expressão semelhante à mercantilização, que merece um olhar cuidadoso, por relacionar-se à idéia de exploração, oriunda da teoria marxista).

Permeando a definição acima exposta, que pauta-se pelas resoluções universalmente adotadas pelo Congresso de Estocolmo³ em 1996, é feita por alguns autores (ECPAT, 2005 citado por Sousa, 2008; Faleiros, 2000, 2004) uma divisão da ESCCA em quatro modalidades, que muitas vezes co-existem simultaneamente e se

³ As resoluções do Congresso de Estocolmo, assim como seus impactos para as políticas sociais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, serão expostas e discutidas mais à frente, em seção própria. Na mesma seção também serão abordados os congressos subseqüentes, quais sejam, o de Yokohama, em 2001, e o do Rio de Janeiro, em 2008.

influenciam: Prostituição, Tráfico e venda de pessoas para fins sexuais, Pornografia, e Turismo sexual. Suas características são:

- Prostituição: atividade na qual atos sexuais são negociados em troca de pagamento (monetário, alimentício, abrigo, vestuário, consumíveis de forma geral). O termo *prostituição* de crianças e adolescentes vem sendo questionado por estudiosos e instituições que se ocupam do tema, por considerarem que essa população não escolhe estar nesta atividade, mas são levados a praticá-la devido às suas condições e trajetórias de vidas, sendo induzidas por adultos, além dos “apelos” da sociedade de consumo capitalista, que os faz precisarem de dinheiro.
- Tráfico e venda de pessoas para fins sexuais: segundo Faleiros (2004), a Assembleia das Nações Unidas (1994) definiu essa atividade como “o movimento clandestino e ilícito de pessoas através de fronteiras nacionais, principalmente dos países em desenvolvimento e de alguns países com economias em transição, com o objetivo de forçar mulheres e adolescentes a entrar em situações sexualmente ou economicamente opressoras e exploradoras, para lucro dos aliciadores, traficantes e crime organizado ou para outras atividades (por exemplo, trabalho doméstico forçado, emprego ilegal e falsa adoção)” (ONU, 1994, citado por Faleiros, 2004, p. 81). Este fenômeno envolve agressões, engano, coerção e fraudes, além de expor as crianças e adolescentes, assim como adultos, a situações similares à escravidão.
- Pornografia: trata-se da representação por qualquer meio (fotos, vídeos, revistas, espetáculos, literatura, cinema, publicidade, internet etc.) de crianças ou adolescentes dedicadas a situações sexuais explícitas, simuladas ou reais, ou a representação das partes genitais destes com finalidade de oferecer

gratificações sexuais ao usuário/consumidor destes materiais. Enquadram-se nesta categoria a produção, divulgação e consumo de materiais desta natureza.

- Turismo sexual: consiste na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por pessoas que saem de suas cidades, regiões ou países, buscando atos sexuais com estes. Esta prática articula-se facilmente com as descritas anteriormente.

Faleiros (2004) aponta que uma das dificuldades para se definir modalidades de exploração sexual comercial é justamente a articulação que possuem uma com as outras, de forma que por vezes confundem-se suas particularidades. Sousa (2008), em concordância com Libório (2004), corrobora esta visão, também afirmando que essas quatro modalidades estão diretamente inter-relacionadas, influenciando-se mutuamente, podendo inclusive gerar um ciclo vicioso. Um exemplo posto pela autora é que o tráfico e venda de pessoas para fins sexuais pode ter como consequência a prostituição, que também pode estar relacionada à produção de material pornográfico, e este por sua vez, poderá ser utilizado na divulgação ilegal de serviços sexuais em outro país ou região.

1.2 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: algumas especificidades do fenômeno

A ESCCA é um fenômeno de grande complexidade, que se reflete na dificuldade de sua identificação, além de seu imbricamento com inúmeros outros fenômenos e fatores que se co-relacionam e se co-influenciam. Nesta seção, buscaremos lançar luz sobre algumas características próprias da ESCCA, assim como fatores correlatos a esta, que permeiam toda uma gama complexa de fenômenos que caracterizam esta forma de violação dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, elencaremos aqui algumas especificidades, buscando caracterizá-las de uma forma geral. Entendemos que a

tentativa de fazer essa tarefa é delicada, pois os fenômenos, além de serem de difícil caracterização, ainda são contextuais, ou seja, carregam características históricas e temporais dos locais nos quais acontecem, obedecendo toda uma dinâmica própria, de cada contexto específico. Ainda assim, é de extrema necessidade situar minimamente essas características específicas do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil, de maneira que uma indicação mínima de sua existência já possibilita um olhar mais cuidadoso e apurado daqueles que se dedicam a estudar e intervir no fenômeno.

Enquanto aspecto específico, o Mercado do Sexo será o primeiro a ser discutido. O termo “mercado” reflete a natureza primordialmente econômica que perpassa a exploração sexual, e, desta forma, estudá-la através de um viés que prime pela perspectiva econômica, situada na sociedade capitalista de consumo, é um caminho que pode ajudar na compreensão do cerne do funcionamento da ESCCA. Ora, a própria nomenclatura do fenômeno – exploração sexual comercial – elenca dois termos próprios dos estudos que se detém a estudar as dinâmicas da sociedade capitalista contemporânea, através de um viés marxista: “exploração” e “comercial”.

Para Faleiros (2000), o sistema capitalista é estruturado na produção oriunda das propriedades privadas, que geram lucro e acumulação de capital. Aqueles que possuem meios privados que garantem a produção se valem dos que não têm acesso a esse meio, comprando sua força física, explorando essa força através da categoria conceitual trabalho⁴. Trabalho, para a teoria marxista, é a categoria fundante do sujeito, o que o distingue dos outros animais. É a capacidade de transformar a natureza, com ou sem mediação de instrumento, visando suprir suas necessidades. Através da produção é possível acúmulo de capital, gerando lucros. Dessa máxima se estrutura o comércio na sociedade capitalista contemporânea. O comércio/mercado se estrutura na troca de

⁴ A categoria conceitual “trabalho” exige um estudo aprofundado, no cerne da teoria marxista. Aqui discorreremos brevemente sobre o assunto, inserindo-o na discussão da ESCCA.

capital por bens ou serviços, se expressando na maneira como se organizam as trocas⁵ realizadas em determinados universos, por indivíduos, organizações, empresas, governos (Faleiros 2000, 2004).

Partindo desta discussão, é legítimo considerar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma relação de trabalho? Essa é uma questão que permeia a discussão de autores da área dos Direitos Humanos (Faleiros, 2000, 2004; Leal, 1999, 2008; Leal & Leal, 2002) além de documentos internacionais, como no caso da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – órgão da Organização das Nações Unidas – ONU.

A convenção 182 da OIT assinala que a ESCCA é uma das piores formas de trabalho⁶ escravo. Apesar de muitos autores não considerarem esse posicionamento, a partir da análise das relações de exploração contidas na categoria trabalho pode-se fazer uma reflexão ampla sobre como se dá a oferta e o consumo de crianças e adolescentes (Leal, 2008).

Leal (2008) aponta que essa reflexão, acerca da oferta e consumo dessa população, para fins sexuais, se constrói em nível amplo, buscando refletir

à luz do processo de reestruturação do capital, nos anos pós-70, orientado por princípios neoliberais na América Latina, a partir do ‘consenso de Washington’ – flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e regulação social entre capital e trabalho. (p. 117)

⁵ Entende-se que as trocas no processo de exploração sexual nem sempre obedecem ao binômio “mercadoria-dinheiro”, de forma que elas podem envolver objetos, serviços ou qualquer coisa que venha a suprir uma necessidade da pessoa em condição de exploração ou de seu aliciador.

⁶ Sobre esse assunto, que é controverso, é importante salientar que a legislação brasileira não concebe nenhuma forma de trabalho infantil, e para a população adolescente existem categorias específicas de trabalho – na condição de aprendiz – a partir dos 14 anos de idade. Para informações mais detalhadas, consultar lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a autora (Leal, 2008), refletir sobre a oferta e o consumo de crianças e adolescentes no mercado do sexo, no Brasil e América Latina, implica refletir sobre a realidade de uma estrutura social marcada pela desigualdade, além das consequências sociais recentes oriundas do desmonte neoliberal⁷, gerador de formas de exclusão, como o desemprego, precarização do trabalho, a negligência e desarticulação em relação às políticas sociais. Leal (2008) esclarece que é necessário cuidado ao analisar as causas que poderiam explicar o fenômeno da ESCCA, almejando não se incorrer numa visão mecanicista de que este resulta exclusivamente de desigualdades econômicas e de situações extremas de pobreza.

Seguindo essa linha de raciocínio, na busca pela compreensão de como se constroem algumas relações sociais no sistema capitalista - dentre estas, as de exploração sexual comercial -, Pateman (1988) expõe que as relações sociais, de caráter livre, nas quais todos são iguais em direitos, obedecem a contratos sociais. Contudo, há contratos em que as partes não são consideradas livres e/ou iguais⁸: casamentos, trabalho, exploração sexual, dentre outras. A autora também reflete que a troca é algo inerente a esses contratos, assim, como há contratos em que há uma dissonância de poderes entre as partes; então, uma destas não tem escolha a não ser aceitar termos desfavoráveis propostos pela parte que está em condição de superioridade. O interessante desta proposição é que ela revela que uma das partes deste contrato, a que está em situação de superioridade, tem, implicitamente, o direito de determinar como a outra cumprirá a sua parte na troca, e assim são estabelecidas formas de relação dominadoras e subordinantes (Pateman, 1988).

⁷ Para aprofundamento de discussões acerca do chamado “ajuste neoliberal” e seus conseqüentes “desmontes”, consultar Soares, L. T. (2002). *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez.

⁸ A respeito desta condição de liberdade ou desigualdade, faz-se necessária uma análise contextual de cada caso, considerando vários fatores que influenciam neste processo: condições financeiras, condições de poder físico, poder político, etc. Para crianças e adolescentes deve-se ainda acrescentar o fato de que estes estão em condição peculiar de desenvolvimento, o que torna ainda mais delicado o “contrato”, proposto pela autora.

Assim, Faleiros (2000, 2004), em concordância com Pateman (1988), ressalta que desta forma de relação surge uma espécie de “proteção” da parte dominadora em relação à parte subordinada. A proteção é entendida como condições de sobrevivência, que se expressam em forma de salário, alimentação, habitação, dentre outros como acontecem em contratos trabalhistas.

Portanto, na ESCCA, ocorre um “contrato sexual” que, segundo Pateman (1988), constituí-se numa forma de acesso e utilização do corpo por uma pessoa que contrata, por outro, que dispõe seu corpo neste “acordo”.

Aliando-se a essa concepção, Faleiros (2000, 2004) traz a reflexão de que, no mercado do sexo, esse contrato sexual é atravessado por fenômenos do mundo capitalista globalizado, quais sejam: a pobreza e a exclusão. Para a autora, a busca da compreensão da ESCCA é também a tentativa de compreender as determinações históricas da sociedade na qual ela está inserida. Segundo ela, “(...) a formação econômica, social e cultural da América Latina, assentada na colonização e na escravidão, produziu uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes e dominadoras de categorias sociais inferiorizadas pela raça, cor, gênero e idade” (Faleiros, 2000; p. 19). Essa formação sócio-econômica do povo latino-americano *gerou* categorias sociais dominadas (índios, negros, escravos, mulheres e crianças, pobres, etc.) que permanecem até os dias atuais fortemente excluídas de espaços que muitas vezes lhes são garantidos por direitos (escolas, mercado de trabalho, serviços de saúde, meios de habitação, de cultura, da sociedade de consumo, etc.).

Desta maneira, percebe-se que a instituição mercado é permeada por essas características, determinantes em algumas formas de relação. O contexto histórico deve ser levado em consideração para que se compreendam as dinâmicas relacionais de

algumas conjunturas específicas e suas influências nos mercados destes momentos sócio-históricos. Aqui, o mercado do sexo.

O mercado do sexo é um sistema comercial, segundo os ditames capitalistas, no qual existe a produção e a comercialização de mercadorias (serviços e produtos sexuais). Neste mercado há relações de dominação, segundo descrito por Pateman (1988), em que crianças e adolescentes são, forçadamente⁹, colocadas na condição de mercadorias a serem negociadas, obedecendo a um rígido contrato sexual (Faleiros, 2000, 2004). O mercado do sexo se expressa como um mercado negro¹⁰. Assim, muitos protagonistas deste mercado (comerciantes, agenciadores, abusadores de forma geral, etc.) funcionam com cobertura legal, sob nomes-fantasia que não correspondem à realidade da atividade comercial declarada.

Por se caracterizar como um sistema comercial, o mercado do sexo pode se inserir em redes. Entendemos *redes* de acordo com o autor Faleiros (1998), que as descreve como articulações de autores/organizações objetivando ações em conjunto, multidimensionais, com responsabilidades compartilhadas. Assim, diversos estudos (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 1998; Leal, 1999; Sousa 2000, 2002, 2004; Sousa, 2008; dentre outros) vêm demonstrando que a exploração sexual é um fenômeno que cada vez mais se articula em diversas redes: redes de tráfico de mulheres, tráfico de drogas, falsificação de documentos, indústria pornográfica, etc.

De acordo com Leal e Leal (2002), em Pesquisa realizada sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil –

⁹ Muitos autores da área (Pateman, 1988; Faleiros, 2000, 2004; etc.) utilizam-se do termo *forçadamente*, ou seja, levar alguém a realizar determinada ação por meio de força, de exercício de poder. Contudo, a legislação brasileira – ECA, Código Penal, Lei 11.829/2008, dentre outras – não usa este termo na tipificação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Essas legislações se valem de termos como *aliciar*, *constranger*, *instigar*, *assediar*, *induzir*, *facilitar*.

¹⁰ Para Sandroni (1989, citado por Faleiros, 2004) *mercado negro* significa compra e venda de bens e serviços feitos clandestinamente, para desviar-se de leis ou normas estabelecidas em determinado contexto.

Pestraf¹¹ – as chamadas *redes de favorecimento* organizam-se numa estrutura em que diversos atores desempenham diferentes funções, objetivando a exploração que tem como finalidade ganhos (materiais ou não). São citados como atores destas redes: aliciadores, proprietários de estabelecimentos comerciais, empregados, prestadores de serviços – por exemplo, taxistas -, dentre outros tipos de intermediários.

Muitas redes funcionam articuladas diretamente com ramos comerciais prestadores de serviços, sob fachadas de empresas (legais ou ilegais). Dentre os mercados que facilitam o funcionamento de fenômenos como a ESCCA e tráfico de pessoas para fins de exploração estão empresas do ramo do turismo, entretenimento, transporte, moda, indústria pornográfica, agências de serviços (por exemplo, massagens, acompanhantes, etc.) (Leal & Leal, 2002). As redes de tráfico organizam-se utilizando aparatos tecnológicos e estruturas organizacionais que permitem grande agilidade em sua mobilização. Tais redes contam com sistemas de informações que controlam as ações desde o aliciamento de pessoas, o transporte das mesmas, alojamentos e vigilância, permitindo praticamente total controle das ações das vítimas. Além disso, há intensa ligação com o mercado do crime organizado em nível internacional (Leal & Leal, 2002).

Há notadamente grande organização no funcionamento das redes ligadas ao comércio sexual de crianças e adolescentes. Sua organização dificulta a identificação de casos em que há exploração sexual de crianças e adolescentes, além de diversas outras violações aos direitos desta população. Paralelamente a isso, na outra extremidade da complexa gama que cerca o fenômeno da ESCCA, existe outra rede: a de enfrentamento desta e de outras violações. O chamado Sistema de Garantia de Direitos – SGD – constitui-se da articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da

¹¹ Sigla para Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial.

sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Resolução nº 113, 2006). Ao SGD compete promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor das crianças e adolescentes (Resolução nº 113, 2006; Nogueira Neto, 2005).

O SGD consiste numa gama complexa de políticas sociais e atos normativos para por essas políticas em prática e ação. Para este trabalho será interessante expor as políticas que compõem o SGD no que concerne às violações aos direitos sexuais das crianças e adolescentes. Em seção própria, serão discutidas algumas destas políticas sociais, a partir de suas origens até os dias atuais. É importante que se tenha uma idéia do todo, isto é, do SGD, no qual estas políticas – as referentes aos direitos sexuais – estão inseridas, caracterizando o trabalho de promoção, prevenção e controle social dos direitos humanos desta população.

De acordo com o exposto nesta seção, percebe-se que os elementos constituintes da exploração sexual comercial, como o mercado do sexo, consistem em fenômenos complexos, atravessados por vários determinantes, e que englobam inúmeras pessoas, em diversas finalidades. Não apenas as crianças e adolescentes estão sujeitas às dinâmicas do mercado do sexo e suas redes de favorecimento, como também, por exemplo, mulheres envolvidas com atividades ligadas à indústria sexual, ao tráfico de pessoas. Assim, evidencia-se a diferenciação existente da participação de crianças e adolescentes neste mercado, caracterizando uma forma particular de exploração sexual, que demanda cuidados particulares, que estejam em sintonia com a rede de proteção – o Sistema de Garantia de Direitos – para que existam ações de enfrentamento interligadas

e executadas de maneira a garantir integralmente os direitos sexuais e demais direitos de crianças e adolescentes em nosso país.

1.3 As Políticas Sociais e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes

As políticas sociais públicas para infância e adolescência no Brasil acompanham, de alguma forma, a evolução das concepções de sujeitos de direitos e cidadania, consubstanciadas nas cartas legislativas construídas no país.

Para a população de crianças e adolescentes o percurso não foi diferente. Até que fossem consideradas *sujeitos de direitos*, e, em consequência disto, tivessem efetivadas políticas voltadas para suas demandas específicas, essa população esteve no bojo de muitas discussões. Nesta seção, contextualizaremos historicamente como se iniciou a construção de uma cultura de políticas sociais para a infância e adolescência no Brasil, até o presente momento, focalizando as políticas sociais voltadas para o enfrentamento da violência sexual, principalmente a exploração sexual comercial.

Em seguida, será feita uma análise crítica acerca do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – documento que norteia a construção de políticas sociais públicas na área da violência sexual no Brasil – focalizando aspectos teóricos e metodológicos presentes, e buscando explicitar a interlocução da ciência psicológica no texto do referido documento.

1.3.1. Atendimento à infância e adolescência no Brasil: da caridade às políticas públicas

Até que fosse homologado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, em 1990, a tradição brasileira no âmbito do atendimento destinado às crianças e adolescentes, seja com iniciativas isoladas, seja no contexto de políticas mais gerais,

revelava a predominância de ações de ordem caritativa e segregacionista. O Estatuto apresenta a perspectiva do rompimento dessa tradição, agora ressaltando a condição de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos (Costa, 1997; Dos Santos, 2007; Faleiros, 2000; Faleiros, 2004; Rizzini, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004; Sousa, 2000; Sousa, 2004; Sousa, 2002; Sousa, 2008).

A origem desse modelo predominante remonta ao século XVIII, quando a preocupação com o abandono e a mortalidade de crianças nas ruas da colônia resultou na criação das Santas Casas de Misericórdia, desencadeando o modelo caritativo da atenção. A transição deste para o modelo filantrópico é observada já no século seguinte, no contexto da transformação cultural que acompanhou a vinda da corte portuguesa para o Brasil. O estímulo à vida nas cidades, sem que nelas se observasse infra-estrutura suficiente para atender às necessidades dos novos moradores, trouxe, em consequência, o aumento da miséria, da prostituição, das doenças etc., demandando ações de enfrentamento de tais mazelas sociais (Rizzini, 1997).

Na nova realidade, permeada pelo notável desenvolvimento da racionalidade científica que se processava na Europa e que aqui fazia eco, coube a juristas e médicos – representantes da elite do país – encabeçar o movimento higienista no Brasil. Tomando como referência os princípios da eugenia e da degenerescência, aquele movimento tinha por objetivo uma sociedade livre da desordem e dos desvios – que supostamente estavam ligados a características herdadas, notadamente por pessoas nascidas nos estratos sociais mais desprivilegiados (Bock, 2002; Campos et al., 2004). Enquanto os médicos, fazendo uso de sua cientificidade racional, categorizavam os indivíduos, inclusive as crianças, de acordo com suas condições de vida, e assim propunham ações específicas para cada estrato da população, os juristas criavam o aparato legal que expressava a nova ordem desejada, formulando os rudimentos de uma política pública.

No início do século XX, quando se fazia sentir com maior ênfase o crescimento do capitalismo no país e a importância atribuída ao trabalho, a máxima de que as crianças são o futuro do Brasil estava em alta, obtendo, a infância, o posto de preocupação social. Reconhecia-se, então, a necessidade de se criar leis específicas para essa população, especialmente para aquela parcela que, segundo as autoridades da época, oferecia risco à sociedade. Em 1916, os juristas formularam o novo Código Civil Brasileiro, que determinava que as crianças eram responsabilidade dos pais, até atingirem a idade de 21 anos. Para atender àquelas a quem faltassem os cuidados familiares deveria o Estado intervir com base no Código de Menores, o qual somente veio a ser regulamentado em 1927 (Rizzini, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004).

O conjunto da legislação e das instituições voltadas à infância e adolescência daquele período configurou a Doutrina do Direito do Menor, expressão de uma política notadamente destinada aos filhos do contingente populacional mais desprivilegiado. Por seu intermédio foi operada uma grande distinção entre *crianças* e *menores* de modo que, enquanto às primeiras destinavam-se iniciativas na área da saúde e da educação básicas, fora do contexto da Doutrina, aos outros restavam as ações de caráter punitivo e segregacionista nela previstas.

Constituem exemplos dessa política, além da já referida legislação, a criação de órgãos como o Juizado de Menores, o Departamento Nacional da Criança (em 1940) – DNCr – e o Serviço Nacional de Assistência a Menores (em 1941) – SAM -, todos responsáveis pela *manutenção da ordem social*. O DNCr tratava de questões relativas à prevenção no campo da saúde, observando a preservação das raças, formação de puericultores, confecção de inquéritos médico-sociais, bem como a orientação para o funcionamento de creches e instituições educativas. (Campos et al., 2004; Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini, 1997). O SAM, por sua vez, atuava junto a *menores infratores*,

providenciando os internatos onde esses deveriam permanecer até serem considerados aptos a retornar para a sociedade, ressaltando a preocupação com a punição e a segregação dos mesmos.

As características gerais dessa política, que se consolidou a partir de 1930, se mantiveram até meados do terceiro quartel do século XX quando, no contexto da Doutrina da Segurança Nacional adotada pelo Estado autocrático-burguês, que se instaurou no país em 1964, cede lugar à Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM –, configurada em instituições como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEM's.

As novas condições da sociedade brasileira não implicaram em mudanças fundamentais no quadro até então configurado do atendimento à infância e adolescência. Pelo contrário, aprofundaram a realidade de punição, segregação e discriminação em relação a grupos sociais específicos. Tal panorama era revelador de que o Brasil continuava na contramão dos pactos internacionais¹² que buscavam atender os jovens enquanto sujeitos de direito, mantendo a concepção de que eles constituíam problemas sociais. (Campos et al., 2004; Contini, 2002).

Ainda no contexto do período de exceção – a Ditadura militar – (1964-1985), muito embora refletindo o declínio da coesão que sustentava o Regime, em 1979 se observou a reformulação do Código de Menores, a qual visou unicamente adaptar o instrumento legal à realidade já vivenciada na prática. Mantinha a distinção entre *menor* e *criança*, mas substituía a diversificada terminologia que dava conta dos *desvios* objeto da atenção do Estado – criança exposta, abandonada, delinqüente, transviada, infratora, vadia, libertina etc. –, agrupando-a agora na categoria denominada de *situação*

¹² Como exemplo de pactos internacionais, listamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, documento norteador de diversos tratados, convenções e leis que tratam dos direitos humanos, de uma maneira geral.

irregular, tendo em vista a situação da família na qual se inseriam os sujeitos passíveis da ação estatal (Campos et al., 2004; Rizzini, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004).

Contudo, é interessante refletir que a reformulação no instrumento jurídico caracteriza o início de uma nova doutrina voltada à infância e adolescência, a da Situação Irregular. É, desta forma, importante enfatizar o que acima está referido, que a política consoante com tais concepções legais já vinha sendo adotada desde 1964, e que ela não sofreu modificações substanciais no novo contexto.

Na medida em que o Regime de exceção se fragmentava, tanto em face de questões internas a ele, quanto decorrente da mobilização da sociedade brasileira pelo restabelecimento da democracia, também era afrouxado o policiamento no interior das instituições prisionais voltadas para as crianças e os adolescentes. A fuga de alguns internos das FEBEM's e o seu depoimento sobre as más condições de higiene e os maus tratos que ali recebiam provocaram mobilizações sociais e questionamentos acerca da atenção a eles dispensada, bem como a busca de alternativas para tal.

Apoiados pelo Fundo das Nações Unidas Para a Criança – UNICEF –, educadores de vários estados do País se articularam em torno da construção de um projeto de alternativas para o atendimento de crianças e adolescentes, o qual constituiu o embrião do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Esse foi um dos responsáveis pela mobilização do setor com vistas a influenciar a formulação da Carta Constitucional que estava em processo, na perspectiva do novo olhar que se configurava sobre os meninos e meninas do Brasil (Campos e cols, 2004; Sousa, 2004).

A Constituição de 1988 representou o ponto máximo da extrema mobilização social observada na década de 1980, em que a sociedade civil organizou-se com vistas ao fim do regime autocrático-burguês comandado por militares, vigente no Brasil havia quase 30 anos. As sugestões e negociações de amplos setores da sociedade com

lideranças políticas foram acolhidas e fazem parte do corpo do texto constitucional (Vieira, 2000), em decorrência do que a mesma foi denominada “Constituição cidadã” e é considerada bastante avançada até hoje.

Naquele contexto os movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pertencentes ao conjunto da sociedade civil organizada, conquistaram a institucionalização de importantes bandeiras de luta, consubstanciadas no artigo 227 da Carta. De acordo com o mesmo,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 148).

Logo, fica “subentendida” a necessidade de se formular uma lei que dispusesse sobre os direitos que essa parcela da população teria, transformando-a em sujeitos de direitos. Formula-se então, a partir de articulações sociais e políticas, o anteprojeto do Estatuto, que viria a ser aprovado em 1990. Desta forma, pode-se perceber que o corpo do ECA, suas deliberações e determinações estão perpassadas pelo crivo da “junção” entre sociedade civil organizada e Estado, na busca de um Bem-Estar comum, pautado na convivência harmônica e paz social, diferentemente da perspectiva de controle, vigente na época da doutrina da situação irregular e do regime ditatorial burguês (Campos et al., 2004).

Com a inauguração da Doutrina da Proteção Integral, implantada a partir da Carta Constitucional de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, inaugura-se também novo paradigma para construção de políticas sociais para a

população infanto-juvenil no país. Para os fins deste trabalho, apenas discorreremos sobre políticas que têm como foco a violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatizando nosso olhar para aquelas específicas que tratem da exploração sexual comercial desta população.

1.3.2. As políticas voltadas à violência sexual contra crianças e adolescentes:

um pouco de história

Anteriormente aos marcos legais que inauguraram a Doutrina da Proteção Integral, já havia no Brasil legislação que se ocupava da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo Dos Santos (2007) o Código Penal do Brasil Império, de 1830, é a primeira matéria a levar em conta a violência sexual. Essa legislação considerava a idade das pessoas que praticavam os atos sexuais, o consentimento ou não da vítima, penetração e emprego da força física.

Já o atual Código Penal brasileiro, legislação de 1940, considera crime tirar qualquer proveito do trabalho sexual de pessoas de qualquer idade (Arts., 22, 227, 229, 230), tipificando essa prática através de expressões como “rufianismo”, casas de prostituição, mediação para servir a lascívia de outrem, favorecimento da prostituição, etc. Apesar de ser uma legislação antiga, o Código Penal vem sofrendo inúmeras alterações para se adequar às problemáticas atuais e novas, que surgem ou se alteram. Essas alterações vêm contemplando acordos internacionais, como o Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição de Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, de 2000, e a Convenção 182 da OIT de 1999, da qual o Brasil é signatário. Dos Santos (2007) enfatiza que, apesar dos esforços dos legisladores em adequar o instrumento aos dias atuais, há ainda a necessidade de se fazer uma

revisão geral para que ele se adéqüe às doutrinas e leis vigentes na atualidade, consubstanciando a proteção integral.

Trazendo essa revisão histórica especificamente para o campo da ESCCA, a menção ao termo “exploração” de crianças ou adolescentes só aparece em legislação pela primeira vez no fim dos anos de 1980, no *caput* do artigo 227 da Carta Constitucional de 1988, que, segundo Dos Santos (2007), foi inspirado no Anteprojeto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, aprovada em 1989. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, o Brasil passa a ter pela primeira vez uma legislação que especifique tipos de violência sexual praticadas contra a população infanto-juvenil. Dos Santos (2007) aponta os principais artigos do Estatuto contra crimes sexuais, quais sejam: 13, 130, 240, 241, 244-A. O autor inclui ainda o artigo 263, que dispõe sobre mudanças no Código Penal de 1940, a despeito dos crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes.

Apesar do avanço na legislação, que além de considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, também considera de maneira inédita os direitos sexuais desses sujeitos, o Estatuto ainda deixa brechas a respeito das definições de cada tipificação criminal sexual. Por exemplo, no artigo 244-A tem-se: “Submeter criança ou adolescente (...) à prostituição ou à exploração sexual.” (ECA, 1990, p.118). Fala-se em “prostituição” e em “exploração sexual”, sem que haja em algum lugar do referido artigo, ou mesmo do Estatuto, alguma diferenciação dessas práticas. Ainda assim, a existência desses termos numa legislação para infância e adolescência no Brasil pode ser considerada um avanço para a sociedade como um todo, se levarmos em consideração o tempo de existência oficial do país e seu histórico legislativo voltado - *negligenciado à* - para essa população.

Retomando o percurso histórico da construção das políticas sociais para infância e adolescência no Brasil, especialmente voltadas à violência sexual, percebemos que no início da década de 1990 um dos temas que mais se destacaram no cenário nacional de denúncias, e focalizado exaustivamente por entidades e instituições nacionais e internacionais se referiu à prostituição de crianças e adolescentes (Sousa, 2004). A autora explicita que esse quadro culminou na criação de uma Comissão Parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara Federal dos Deputados, em 1993. Entre os dias 27 de maio de 1993 e 09 de junho de 1994 foram ouvidas centenas de pessoas (crianças, adolescentes e adultos). Como resultado, a CPI apresentou relatório em que constavam características do fenômeno investigado, em cada região do país, e que foi composto através das vozes de diversos homens e mulheres, com diversas concepções e formações políticas, ideológicas e religiosas (Sousa, 2004). A CPI foi um movimento importante para a sociedade brasileira no sentido de desvendar inúmeras facetas da violência sexual, suas minúcias, diferentes manifestações, e, sobretudo, a necessidade de elaboração de políticas sociais que combatessem efetivamente cada expressão desta violência.

Concomitante a esse movimento da sociedade brasileira, acontece na cidade de Estocolmo, na Suécia, em agosto de 1996, o primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, organizado pela UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas (ONU), além de Organizações Não-Governamentais, como a End Child Prostitution in Asian Tourism (ECPAT) e que contou com a representação de governos de 122 países. O congresso, que foi guiado pela Convenção dos Direitos das Crianças, das Nações Unidas, estabeleceu diretrizes e planos de ação para os países que se comprometeram e assinaram a Declaração de Estocolmo, documento final do

Congresso, que dispõe de uma série de medidas que deveriam ser adotadas pelos países signatários em caráter de urgência. O Brasil foi um destes países.

Além do caráter político do congresso, em firmar compromissos e agenda de ações para combater efetivamente a exploração sexual, o congresso pode ser considerado um marco, na medida em que estabelece critérios para definição e diferenciação dos tipos de violências sexuais praticados contra crianças e adolescentes.

No item “5” da Declaração de Estocolmo tem-se:

La explotación sexual comercial de los niños es una violación fundamental de los derechos del niño. Esta comprende el abuso sexual por adultos y la remuneración en metálico o en especie al niño o niña y a una tercera persona o varias. El niño es tratado como un objeto sexual y una mercancía. La explotación sexual comercial de los niños constituye una forma de coerción y violencia contra los niños, que puede implicar el trabajo forzoso y formas contemporáneas de esclavitud. (Estocolmo, 1996, p.01)

De acordo com este item, há um avanço conceitual no sentido de que até então, não havia em documentos oficiais referências a termos como “remuneração”, “terceiros”, “mercadoria” e “trabalho forçado”. Anteriormente a essa declaração, não se encontram documentos que vão além da compreensão de abuso sexual, inserindo a esse conceito as expressões acima relatadas, que dão um caráter muito diferenciado do abuso sexual em si. Desta forma, passa-se a usar o termo “exploração sexual” e inicia-se um esforço epistemológico para diferenciar essas duas formas de violências sexuais, que são, ainda hoje, tão confundidas e tão distintas, com peculiaridades que as tornam bastante diferenciadas. Enfatizamos que tal diferenciação é essencial para o que foi proposto pela Declaração: uma agenda de ações de enfrentamento e erradicação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Assim, a Declaração de Estocolmo tornou-se um marco para a estruturação de políticas contra a exploração sexual, nos diversos países que a ratificaram. Voltando ao cenário nacional, em consonância com o contexto mundial, no ano de 2000, na cidade de Natal/RN, é aprovado, em assembléia ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Este se constitui num instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual (Inserir número do documento; ex. Lei 5.832, 2000).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi instituído pela Lei 8.242/1991. É, atualmente, órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), órgão da Presidência da República. Organiza-se em forma de colegiado, de composição paritária (membros do poder executivo que atuam na área, e membros de entidades não-governamentais) (Dos Santos, 2007). Desenvolve ações de caráter instrumental – visando estruturação normativa, disciplinando e identificando processos técnicos de ordenamento jurídico – e formulador de políticas para a infância e adolescência brasileira (Dos Santos, 2007).

O CONANDA é responsável por buscar integração e articulação com os conselhos estaduais, municipais e distrital dos direitos da criança e do adolescente, demais conselhos setoriais e organizações governamentais e não-governamentais vinculados à formulação e implementação das políticas públicas sociais para infância e juventude. Além disso, compete também ao CONANDA elaborar avaliações das políticas nacionais, estaduais, distrital e municipais de atendimento aos direitos da

criança e adolescente, e estimular, apoiar, promover manutenção de banco de dados para subsidiar a formulação de políticas (Dos Santos, 2007).

Assim, tem-se atualmente, no Brasil, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes¹³, principal instrumento político norteador e propositor de ações em âmbito nacional para o enfrentamento da exploração sexual comercial, além de outros tipos de violências sexuais. O PNEVSCA foi elaborado com participação de representantes do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos executivos, organizações não-governamentais (brasileiras e internacionais), membros da sociedade civil e representantes de adolescentes, representantes juvenis e integrantes dos Conselhos de Direito e dos Conselhos Tutelares (Dos Santos, 2007). A elaboração do PNEVSCA constituiu-se, além de toda sua importância político-social para a sociedade brasileira, na concretude de compromisso firmado por representantes do governo brasileiro na Declaração e Agenda de ações do Congresso de Estocolmo, em 1996.

O PNEVSCA tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dessa forma, como alega o próprio texto do Plano, “reafirma os princípios da proteção integral, da condição de sujeitos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização” (inserir número do documento, 2000, p.14). Tem como objetivos estabelecer conjunto de ações articuladas que possibilitem ações técnico-político-financeiras para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas ações se consubstanciam através de *investigações científicas* que visem compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento, execução das ações. A busca pela garantia do *atendimento especializado*

¹³ Daqui em diante, PNEVSCA.

às crianças e adolescentes em situação de violência sexual consumada também é almejada. A materialização desses objetivos também é consubstanciada pela promoção de ações de prevenção, articulação e mobilização da rede de enfrentamento a essa violência, para constantemente fortalecer o sistema de defesa e responsabilização, além de buscar sempre fortalecer o protagonismo infanto-juvenil (inserir número do documento, 2000).

Aqui, mais uma vez, pode-se perceber a importância que é dada à busca por qualificações técnico-científicas na construção de formas eficazes de enfrentamento à ESCCA e outras violências sexuais. O PNEVSCA é enfático ao elencar, dentre seus objetivos, a investigação científica constante acerca do fenômeno para que possa existir a compreensão de seu modo de funcionamento, engendramento, que dia após dia se sofisticava ainda mais. E essa busca por qualificação técnico-científica invariavelmente recairá na busca pela garantia do atendimento especializado, algo de extrema importância, dadas as condições peculiares em que cada tipo de violência sexual está assentada, exigindo dos profissionais que se colocam no papel de “enfrentadores” cada vez mais qualidade no seu *que fazer* profissional. A Psicologia tem papel de extrema importância enquanto ator desse cenário. Está inserida no campo de enfrentamento à ESCCA e outras formas de violência sexual como uma das vertentes de seu compromisso social. Tem, mesmo que de forma mais ou menos acanhada, se inserido no campo científico, promovendo investigações acerca dos fenômenos e, passo a passo, tem avançado em questões conceituais, que invariavelmente, levam a um aperfeiçoamento técnico daqueles profissionais psicólogos que estão engajados em enfrentar a problemática cotidianamente.

Também podemos observar que os objetivos propostos têm um caráter operacional, em detrimento de objetivos que propõem intervenção direta sobre a

incidência do fenômeno. Dos Santos (2007) em referência aos objetivos supracitados faz um questionamento bastante interessante e legítimo, que segue: “deve-se estabelecer um conjunto articulado de ações que vise reduzir a violência, ou eliminá-la completamente?” (p. 91).

O PNEVSCA está estruturado em seis eixos estratégicos, em que se definem objetivos específicos a serem alcançados, ações a serem efetuadas, prazos e parcerias. As ações em cada eixo são integradas, ou seja, podem e devem existir atuações articuladas entre os diferentes eixos (inserir número do documento, 2000). Abaixo, elencaremos os eixos contidos no PNEVSCA (em forma de tópicos), tal como consta no documento (p. 15), e em cada eixo teceremos breve comentário acerca do mesmo:

- **Análise da Situação** – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia de financiamento do Plano, o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileira.

Dos Santos (2007) chama a atenção nesse eixo, para o fato de que a abrangência dos temas de pesquisa deve ser ampliada (por exemplo, incluindo um tópico sobre o atendimento aos perpetradores da violência sexual – trabalho fundamental para a anulação do ciclo de reprodução da ESCCA e demais violências sexuais) em direção ao aprofundamento das metodologias dos estudos. O autor conta que a literatura sobre metodologias de análise de situação ainda é bastante limitada, ou praticamente inexistente, e as análises de que se tem conhecimento ainda são bastante restritas conceitualmente e em abrangência.

- **Mobilização e Articulação** – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a

sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao sexo turismo e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

A importância desse eixo é fundamental para que se consiga efetivar qualquer tentativa de articulação entre os equipamentos sociais e atores inseridos na rede de garantias dos direitos da criança e do adolescente. É importante que cada segmento dessa rede esteja a par da legislação e do fluxo de encaminhamentos que a vítima ou o perpetrador da violência deverão percorrer, para que se garanta efetivamente a defesa (da criança e/ou adolescente) e a responsabilização daquele(s) que cometeu/cometeram o crime. A mobilização da sociedade civil, através de campanhas educativas, propagandas veiculadas pelos diversos meios de comunicação, ações focais (passeatas, por exemplo) é extremamente importante no sentido de prevenir a violação de direitos sexuais das crianças e adolescentes, como também para fortalecer a rede, promovendo articulações entre diversos setores da sociedade, de fato.

- **Defesa e Responsabilização** – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policial; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o SIPIA¹⁴ e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

Esse eixo pode ser considerado um dos principais desafios para a anulação do ciclo da impunidade de exploradores sexuais (Dos Santos, 2007). Para o autor, é bastante difícil cobrar responsabilidades pela sua implementação, assim como avaliá-lo, devido à diversidade de agentes planejadores e da generalidade de suas ações. Um outro fator complicador refere-se à falta de uma política de monitoramento dos casos de exploração sexual que chegam à justiça, além da falta de atendimento jurídico às

¹⁴ SIPIA – Sistema de Informações para a Infância e Adolescência

vítimas de exploração, que muitas vezes terminam por não apresentar denúncias ou não manter seus testemunhos até que se encerre o processo (Dos Santos, 2007).

- **Atendimento** – efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados.

Esse eixo é de fundamental importância, e é um dos quais em que os profissionais da psicologia mais têm se engajado. O atendimento tanto à criança ou adolescente explorado sexualmente quanto à sua família consiste em etapa fundamental para pensar novas possibilidades na construção dos projetos de vida, interrompidos pelo ciclo da exploração. Uma crítica que pode ser feita ao texto desse eixo é em relação à não inclusão do perpetrador da exploração (tanto aliciador quanto a pessoa que cometeu o ato, uso sexual da criança/adolescente) no rol das políticas de atendimento. Possibilitar aos que cometem o crime uma possibilidade de reflexão e mudança é de extrema importância para o rompimento de redes de exploração e ciclos de violência sexual. É fundamental que essas pessoas não sejam apenas vistas como criminosas, mas como pessoas que também necessitam de auxílio, sem eximir-lhes a culpabilização e responsabilização de seus atos.

- **Prevenção** – assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; atuar junto a Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à *internet*.

O eixo “prevenção” traz proposições bastante abrangentes. Seria interessante que o texto do eixo pudesse trazer exemplos pontuais de ações preventivas, tendo em vista que a efetivação e elaboração de Planos Estaduais e Municipais, além do Distrital devem seguir os apontamentos aqui elencados. Assim, Dos Santos (2007) exemplifica

que ações nesse eixo poderiam visar investimentos em trabalhos junto a familiares e pares, principalmente nas escolas, tomando como foco os agentes que mais estimulam adolescentes, por exemplo, a se prostituírem. O autor ainda faz questionamentos que servem como reflexão para melhoramento do plano e proposição de ações. Uma dessas questões refere-se a como seria realizar a prevenção a partir dos clientes da exploração infanto-juvenil. Ou ainda, como realizar a prevenção contra o aliciamento e o favorecimento da prostituição? São questões que demandam estudo e tempo para que se chegue a proposições concretas.

- **Protagonismo Infanto-Juvenil** – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

Por fim, o último eixo elencado pelo PNEVSCA constitui-se numa significativa contribuição para o aperfeiçoamento da democracia, dando-se voz e possibilidade de ação às crianças e adolescentes, permitindo realmente que essa população exerça seu papel de sujeito de direitos e sujeitos de defesas de seus próprios direitos. Contudo, as diretrizes de eixo são demasiadamente genéricas. Não há experiências anteriores em que o protagonismo dessa população nas questões de violação de direitos sexuais tenha sido utilizado enquanto referencial teórico-metodológico por instituições. Para Dos Santos (2007) o desenvolvimento de metodologia de participação de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial e no monitoramento do Plano é de central importância.

Apresentado o PNEVSCA em seus principais eixos de ação, faz-se necessário que também se exponha o teor do conteúdo da “Carta de Natal”, documento que corresponde a um termo de compromisso, por parte das entidades que participaram das discussões e elaboração do Plano - além da sociedade civil como um todo -, com o

desenvolvimento das ações elencadas no documento para o enfrentamento, e conseqüente fim, da violência sexual contra crianças e adolescentes no país e todo o rol de atos que coadunam tal objetivo. Este termo de compromisso enfatiza alguns posicionamentos e formas de se conceber o Plano e as políticas subseqüentes a este. Esses posicionamentos podem ser entendidos como “reforços” às práticas e visões já consubstanciadas nos eixos temáticos de ação do Plano, apontados no documento (Carta de Natal) em forma de compromisso.

Ao tentar fazer uma rápida avaliação a respeito do PNEVSCA corroboramos a visão de Dos Santos (2007) ao apontar que um mérito em potencial do documento consiste no fato de que no seu processo de elaboração articulou vários segmentos sociais a partir de um tipo de “agenda de ação”. O autor também elenca como positivo o potencial de incrementação do processo de multiplicação de Planos Municipais, assim como a geração de políticas integradas e controle e monitoramento das políticas sociais.

Ainda em concordância com o autor, é necessário ressaltar o potencial direcionador de políticas sociais como um dos pontos mais fortes do documento. Do ponto de vista técnico está “muito longe de constituir um plano político-estratégico. (...) [O Plano é], em realidade, quase que um cronograma de trabalho ou, como denominou o Congresso de Estocolmo, uma ‘Agenda para Ação’” (Dos Santos, 2007, p.104). Segundo o autor, um plano estratégico deveria partir de uma “análise de situação”, que embora elencada como eixo de ação no Plano, não está sistematizada, tampouco escrita.

Uma das falhas mais graves apontadas por Dos Santos (2007), e que é de especial interesse para essa pesquisa, refere-se à imprecisão na definição dos tipos de violência sexuais praticadas contra crianças e adolescentes. O Plano é um documento oriundo das diretrizes elencadas pela Declaração de Estocolmo, que aponta caminhos específicos para a conceituação da ESCCA, de forma aberta, para que cada país, com

suas especificidades contextuais, possa fazer uma definição fidedigna à realidade local, sem esquecer a estrutura mínima que deve compor esse conceito. A violência sexual é termo bastante amplo e que se subdivide em vários conceitos, os quais, como já assinalado anteriormente, demandam olhares específicos, cuidadosos, que considerem as inúmeras diferenças conceituais. O não olhar para essa gama específica de diferenciações pode levar os operadores do Plano à construção de políticas de enfrentamento reducionistas e de pouco alcance efetivo. O PNEVSCA coloca certa ênfase na exploração sexual, contudo, sem o aprofundamento devido de estratégias e intervenções específicas.

Ainda em concordância com Dos Santos (2007), as propostas de ações e metas do Plano são muito genéricas. Tal generalidade impede que se precise o valor dos investimentos necessários, como também não apresenta as condições institucionais para implementação das atribuições do documento.

Finalizando essa seção, retornamos aos Congressos Mundiais, a fim de evidenciar a importância dos eventos que seguiram o de Estocolmo. O segundo Congresso Mundial, em Yokohama (2001), teve importância no sentido de reiterar as propostas da Declaração de Estocolmo (1996), “fiscalizar” se os Estados signatários estavam colocando em prática seus compromissos firmados, avaliar ações implementadas, no sentido de melhorar e promover o intercâmbio do conhecimento adquirido.

O terceiro Congresso Mundial, ocorrido de 25 a 28 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, também teve grande importância no sentido de reiterar as propostas contidas na Declaração de Estocolmo e, assim como o Congresso de Yokohama, também foi um fiscalizador e avaliador de ações para o enfrentamento da ESCCA. Além disso, podemos evidenciar o evento pelo fato de dar destaque ao

protagonismo infanto-juvenil nesse enfrentamento e, também, por propor ações que voltassem o olhar sobre os perpetradores da ESCCA. Esse congresso também incluiu na sua agenda de cuidados, o olhar sobre outras formas de violência sexual, como o abuso sexual.

Temos, assim, uma pequena visibilidade do tamanho da importância das declarações consubstanciadas em cada um desses congressos e suas implicações práticas na criação de políticas de enfrentamento à ESCCA. É de extrema importância que se tenha conhecimento do conteúdo desses documentos, principalmente aqueles que se ocupam na área de enfrentamento a essa forma de violência.

É necessário aqui, também, fazer alusão a um importante ator social dentro dos movimentos contemporâneos de defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, especialmente no que concerne ao campo específico da psicologia: a atuação do Conselho Federal de Psicologia. Essa entidade tem empreendido, nos últimos anos, (especialmente na década de 2000), esforços para instrumentalizar qualitativamente profissionais e pesquisadores da área da psicologia no campo dos direitos humanos e políticas sociais. Um exemplo da atuação da entidade é a consolidação dos Centros de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOPs), que têm por objetivo consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente. Atualmente, a Rede CREPOP é composta por 17 unidades locais, nos respectivos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Cada unidade local, conta com um assessor técnico, especializado em Políticas Públicas, responsável por coordenar atividades locais de pesquisa e de mobilização junto à categoria, segundo uma agenda de pesquisas, integrada nacionalmente. A violência sexual contra crianças e adolescentes entra no rol de pesquisas e ações realizadas pelos CREPOPs e, recentemente, foi publicado um

documento fruto de investigações nessa área, intitulado “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo”, que pode ser acessado por meio de sítio da Web (<http://crepop.pol.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=53>). Não se tem o objetivo, neste trabalho, de analisar o trabalho empreendido pelo CFP e CREPOPs; contudo, é de extrema importância que se ressalte a busca pela atuação dos conselhos de classe em direção às garantias de direitos humanos, tal como é o caso. Destacamos também a atuação de outros órgãos de representação de classe na empreitada pela garantia de Direitos Humanos de crianças e adolescentes, como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e suas sucursais regionais (CRESS), bem como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dentre outros órgãos.

* * *

Encerramos, assim, a parte da dissertação concernente à construção do conceito de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, e de seus elementos constitutivos, além, também, de buscar fazer as relações deste fenômeno com a história social da criança e do adolescente no Brasil, discutindo a construção de políticas públicas voltadas para essa população, principalmente no que se refere às violências sexuais. Nas seções seguintes, explicaremos como se deu a construção de nosso *corpus* de pesquisa, além de discutir nossa concepção sobre do que se trata a pesquisa “Estado da Arte”. Apresentaremos ainda uma breve reflexão acerca de como foi feita a análise do *corpus* desta dissertação.

2. Considerações sobre o Método

O presente trabalho tem a pretensão de ser um estudo conhecido como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Mas, o que vem a ser esse tipo de estudo e que arcabouço metodológico utiliza? Buscarei aqui tentar responder a essa questão, fazendo uma breve revisão, passeando por textos de alguns autores que escreveram sobre estado da arte e autores que realizarem estudos de estado da arte, buscando referenciar essa proposta metodológica.

Em seguida relatarei os procedimentos utilizados no processo de construção deste trabalho, o passo a passo da construção do *corpus* de pesquisa, e como procedo em relação às análises.

2.1 A pesquisa “Estado da Arte”

O desenvolvimento da ciência ao longo da história nem sempre foi uniforme e linear na sua maneira de tentar clarificar a realidade. As maneiras de se buscar essa clarificação, ou seja, as metodologias, às vezes são coincidentes, similares, às vezes controversas, avessas (Guzzo et al, 2004).

Várias são as maneiras de se construir conhecimentos, avaliá-los, validá-los, testá-los, e reconstruí-los. Uma destas maneiras de construção, avaliação e reconstrução constitui-se numa proposta de pesquisa chamada de “Estado da Arte”, ou Estado do Conhecimento”. Estas são definidas como de caráter bibliográfico, pois seu objeto de estudos é invariavelmente um conjunto de conhecimentos já postos, já existentes.

Esse tipo de pesquisa, que se identifica amplamente com o rol das pesquisas de cunho qualitativo em ciências humanas, tem como marca o desafio de mapear e discutir aspectos de uma determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, buscando responder quais aspectos e dimensões vêm recebendo atenção,

focalizando seus contextos históricos, culturais e locais, e como esses trabalhos vêm sendo elaborados. São objetos de pesquisa desta proposta de estudo teses, dissertações, monografias, comunicações em anais de seminários e congressos, publicações de periódicos etc. (Ferreira, 2002).

As pesquisas de Estado da Arte realizam, segundo Ferreira (2002), metodologias de caráter “inventariante” e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar.

Trabalhos dessa natureza têm importância no cenário científico por constituírem-se de grandes revisões acerca dos temas propostos. Essa revisão, que possui um olhar cuidadoso, avaliativo, revela a importância necessária de balanços do estado do conhecimento (Angelucci et al., 2004). Tal atitude pode pôr em relevo teoria e métodos dominantes em determinados temas de estudo, detectar em que medida pesquisas novas se relacionam com pesquisas anteriores, de maneira que se permita avançar na compreensão do objeto de estudo tendo em foco o real acréscimo ao que já se conhecia ou mesmo de superação de concepções já tradicionais (Angelucci et al., 2004).

Assim, este trabalho, como já mencionado na seção “carta ao leitor”, constitui-se de um estado da arte das produções de psicologia – teses, dissertações e artigos de periódicos científicos de psicologia – sobre o tema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, no Brasil. São objetos de estudo desta pesquisa qualquer tese ou dissertação produzida no âmbito de programas de pós-graduação, no país, de psicologia, que tenham como tema a ESCCA. Além destes, trabalhos publicados em periódicos exclusivos de psicologia, que tratem do tema.

Relembramos também que este estado da arte tem como foco analisar e discutir, nestes trabalhos, (a) que concepções de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes os autores elencam, (b) o que visam as pesquisas e produções, (c) como

são justificadas as pesquisas e temáticas, e (d) a que abordagens teóricas os autores se filiam e que possibilidades metodológicas recorrem para o alcance do(s) objetivo(s) proposto(s).

A seguir serão descritos como foram os procedimentos para a construção do *corpus*, tal como o método de análise proposto para atingir os objetivos do trabalho.

2.2 Procedimentos de construção do corpus da pesquisa: métodos de recuperação e análise

O processo de construção do corpus teve como ferramenta principal de busca e recuperação de trabalhos a *internet*. Como o trabalho objetiva fazer um estado da arte das produções que estão disponíveis *on line*, os principais recursos para a construção do *corpus* foram sítios da rede mundial de computadores que disponibilizam artigos, teses e dissertações na íntegra, ou que disponibilizam informações sobre o trabalho, tal como dados do autor, instituição de filiação, correio eletrônico, etc.

Desta forma, alguns sítios que abrigam base de dados foram largamente visitados, além de sítios de bibliotecas de instituições de ensino superior. Como exemplo destes, podemos citar o www.bvs-psi.org.br (base de dados que integra vários sítios indexadores de artigos, teses e dissertações. Alguns sítios contemplados com a busca via BVS-Psi são: SciElo, PePsic, Index Psi, dentre outros). Outro sítio bastante visitado foi o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (Capes) - www.periodicos.capes.org.br -, que abriga dados de teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino superior do país. O acervo de informações sobre esses trabalhos contempla manuscritos defendidos a partir do ano de 1987. O sítio possui moderna ferramenta de busca através de descritores-chave, permitindo ao usuário obter dados acerca do autor e do trabalho defendido.

Além destes, foi muito utilizado o sítio www.dominiopublico.org.br, endereço eletrônico mantido pelo governo federal e que possui grande acervo de obras em formato eletrônico, além de um banco digital de teses e dissertações, publicadas na íntegra. O sítio Domínio Público também conta, assim como o da Capes, com ferramenta de busca por descritores, o que é de grande utilidade para pesquisas como esta. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia – Anpepp – também possui sítio (www.anpepp.org.br) para buscas de teses e dissertações que conta com ferramenta de busca em várias bases de dados, incluindo acervos de bibliotecas de algumas universidades brasileiras. A base de dados da American Psychology Association (APA), o PsycInfo, foi visitada, mas não foi de grande utilidade para a pesquisa, tendo em vista que esta base de dados concentra em sua maioria produções estadunidenses e de outros países. A pesquisa neste sítio não contempla os objetivos desta pesquisa, pois seu método de busca funciona através de descritores preestabelecidos – o Thesaurus – que não continha termos que equivalessem a “Exploração Sexual”. A busca com vários dos descritores utilizados para esta pesquisa¹⁵, e que se aproximavam dos descritores utilizados no Thesaurus, mostrou-se infrutífera e repetitiva em relação aos resultados de buscas já realizadas em outros sítios.

Além destes sítios, também foram realizadas pesquisas em endereços eletrônicos de algumas bibliotecas virtuais de universidades brasileiras. Essas pesquisas foram feitas, em sua maioria, quando resultados de pesquisas realizadas em sítios outros, acima relacionados (como o periodicos.capes.gov.br por exemplo), indicavam que determinado trabalho encontrava-se depositado na biblioteca virtual da instituição a que se referia, ou que este trabalho havia sido defendido numa universidade que possuía biblioteca virtual.

¹⁵ Estes descritores serão relacionados mais à frente do trabalho.

Em casos de trabalhos de interesse da pesquisa que não se encontravam disponíveis nas bibliotecas virtuais, a alternativa para o acesso a eles foi o contato direto com os autores, por meio de seus correios eletrônicos.

Os sítios relacionados para a realização da pesquisa operam suas buscas por meio de palavras-chave ou descritores. Desta forma, para realizar a pesquisa foi necessário fazer uma lista de palavras-chave que contemplassem o maior número possível de trabalhos que, de alguma forma, pudessem estar relacionados com a temática em questão, qual seja, a exploração sexual comercial. Para isso, recorri à obra “Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”, de Eva T. S. Faleiros, publicada em 2000. Nesta obra, a autora expõe no anexo II, páginas 49 a 52, um vocabulário básico da área de vitimização sexual de crianças e adolescentes, no qual se tem uma lista com 194 palavras ou expressões características da terminologia de estudos na área. Faleiros (2000) coloca que tal lista pode ser utilizada para pesquisas bibliográficas na área de vitimização de crianças e adolescentes, de forma a otimizar resultados e realizar buscas sobre temas específicos com uma ampla gama de possibilidades de descritores.

Tais palavras e expressões coincidem com as palavras-chave utilizadas pelos autores na construção de pesquisas na área. Desta forma, foram selecionadas as palavras e expressões que poderiam ser utilizadas durante as buscas nos sítios, de forma a abarcar o maior número possível de publicações. Dentre as 194 palavras ou expressões iniciais, foram selecionadas 75, que estão listadas em anexo, ao final deste trabalho.

2.2.1 A pesquisa: busca dos trabalhos

Instrumentalizada com essas 75 palavras-chave, a busca teve início. Do dia 16 de julho ao dia 21 de agosto de 2008 deu-se a busca “piloto”, que aconteceu apenas no

site www.bvs-psi.org.br. Esta busca teve como resultado um total de 2669 trabalhos diversificados, entre teses, dissertações, artigos, e um pequeno número de artigos sem valor científico, de revistas de editoras comerciais. O número total elevado deve-se às palavras-chave “sexualidade”, com uma frequência de 1263 trabalhos, e “relação sexual”, com a frequência de 385 trabalhos.

Em seguida, foi realizada uma primeira “filtragem”, para selecionar os trabalhos que se encaixavam nos objetivos da dissertação. Após essa filtragem, restaram 85 trabalhos, cuja maioria é de artigos.

Após a busca piloto, cujo material recuperado foi aproveitado, iniciou-se a busca utilizando todos os outros sítios. É importante ressaltar que a filtragem ocorrida, em que se reduziu o número de 2669 trabalhos ao todo para apenas 85, realizou-se através de uma seleção a partir do título dos trabalhos, e quando estes não possibilitavam que se avaliasse se o trabalho era relevante ou não para a pesquisa, o resumo era lido. Essa primeira filtragem teve, também, como critérios de corte e seleção a origem das referências, ou seja, em que local ela foi produzida ou publicada. Referências de teses e dissertações que não eram de programas de pós-graduação em psicologia eram descartadas. O mesmo aconteceu com os artigos: os que não eram publicados por revistas de psicologia não eram englobados na pesquisa. Foi um processo exaustivo, sempre respaldado pelos objetivos propostos para a pesquisa.

Além dos 85 trabalhos recuperados no BVS-Psi (alguns recuperados na íntegra, outros apenas informações relevantes para posterior recuperação), foram acrescentados ao banco de dados 590 registros acerca de trabalhos, recuperados a partir dos sítios Periódicos.Capes, Bibliotecas Digitais de teses e dissertações (BDTD's), e Domínio Público. De forma semelhante, esses trabalhos também passaram por um processo de filtragem, de forma que inicialmente eram incluídos ou excluídos da pesquisa a partir da

leitura dos títulos, e posteriormente, a partir de sua origem (programa de pós-graduação e revista de psicologia). Caso alguma dúvida restasse, seus resumos seriam lidos e incluídos ou excluídos do *corpus*. Esse processo de seleção culminou no número de 28 registros, que acrescidos aos 85 trabalhos recuperados via BVS-Psi, somam 113 entradas no banco de dados.

Os 113 trabalhos selecionados por esta primeira filtragem ainda passaram por um segundo processo de seleção, em que seus títulos eram revistos, e seus resumos eram lidos, de modo a eliminar trabalhos que não contemplassem os objetivos aqui propostos. Alguns trabalhos ainda deixaram dúvida quanto a serem selecionados ou não, pelo fato de que seus títulos e resumos traziam de maneira muito ampla a categorização “violência sexual”. Como o trabalho preza por produções exclusivas acerca do tema exploração sexual comercial, alguns desses trabalhos “duvidosos” entraram na seleção, para que a partir de sua leitura fossem averiguadas as condições propostas para a análise.

Assim, chegou-se ao número de 57 trabalhos, constituintes do *corpus*. Muitos deles já com o texto propriamente dito recuperado, mas tendo um grande número contendo apenas informações relevantes acerca dos autores, suas filiações institucionais, e instituições de defesa dos trabalhos.

A partir dos dados dos autores foi possível recuperar quase todos os trabalhos. A forma encontrada para se conseguir isso foi o contato via correio eletrônico com os autores, de forma que não conseguimos recuperar 11 trabalhos para análise na pesquisa. Vários motivos levaram a essa não obtenção de trabalhos: correios eletrônicos não respondidos, correios eletrônicos desativados, falta de informações suficientes acerca do autor ou do trabalho (a partir de pesquisas na internet, instituições a que os autores eram/são filiados).

Desta maneira, o *corpus* que ficou à nossa disposição para leitura na íntegra foi constituído por 46 trabalhos – teses, dissertações e artigos científicos de psicologia. Entretanto, com a primeira leitura na íntegra dos trabalhos, alguns problemas foram identificados. Um número considerável de trabalhos, 21 ao todo, não correspondia aos requisitos para fazer parte da nossa pesquisa. Isso só foi possível de se detectar a partir da leitura na íntegra dos manuscritos, pois, de acordo com nossas filtragens anteriores, a partir de leituras de títulos, resumos, palavras-chave, e verificando a origem de publicação dos manuscritos, todos se enquadravam aos nossos critérios. Assim, partindo-se do pressuposto de que essa é uma pesquisa qualitativa, optamos por manter as análises apenas sobre os 25 manuscritos restantes, que se enquadravam perfeitamente aos nossos critérios e objetivos. Ao final do trabalho, nos apêndices, há um quadro com informações referentes aos 21 manuscritos que foram excluídos da pesquisa após essa última etapa de filtragem (a leitura na íntegra). Nesse quadro há trechos (dos resumos) que justificam a inclusão anterior dos manuscritos no *corpus*, como também trechos que justificam a sua exclusão, após a leitura.

Assim, reafirmamos que nosso *corpus* de análise é constituído por 25 manuscritos, sendo destes 2 teses de doutorado, 13 dissertações de mestrado, e 10 artigos científicos.

2.3 Análise e discussão do corpus: a análise de conteúdo temática

As pesquisas qualitativas apresentam muitas características metodológicas, por terem uma variedade enorme de procedimentos e instrumentos de coleta de informações e análises das mesmas (Rey, 2002; Deslauriers & Kéresit, 2008). Uma das técnicas para a análise das informações coletadas por meio de diversos instrumentos e procedimentos é a análise de conteúdo. A análise de conteúdo investiga principalmente as formas de

comunicação verbal, escrita, ou não escrita, que se desenvolvem entre os indivíduos. Pode ser utilizada em textos literários, em entrevistas e discursos (Deslauriers & Kéresit, 2008). Há variações nas formas de análises de conteúdo existentes. A mais tradicional é oriunda das teorizações de Laurence Bardin (1977). Aqui nesta pesquisa optamos por uma variação denominada de “análise de conteúdo temática”, bastante utilizada por autores como Minayo (1993) e Gomes (1994).

Segundo Minayo (1993) e Gomes (1994), a análise de conteúdo temática tem como principal objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou implícitas, podendo se utilizar diferentes procedimentos para a decodificação de um documento.

Nesta dissertação adotamos a perspectiva da análise de conteúdo temática, que segundo Minayo (1993) “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (p. 209).

Assim, de acordo com essa perspectiva, foram pré-estabelecidos alguns eixos temáticos, visando alcançar os objetivos propostos. Esses eixos temáticos giram em torno do conceito de ESCCA, dos elementos que deveriam comparecer neste conceito, além das estratégias teórico-metodológicas utilizadas pelos autores em seus respectivos trabalhos.

Elencamos aqui os eixos temáticos pré-estabelecidos para análise do *corpus* de pesquisa:

- Eixo 1: Conceitos e seus elementos constitutivos.

Refere-se a que elementos devem conter os conceitos trazidos pelos autores, em relação ao conceito trazido pela presente dissertação. Exemplos dos elementos por nós discutidos, e que esperamos que apareçam nos trabalhos analisados são:

- Mercado do sexo (como um elemento constituinte desse conceito)
 - Redes do mercado sexual (elemento constituinte do conceito)
 - Sujeitos participantes do fenômeno da exploração sexual comercial
 - Terminologias empregadas pelos autores dos trabalhos
-
- Eixo 2: Estratégias teórico-metodológicas

Busca por em relevo, evidenciar os procedimentos metodológicos utilizados pelos autores em suas pesquisas. Exemplos de itens a serem investigados são:

- Abordagem de filiação dos autores
- Procedimentos metodológicos utilizados em suas pesquisas
- Justificativas para seus estudos

Tendo claros os caminhos que guiam essas análises, passamos à seção analítica e de discussão dos manuscritos que compõem o *corpus* de pesquisa desta dissertação.

3. Análise do *corpus*: o olhar sobre as produções acerca da ESCCA em Psicologia

No capítulo anterior assinalamos a intenção de analisar os manuscritos que compõem o *corpus* dessa pesquisa a partir de dois eixos analíticos: (1) o eixo que se refere à construção do conceito de ESCCA, e (2) o eixo que se refere às estratégias teórico-metodológicas utilizadas pelos autores em suas pesquisas.

Dessa maneira, será explicitado o que cada eixo buscará analisar, assim como a que objetivo específico da pesquisa o eixo está relacionado.

O eixo de análise 1 - Conceitos e seus elementos constitutivos – busca investigar e discutir os elementos conceituais da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes que são trazidos pelos autores em seus trabalhos, tendo como referência o capítulo 1 desta dissertação, que visou construir um conceito e discutir seus elementos constitutivos. As análises aqui empreendidas serão iluminadas pelo conceito por nós construído e discutido. Alguns dos elementos conceituais que são indispensáveis, segundo nossa compreensão, e que estão presentes nessas análises são: Mercado do Sexo (elemento constitutivo do conceito), Redes de exploração (elemento constitutivo do conceito), Sujeitos participantes do fenômeno da ESCCA, e Terminologias empregadas pelos autores em seus trabalhos.

O eixo de análise 1 busca atender diretamente ao primeiro objetivo específico pretendido nesta dissertação, qual seja: (a) que concepções de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes os autores elencam em seus trabalhos.

Nossas análises têm como intenção explicitar essas concepções apresentadas pelos autores, e discutí-las a partir do conceito e elementos conceituais por nós apresentados. O objetivo específico “a” constitui a parte por nós considerada mais importante para a compreensão de como está se dando a produção em psicologia sobre a ESCCA, no Brasil, pois intenta ir ao cerne dos conceitos apresentados pelos autores,

discutindo-os por meio de autores considerados especialistas no assunto e também por via de documentos e normativas nacionais e internacionais que se detém sobre a ESCCA, tal como demonstrado no capítulo 1.

Nesse eixo de análise ainda é atendido o segundo objetivo específico pretendido: (b) o que visam as pesquisas e produções (ou seja, quais os objetivos das pesquisas aqui analisadas). Diferente do objetivo específico “a”, esse objetivo e os outros dois restantes não têm a intenção de fazer análises profundas. A intenção é pô-los em relevo para evidenciar que estratégias estão sendo utilizadas para cercar o fenômeno da ESCCA nas pesquisas.

O eixo de análise 2 – Estratégias teórico-metodológicas – busca por em relevo, evidenciar os procedimentos metodológicos utilizados pelos autores em suas pesquisas. Serão investigados se os autores utilizam ou não trabalho de campo em suas pesquisas, quem são os sujeitos dessas pesquisas, se existem propostas de intervenção, e verificar se os autores justificam suas pesquisas.

Esse eixo visa atender aos outros dois objetivos específicos desta dissertação, que são: (c) como são justificadas as pesquisas e temáticas, e (d) a que abordagens teóricas os autores se filiam e que possibilidades metodológicas recorrem para o alcance do(s) objetivo(s) proposto(s). Esse eixo de análise não pretende ter a profundidade analítica que perpassa o eixo 1. O que se pretende aqui é tão somente evidenciar e descrever esses aspectos, sem fazer análises detalhadas.

Feitas essas explicações, vamos aos eixos de análise.

3.1 Eixo de análise 1: Conceitos e seus elementos constitutivos

A construção desse eixo de análise objetivou discutir criticamente as concepções elencadas acerca da ESCCA pelos autores em seus manuscritos, tal como já explicado anteriormente.

Antes de passarmos às análises propriamente ditas, é interessante que alguns comentários e esclarecimentos sejam realizados, acerca de como está organizada essa seção, como também será tecida uma consideração sobre da natureza de cada manuscrito (teses, dissertações e artigos científicos).

Os trabalhos dos autores aqui analisados aparecerão sob a alcunha de “Manuscritos”. Isso se deve porque a natureza de cada trabalho é diferenciada, mas esses não estão agrupados pelos seus tipos (ou seja, não há um bloco só de dissertações, outro só de artigos, tampouco um só de teses). O aparecimento desses manuscritos dá-se obedecendo à ordem numérica crescente de entrada no banco de referências criado, quando da busca por essas a partir dos descritores elencados para a pesquisa. Isso acontece porque a partir do momento que as referências desses manuscritos foram recuperadas na etapa de construção do banco de dados (que contém informações sobre as referências completas dos trabalhos), eles foram agrupados de acordo com a palavra-chave que os buscou e selecionou, fato que também não reflete uma lógica numérica ordenada. Um exemplo disso é a palavra-chave “abuso sexual” utilizada nas buscas. Essa foi a primeira palavra-chave da lista de 75 selecionadas. Assim, o primeiro manuscrito buscado por essa palavra-chave e selecionado para compor o *corpus* da pesquisa ficou com a alcunha de “manuscrito 1”, e isso se deu com todos os manuscritos. Dessa maneira, de um total de 2669 referências encontradas, tal como citado em seção anterior, 25 manuscritos foram selecionados para compor este *corpus* de análise. A numeração dos manuscritos selecionados varia entre 1 e 25, de forma que

não há necessariamente uma continuidade no intervalo entre cada trabalho avaliado (por exemplo, a sequência segue do número 1 ao 2 e depois passa ao manuscrito 5, que por sua vez é seguido pelo número 8, e assim por diante). Todavia, para uma melhor apreciação do leitor, optou-se por seqüenciar os 25 manuscritos analisados neste trabalho de uma forma ordinal crescente. Então, teremos manuscritos seqüenciados do número 1 (um) ao 25 (vinte e cinco), sem intervalos entre estes.

Os manuscritos são identificados a partir do nome de seu(s) autor (es), ano de sua publicação e título do trabalho. As referências completas encontram-se em seção própria (anexo), ao fim desta dissertação.

Antes de iniciar as análises dos manuscritos em si, é necessário ainda tecer uma consideração acerca da natureza dos manuscritos aqui analisados. Como já dito anteriormente, esta dissertação buscou analisar apenas publicações de caráter científico do campo da Psicologia. Assim, compõem o *corpus* de análises manuscritos elaborados em programas de pós-graduação em Psicologia (ou seja, teses de doutorado e dissertações de mestrado) e artigos científicos publicados em revistas que se identificam da área de psicologia apenas. Então, temos três tipos de trabalhos com especificidades diferentes (e que acabam se refletindo nas análises realizadas, pelo nível de complexidade de cada uma), que necessitam ser ressaltadas.

Os trabalhos de pós-graduação (teses e dissertações) têm aspectos bastante semelhantes. Para Demo (2000), Marconi e Lakatos (2007) e Salomon (1999) a tese de doutorado consiste num estudo de natureza reflexiva e que apresenta o mais alto nível de pesquisa. Requer não só explicações de materiais coletados, como também a análise e interpretação desses. Constitui-se num trabalho original de pesquisa, demandando para sua feitura conhecimento aprofundado acerca dos fenômenos aos quais se propõe analisar, devendo ser um estudo exaustivo da literatura científica da área relacionada.

Deve conter proposições e teorias que a identifiquem, caracterizem e a diferenciem de outros trabalhos (Salomon, 1999; Demo, 2000; Marconi & Lakatos, 2007).

A dissertação de mestrado também consiste de um estudo de natureza reflexiva, e para Salomon (1999) e Marconi e Lakatos (2007) é um trabalho feito nos moldes da tese de doutorado, com a característica de ser ainda uma tese inicial ou em miniatura. Para Marconi e Lakatos (2007) a dissertação tem a estrutura e o plano de trabalho praticamente idêntico ao de uma tese, entretanto, distingue-se porque esta pode trazer muito mais avanços científicos, pelo fato de ser um estudo muito mais aprofundado e exaustivo.

O artigo científico publicado em periódicos é considerado um texto técnico-científico, e que pode ser escrito por um ou mais autores. Tem a possibilidade ser criado a partir de relatos de pesquisas científicas, da síntese de uma dissertação ou tese, e ainda da reflexão ou revisão de um determinado tema (Sabadini, Sampaio & Koller, 2009). O artigo científico tem a possibilidade de abordar problemas inéditos, podem abordar de forma inédita problemas já conhecidos, além de apresentar um aspecto teórico de modo a ajudar o seu emprego na prática profissional, dando a uma teoria a possibilidade de aplicação prática (Trzesniak & Koller, 2009). O artigo científico deve ser rigoroso e objetivo, empregando palavras e termos em seu sentido exato. É um texto muito mais curto que uma tese ou dissertação, mas com mesmos aspectos científicos presentes nestes. A objetividade demandada ao artigo científico impede-o de explorar em profundidade aspectos de seus objetos de estudo, tal como acontece nas teses e dissertações (Sabadini, Sampaio & Koller, 2009).

Feitas essas diferenciações entre os trabalhos oriundos de programas de pós-graduação (teses e dissertações) e artigos publicados em periódicos científicos, ressaltamos que em virtude de nosso *corpus* conter esses três tipos de produção

científica, algumas análises são bem mais profundas que outras, porque o trabalho em discussão, em virtude de sua natureza, oferece ou não condições para tanto.

Assim, passamos agora às análises em si. Ao final das análises dos 25 trabalhos aqui discutidos, será feito um fechamento da seção, com impressões gerais, de forma resumida.

3.1.1 Análises e discussões dos manuscritos

Manuscrito 1

Trata-se de um artigo científico intitulado “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um Estudo com Caminhoneiros Brasileiros”, de autoria de Normanda Araujo de Moraes, Elder Cerqueira-Santos, Andreína da Silva Moura, Marlene Vaz, e Sílvia Koller (2007). Objetivou compreender os condicionantes da exploração sexual de crianças e adolescentes, a partir da percepção de caminhoneiros brasileiros, clientes ou não da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Neste artigo, a ESCCA é definida como “uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, sejam grandes redes de comercialização local e global, pais/responsáveis ou os consumidores dos serviços sexuais pagos (Faleiros 2000, 2004 p. 263)”. Os autores do artigo utilizam uma conceituação que tem a discussão de Faleiros como base teórica, de forma similar à adotada nesta dissertação, que tomou por base o referencial proposto por Leal e Leal (2002), que, por sua vez, traz elementos oriundos das contribuições de Faleiros (2000).

Esta definição traz elementos que aqui, nesta pesquisa, consideramos de extrema importância para se pensar na exploração sexual comercial. Os autores iniciam trazendo o termo “mercantilização”, que remete à discussão do mercado do sexo e todas as

implicações contidas nessa expressão, a partir de uma concepção de análise que sugere uma perspectiva materialista histórica e dialética – a sociedade de consumo, a exploração de forças com vistas à geração de acúmulos e lucros.

Segundo a perspectiva adotada nesta dissertação, é de extrema importância que os autores do artigo se preocupem em apontar teoricamente termos que remetam à dinâmica do mercado do sexo e suas implicações para a existência da exploração sexual comercial. Entendemos que o mercado do sexo, de forma geral, é um sistema comercial, segundo os ditames capitalistas, no qual existe a produção e a comercialização de mercadorias, estabelecendo relações de trocas de valores, além da exploração de forças de trabalho¹⁶.

Destacamos, também, que os autores do artigo em análise trazem a figura do explorador, como importante na identificação do fenômeno. Há uma preocupação por inserir a categoria *explorador* dentro de um contexto que envolve as grandes redes de comercialização, nas quais podem participar tanto os pais e/ou responsáveis, como os consumidores finais deste sistema de exploração. A presença da figura do explorador é fundamental para que se compreenda e identifique a ESCCA, e é trazida, no artigo em questão, tal como a compreendemos ao longo deste trabalho.

Os autores trazem também uma revisão bibliográfica que contempla outra forma de definição da ESCCA: uma proposta pela OMS – Organização Mundial de Saúde (em inglês *World Health Organization* – WHO) em que é apresentada definição de abuso sexual infantil que traz dentro de si a inclusão da concepção de ESCCA. No artigo em análise é feita uma crítica acerca dessa concepção trazida pelo órgão das Nações

¹⁶ Aqui trabalho é entendido em concordância com a perspectiva marxista, em que o significa como a transformação da natureza pelo homem, por meio de sua força e com auxílio ou não de instrumentos (Netto, 2008). Não há está sendo feita, nesse trecho, relação direta entre a categoria *trabalho* e *trabalho infantil*, relação essa que necessitaria de seção própria e discussões mais aprofundadas acerca das concepções das categorias citadas.

Unidas, relatando sua abrangência e apontando que a proposta conceitual da OMS é confusa:

A definição fornecida pela WHO é ampla, abrangendo também a ESCCA. De fato, há entre a situação de abuso sexual (intra ou extra familiar) e a situação de exploração sexual comercial, muitos elementos em comum, sobretudo a questão do abuso de poder de um adulto sobre uma criança e/ou adolescente. No entanto, no caso específico da ESCCA, o caráter comercial é fundamental na sua ocorrência e definição, fato que implica outras peculiaridades à situação do abuso. (Moraes et al, 2007, p. 263)

Aqui é importante salientar que os autores trazem a observação de que a definição que é proposta pelo órgão das Nações Unidas traz uma confusão conceitual com o fenômeno do abuso sexual. Os autores do artigo pontuam características comuns aos dois tipos de violação (ESCCA e Abuso sexual) e procuram, em seguida, deixar clara a diferenciação, acentuando que distinguir conceitualmente é imprescindível para o enfrentamento das duas situações de violação de direitos sexuais. O aspecto mais proeminente é o caráter comercial atribuído à ESCCA, tal como é adotado nesta dissertação.

O artigo traz uma importante discussão acerca das categorias “exploração sexual” e “prostituição”, tal como pode ser visto a seguir:

A literatura destaca quatro formas de exploração sexual comercial, quais sejam: a pornografia, o turismo sexual, o tráfico para fins sexuais e a “prostituição” (Libório, 2004; Libório & Martinez, 2002). Sobre esse último termo aqui empregado (“prostituição”), muitas críticas têm sido feitas quanto ao seu uso. Esse termo não é adequado quando se refere a crianças e adolescentes, pois o mesmo relaciona-se a

uma parcela de adultos que “escolheu” o comércio do sexo como uma profissão, o que não é o caso de crianças e adolescentes. (Morais et al., 2007, p. 264)

Contudo, apesar de apontar para a importância de se ter cuidado com a nomenclatura utilizada, os autores fazem uma opção de utilizar os termos “prostituídas” e “exploradas” para designar as crianças e adolescentes que estão na condição de exploradas sexualmente. Justificam a escolha alegando que dessa forma poderiam romper com o estereótipo e culpabilização de crianças e adolescentes envolvidas no comércio sexual.

Entretanto, a utilização do termo *prostituídas* não retira as crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual comercial do lugar de culpados por sua situação, do lugar de quem escolhe entrar em determinadas atividades por vontade própria. Semanticamente, é correto afirmar que a ação foi realizada por terceiros, que colocaram aquele sujeito na condição em que estão, no entanto, a representação social que o verbo *prostituir*¹⁷ carrega, em qualquer conjugação, tempo verbal e direcionado a qualquer sujeito semântico, a representação da marginalidade, da opção pelo ato, da escolha pelo “caminho errado”. Assim, a escolha pelo uso do termo *prostituídas* talvez não tenha sido a mais eficaz para o propósito objetivado.

Em relação aos objetivos do trabalho, os autores deixam claro que o foco do trabalho está centrado na percepção que o violador – no caso específico desse artigo, de caminhoneiros -, tem a respeito da ESCCA. Para tanto, os autores buscaram compreender como os violadores concebem a definição de crianças e adolescentes, que motivos eles acreditam que levam crianças e adolescentes a se “prostituírem”¹⁸, por que motivos eles acreditam que alguns homens preferem fazer sexo com

¹⁷ Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 2001) significa: 1. Tornar(-se) prostituta ou prostituto. 2. Degradar(-se), aviltar(-se).

¹⁸ Aqui o termo *prostituírem* foi mantido tal qual aparece no texto do artigo em análise. O termo é assim utilizado em questionário, que foi aplicado em caminhoneiros.

crianças/adolescentes, e, quais motivos que levam alguns caminhoneiros a afirmarem não terem saído com crianças/adolescentes.

Para alcance dos objetivos foi aplicado um questionário com 60 itens – abertos e de múltipla escolha – a 239 caminhoneiros em 6 estados da federação. Os procedimentos contaram com uma inserção dos pesquisadores no ambiente da pesquisa (postos de gasolina ou pátios de paradas dos caminhoneiros) a fim de estabelecer maior proximidade com o objeto de estudo, de acordo com a perspectiva de Inserção ecológica para o estudo do desenvolvimento em contexto (Cecconello & Koller, 2003).

Os autores consideraram que a pesquisa realizada por eles avança ao considerar a complexidade do fenômeno da ESCCA, a qual se configura centrando-se numa conjuntura de fatores sócio-econômico-político-legais. O avanço, revelam os autores, dá-se à medida que se investiga um fenômeno complexo como a ESCCA a partir da ótica do grupo social que perpreta esse tipo de violação, alcançando possibilidades de compreensão que outras pesquisas não alcançaram.

Um aspecto interessante é o cuidado em como os autores desse artigo procuraram definir a ESCCA e mapear seus condicionantes e elementos chave, como o mercado do sexo, por exemplo. Contudo, destacamos que os objetivos do estudo estavam centrados em um elemento fundamental para a idéia do mercado do sexo e das redes de exploração: o consumidor final, violador envolvido. Não faria sentido investigar esse sujeito participante dessa complexa gama que é a ESCCA sem que se buscasse conceituar, cuidadosamente, o fenômeno de forma a incluir esses atores e aspectos fundantes, tais como o mercado do sexo, os participantes desse mercado, as redes nas quais este está inserido.

Trata-se de um artigo científico intitulado “Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual”, de autoria de Luísa F. Habigzang, Gabriela Azen Azevedo, Sílvia Helena Koller, e Paula Xavier Machado (2006).

Tem por objetivo apresentar o mapeamento de fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual identificados nos processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul/Brasil por violência sexual, no período entre 1992 e 1998.

Esse trabalho se propõe a fazer uma reflexão específica sobre a rede de proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Nossa compreensão é de que, quando estamos falando genericamente em “violência sexual”, falamos, nas entrelinhas, que estamos considerando todas as formas de violências sexual existentes: principalmente as classificadas amplamente como abuso sexual e exploração sexual comercial, as principais categorias de violência sexual existentes (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 2005).

Contudo, ao se fazer a leitura do material percebe-se que o trabalho faz referência apenas ao abuso sexual. As autoras fazem uma conceituação e revisão da literatura acerca do abuso sexual, inclusive utilizando autores que trazem uma revisão em que a exploração sexual está inserida enquanto uma prática do abuso sexual: “Engloba, ainda, a situação de exploração sexual, visando ao lucro, como a prostituição e a pornografia (Azevedo & Guerra, 1989; Gomes, Junqueira, Silva & Junger, 2002; Kaplan & Sadock, 1994/1997)” (Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006, p.379).

Tal concepção está de acordo com Faleiros (2000) que demonstra que “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição

infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (p. 09). Para a autora (2000) a falta de precisão conceitual denota não só uma mera divergência semântica, mas a falta de uma discussão de cunho epistemológico acerca dos fenômenos que envolvem a violência, aqui a sexual.

Como o tema do abuso sexual não figura dentre os objetivos desta dissertação, esse artigo não será analisado em profundidade. Contudo, é importante que ele figure como constituinte do *corpus* de análise por trazer essa forma de definição da situação de exploração sexual comercial, enquanto uma subclassificação do abuso sexual. A importância se deve, como já fora dito ao longo da revisão teórica sobre a ESCCA, às possíveis práticas que uma definição assim pode orientar, e desse modo, contribuir efetivamente ou não para o enfrentamento dessas violações.

Manuscrito 3

O manuscrito é um artigo científico, intitulado como “Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola”, de autoria de Silvia Regina Viodres Inoue, e Marilena Ristum (2007).

Esse artigo teve como objetivo analisar os casos de violência sexual identificados ou revelados no contexto educacional, descrevendo suas formas, incidências, perfil da vítima, do agressor, do responsável pela identificação e circunstância da revelação. Traz em seu resumo, título e palavras-chave o termo “violência sexual”. Contudo, ao adentrarmos em seu conteúdo percebemos que se trata de um texto acerca do abuso sexual, apenas. As autoras conceberam, na definição de violência sexual, apenas a parte que caracteriza o abuso sexual. Acerca dessa violência, as autoras trazem ampla revisão de literatura sobre o tema. Ainda discutem algumas imprecisões terminológicas sobre o uso do termo abuso sexual e outros tipos de

violência, presentes no âmbito das violações dos direitos da criança e do adolescente. Isso acaba por justificar a forma como elas concebem violência sexual. Para elas, “abuso, etimologicamente, indica inadequação do uso normal, mau uso, uso excessivo, ultrapassagem de limites e transgressão. (...) estaria implícito um uso sexual permitido de crianças e adolescentes por adultos. Assim, o abuso seria o uso sexual de crianças e adolescentes além do permitido.” (Viodres Inoue & Ristum, 2008, p.13).

Diante dessa condição, não entraremos em análise minuciosa desse manuscrito, tendo em vista seu direcionamento para o estudo do abuso sexual, aqui concebido como violência sexual.

Manuscrito 4

Esse manuscrito tem como título “Impasses na prevenção de exploração sexual: as imagens do trabalho infantil”, de autoria de Marília Novais da Mata Machado, e Júnia Carine Cardoso da Silva (2007). As autoras elegem como objetivo do trabalho demonstrar a importância central das significações imaginárias sociais que os jovens criam para o trabalho que realizam, demonstrando que “tanto os meninos como as meninas supervalorizam o trabalho” (Machado & Silva, 2007, p.51).

As autoras têm como foco do artigo a questão do trabalho infantil. Assim, trazem a exploração sexual, o trabalho doméstico e o trabalho em construção civil como pano de fundo para investigação e alcance do seu objetivo.

É interessante ressaltar que as autoras concebem o fenômeno da ESCCA como uma forma de trabalho infanto-juvenil. Trazem a discussão presente na Convenção 182 da OIT, que dispõe sobre as piores formas de trabalho infanto-adolescente e escravo, em que a exploração sexual figura dentre outras formas assim classificadas por esse

documento. Contudo, não há uma reflexão acerca da ESCCA, como uma conceituação, por exemplo, ou mesmo características peculiares dessa forma de violação de direitos.

O trabalho contou com entrevistas com 34 crianças e adolescentes. A descrição do método é confusa e não explicita a partir de que lugar teórico buscou situar suas análises. Na parte da discussão dos segmentos das entrevistas que concernem à ESCCA há uma pequena introdução, assim apresentada: “A opção pela situação de exploração sexual as livra, pelo menos temporariamente, da submissão total a um patrão, embora as coloque, também, sujeitas a humilhações, ressentimentos, hostilidades, violências e amarguras” (Machado & Silva, 2007, p.60). Esse trecho nos leva a refletir sobre que concepção de exploração está permeando as análises realizadas nas entrevistas. Uma série de questões emerge a partir dessa pequena citação: a consideração, por parte das autoras, de que a entrada na ESCCA é uma possibilidade de escolha, de forma que as crianças e adolescentes têm a “opção” de escolher se querem fazer parte ou não dessa prática. Em seguida, é dito que essa opção os livra da submissão total a um patrão. É importante ressaltar que as autoras do artigo, ao afirmarem a possibilidade acima descrita, não consideraram que na ESCCA não há necessariamente a figura do aliciador, do negociador. Existem outras possibilidades de exploração sexual comercial que não só a que é praticada por meio de um agenciador. Muitas crianças e adolescentes encontram-se em situação de exploração sexual comercial sem que necessariamente tenham que pagar a um terceiro pelos serviços sexuais realizados. Em casos como esse, a exploração se dá diretamente por conta do cliente, daquele que paga pelos serviços sexuais (Faleiros, 2000, 2004; Dos Santos, 2007). Ainda nesse segmento de discurso percebemos que não há a consideração da existência das redes de exploração, da figura do aliciador, agenciador. Praticamente é dito que todas as crianças e adolescentes

escolhem estar em situação de exploração sexual exclusivamente por causa da violência estrutural (pobreza), como é afirmado na parte de discussão, posteriormente.

Ao que parece, essa concepção trazida pelas autoras não considera a exploração sexual uma forma de violência, mas uma prática que pode levar o sujeito que a pratica a ser vítima de violências. Além disso, é posta à criança e ao adolescente a total capacidade de fazer “escolhas”, e assim, decidir se “prostituir” para não ficar a mercê da pobreza econômica ou de um patrão (como nos casos de trabalho doméstico).

Não há maiores reflexões acerca dos direitos das crianças e adolescentes, o que acaba refletindo uma concepção enviesada de exploração sexual, em que esta é uma prática recorrente entre essa população, como opção de vida em que é feita uma escolha para suprir necessidades econômicas, sem fazer referências às características essenciais desse tipo de violação, como, por exemplo, uma reflexão sobre o mercado do sexo, os participantes desse processo e as redes de favorecimento que estão implicadas.

Manuscrito 5

O manuscrito em questão é um artigo científico intitulado “Violência e medo permeando a exploração sexual de crianças e adolescentes”, de autoria de Leonardo Balbino Mascarenhas, Fernanda De Lazari Cardoso, Gilmar Rocha, e Marília Novais da Mata Machado (2006). Tem por objetivo analisar a alta incidência da violência na região do Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, e sua relação com a exploração sexual infanto-juvenil.

O artigo tem, em sua introdução, a seguinte concepção de exploração sexual: “compreendida como ‘violação de direitos humanos’, é um problema que agride a auto-estima, o respeito, a confiança e, principalmente, a dignidade da pessoa humana. É o ‘ato ou jogo sexual em que o adulto submete à criança ou ao adolescente (relação de

poder desigual) para se estimular ou satisfazer sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com ofertas de presentes' (Andi, 2002, p.44)" (Mascarenhas et al, 2006, p.194).

Percebemos que essa concepção traz elementos importantes na definição da ESCCA, contudo não faz referência às peculiaridades as quais acreditamos serem de extrema importância para tal definição: mercado do sexo, redes de favorecimento, presença de aliciadores, etc.. Essa concepção trazida pelos autores se aproxima muito mais do que é concebido por autores como Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005) como uma definição de abuso sexual.

Esse fato denota uma certa confusão conceitual, que tem suas raízes em questões epistemológicas mais profundas, inerentes à diferenciação das categorias de violência sexual: abuso e exploração sexual comercial.

Mais à frente, já na seção de discussão dos dados da pesquisa, há uma discussão em que se diferencia a exploração sexual da violência, de forma que essas são concebidas enquanto fenômenos diferenciados, em que a prática de uma (exploração sexual) pode levar o sujeito a experimentar práticas de outra (a violência em si).

Manuscrito 6

O manuscrito é um artigo científico intitulado "A fofoca, o estigma e o silêncio: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual", de autoria de Marília Novais da Mata Machado (2006). Objetivou entender por que os jovens entrevistados evitaram falar sobre a questão da exploração sexual.

Trata-se de um artigo que considera o conceito de ESCCA de acordo com as diretrizes apontadas pela Declaração de Estocolmo (1996), pois traz uma divisão por modalidades, tal como proposto por este documento. O trecho a seguir é retirado

literalmente do artigo, e trata-se do único momento em que a autora preocupou-se com a caracterização desse tipo de violência:

Quatro modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes foram adotadas universalmente a partir do I Congresso Mundial dedicado a essa questão (Faleiros, 2004, p. 77-81), realizado em Estocolmo em 1996, a saber: (a) prostituição: atividade na qual atos sexuais com crianças e adolescentes são negociados em troca de pagamento; (b) turismo sexual: comércio sexual envolvendo turistas (nacionais e estrangeiros) e crianças e adolescentes; (c) pornografia: produção, exibição, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes; (d) tráfico para fins sexuais: movimento clandestino e ilícito de crianças e adolescentes através de fronteiras para forçá-las a entrar em situações sexual e economicamente opressoras e exploradoras, para lucro de aliciadores, traficantes e crime organizado. De tais modalidades, apenas a primeira (prostituição) ficou evidenciada nos municípios estudados. (Machado, 2006, p. 4)

É importante destacar que a autora se vale do documento de Estocolmo (1996) para a construção dessa divisão da ESCCA. Contudo, assim como acontece na referida Declaração (1996), existe o uso do termo *prostituição*, ainda que como uma subcategoria da ESCCA, associado às crianças e adolescentes. A utilização desse termo deve ser associada aos aspectos sócio-políticos envolvidos derivados de seu uso, fato que parece não ser considerado na Declaração citada, como também pela autora. O uso desse termo pode contribuir para o estigma social direcionado às pessoas associadas a essa prática (sentidos e valores depreciativos), e distorcendo a imagem social das crianças e adolescentes exploradas, de forma que em vez de serem vistas como vítimas, passam a ser representadas como sujeitos que escolheram estar na condição em que se

encontram, e por isso são totalmente responsáveis por quaisquer violações que lhes possa acontecer (Libório, 2004; Dos Santos, 2007).

No texto, a autora explicita que apenas a modalidade *prostituição* ficou evidenciada nos municípios estudados. Contudo, alguns autores (Faleiros, 2004; Dos Santos 2007) já demonstraram que essa denominação não é a mais correta, mesmo que esteja sendo direcionada para uma subcategoria, que tem por finalidade uma divisão didática. A própria autora Eva Faleiros, citada pela autora do artigo em análise, discute a questão dessa terminologia demonstrando o quanto ela é equivocada, e que se deve evitar o uso do termo *prostituição* direcionado à população de crianças e adolescentes.

No artigo em análise não há reflexões aprofundadas a respeito de aspectos característicos da ESCCA, tais como o mercado do sexo e as redes de exploração. Esses dois aspectos constituintes são citados no texto, mas pouco explorados. Talvez a exploração em maior profundidade de tais aspectos fosse, inclusive, de grande utilidade para a autora formular reflexões ainda mais profundas acerca do objetivo do trabalho, que buscava “entender por que crianças e jovens evitaram falar sobre a questão [ESCCA]”. (Machado, 2006, p. 4). Como conclusão, a autora aponta que o silêncio constituiu-se de uma tentativa imaginária e errônea de escapar do estigma, da situação de bode expiatório ou da exclusão do mundo das pessoas de bem. Este silêncio torna-se parte de um círculo vicioso, que também é perpassado pela fofoca e estigma, a ser rompido.

A meu ver, as reflexões apontadas pela autora são muito coerentes e constituem-se, de fato, como contribuição para o enfrentamento da ESCCA na realidade contextual indicada no artigo. Contudo, como já sinalizado anteriormente, acredito que a reflexão pautada em aspectos importantes da exploração sexual comercial, como as redes de exploração e o mercado do sexo, que inclusive são trazidos como exemplos no corpo do

artigo, poderiam tornar compreensível o fenômeno do silêncio, que permeia a exploração sexual comercial naquela região. Ao explorar esses aspectos conceituais (as redes de exploração e o mercado do sexo) haveria a possibilidade de compreender porque o silêncio é algo tão intrínseco à situação de ESCCA. Apontar aspectos culturais e míticos da região, como acontece no artigo, como causa para o não falar sobre as situações de exploração, parece não ser suficiente enquanto explicação para o fato. A dinâmica da exploração sexual comercial pauta-se numa estrutura organizada de comercialização, em que uma gama de atores está envolvida, trabalhando, inclusive, para que eles próprios se tornem “invisíveis” aos clientes e familiares (em muitos casos) das crianças e adolescentes envolvidos. Certamente, poderíamos arriscar-nos a comentar que além dos motivos encontrados no artigo para que haja o silêncio acerca da situação de exploração sexual comercial, é lícito pensar que o estigma, a fofoca e alguns aspectos culturais apontados tenham estreita relação com as peculiaridades das redes de favorecimento da exploração, com os meandros constituintes do mercado do sexo.

Manuscrito 7

O manuscrito em questão trata-se do artigo “Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea”, de autoria de Renata Maria Coimbra Libório (2005). Tem como objetivo compreender as características desse fenômeno, em especial os fatores que interferem na sua produção e manutenção, através da fala das adolescentes envolvidas nesse tipo de violação de direitos. Tem ainda, como objetivos específicos:

- (a) elaborar uma caracterização sócio-econômica e familiar de um grupo de adolescentes em situação de exploração sexual comercial; (b) descrever o perfil das adolescentes em relação a: faixa etária, grupo étnico, escolaridade, conhecimentos e

práticas de saúde e sexualidade e a história de seu envolvimento com a rede de exploração sexual; (c) analisar os relatos de experiências das adolescentes sobre temáticas que se relacionam com o mundo da prostituição; (d) compreender a natureza da problemática estudada e as características do contexto na qual se insere. (Libório, 2005, p. 415)

As ponderações empreendidas neste artigo são semelhantes às feitas no Manuscrito 9, analisado mais à frente. Dessa maneira, fazemos a opção de apenas construir reflexões analíticas no corpo de análise do manuscrito citado, afirmando que as ponderações realizadas naquele, podem ser utilizadas neste. Reforçamos ainda que este artigo (manuscrito 7) é fruto das meditações empreendidas pela autora em sua tese de doutorado (manuscrito 9).

Manuscrito 8

O manuscrito trata-se de uma dissertação de mestrado, cujo título é “‘Fazendo ponto’: trajetórias de adolescentes em situação de exploração sexual em Lages – SC”. Tem como objetivo principal revelar as trajetórias de adolescentes que vivenciam práticas de exploração sexual na cidade de Lages, Santa Catarina. No início da Introdução a autora faz uso de uma nota de rodapé explicando que no decorrer do trabalho explicitará os motivos de utilização o termo *exploração sexual* para se referir às *práticas da prostituição*¹⁹. Em seguida, explicita que concebe a violência sexual enquanto categoria chave para a pesquisa, como se vê a seguir:

A violência sexual é categoria chave para esta pesquisa, já que se manifesta sob a forma de abuso sexual intra ou extrafamiliar, e também na forma de exploração sexual comercial. “A exploração sexual comercial tem uma relação direta com a pornografia, o turismo sexual, a prostituição e o tráfico para fins sexuais”

¹⁹ Termo utilizado pela autora.

(CECRIA, 2002). Assim, fica posta a delimitação do universo desta pesquisa: um olhar sobre as subjetividades de crianças e adolescentes vítimas da prostituição. Portanto, não me aprofundi nas outras formas de exploração sexual – turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais. (Rodrigues, 2004, p. 01)

Nesse trecho a autora faz a divisão de violência sexual concebida por autores como Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005), na qual esse tipo de violência tem dois grandes tipos característicos: o abuso sexual e a exploração sexual comercial. Logo em seguida, a Rodrigues (2004) faz referência à divisão adotada por autores, como os acima citados, além de órgãos como ECPAT acerca da exploração sexual comercial, que tem como referencial as orientações advindas da Declaração de Estocolmo (1996), qual seja: pornografia, turismo sexual, prostituição, e tráfico para fins sexuais. Essa divisão da ESCCA também está de acordo com a divisão proposta pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que utiliza essas mesmas categorias para subdividir a exploração sexual comercial. É importante salientar que a subdivisão *prostituição*, quando relacionadas à crianças e adolescentes, vem sendo questionada por estudiosos e instituições (Dos Santos, 2007; ECPAT, 2005) que se ocupam da temática, tendo em vista o posicionamento de que essa população ainda não está em condições, por estar em fase de desenvolvimento peculiar, de fazer escolhas e, neste caso, a escolha pela atividade da exploração sexual comercial (a autora faz uso do termo *prostituição*). Concebe-se que as crianças e adolescente são levados à praticá-la devido à diversas condições que perpassam suas trajetórias de vida, e até mesmo pelos apelos sedutores da sociedade de consumo capitalista.

É interessante notar que mesmo a Declaração de Estocolmo (1996), documento considerado bastante avançado, além de ser um marco referencial de grande importância para os estudos e ações voltados para o enfrentamento da exploração sexual comercial,

adota essa divisão em que a categoria *prostituição* é elencada enquanto direcionada para crianças e adolescentes. É importante salientar esse aspecto não meramente considerando o aspecto semântico do termo *prostituição*, mas pensando nas conseqüências sócio-políticas que derivam de seu uso, principalmente pensando nas conseqüências sofridas pelas pessoas a quem são atribuídas a essa prática. O estigma social direcionado às categorias humanas ditas prostituídas (seja de adultos, velhos, crianças ou adolescentes) quase que por unanimidade traz sentidos e valores negativos e depreciativos, o que pode levar a uma representação social de pessoas que cometem infrações, no caso da população de crianças e adolescentes, responsáveis pela própria situação, e não à condição de vitimizados, como realmente o são (Libório, 2004; Dos Santos, 2007).

A autora dá continuidade trazendo uma divisão dentro da categoria *prostituição*, explicando suas diferenças:

A prostituição infanto-juvenil desmembra-se em duas situações: aquela em que há a presença da/o intermediária/o (caftina ou cáften), e aquela em que a criança ou adolescente troca favores sexuais por dinheiro, e o explorador é a pessoa que usa os favores sexuais (o cliente). (Rodrigues, 2004, p. 02)

A partir desse trecho, percebemos que o conceito empregado pela autora é perpassado por elementos que consideramos essenciais à discussão sobre exploração sexual comercial, e que são trazidos pela Declaração de Estocolmo, em 1996: a presença do explorador, seja por meio da figura do aliciador (caftina ou cáften), seja na figura do consumidor do serviço pago, o cliente. Pensar no explorador, seja ele um intermediário do processo, seja ele o cliente final, é extremamente importante por situar uma dinâmica que está por trás das simples relações de compra e venda do serviço sexual: a dinâmica do mercado do sexo. O mercado do sexo se estrutura como um

sistema comercial no qual os envolvidos, inseridos em redes, visam à comercialização e produção de mercadorias. Nesse mercado crianças e adolescentes são colocadas à disposição como mercadorias a serem negociadas, obedecendo a um rígido contrato sexual, segundo o descrito por Faleiros (2000, 2004) em concordância com Pateman (1988).

Após a Introdução, autora inicia um tópico cujo título é “Exploração sexual infanto-juvenil e a questão da violência”, em que discute teoricamente a exploração sexual enquanto pertencente à categoria violência.

Nesse tópico, no tocante ao que trata especificamente à exploração sexual comercial, há uma discussão acerca da relativa imprecisão terminológico-epistemológica existente quando se pesquisa sobre a temática da violência sexual, fato já apontado por Faleiros (2000, 2004):

Pesquisa realizada por Faleiros (2000) afirma que termos como violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual e crime sexual são utilizados para designar o fenômeno do abuso sexual. Para falar da violência sexual intrafamiliar, são utilizados termos como abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso. O uso sexual de crianças e adolescentes com fins lucrativos é designado como prostituição infanto-juvenil, exploração sexual comercial ou abuso sexual. (Rodrigues, 2004, p. 10)

A autora da dissertação reflete, concordando com Faleiros (2000), que a aparente confusão teórica não se trata apenas de uma questão semântica, de terminologia, mas revela a falta de rigor de muitos pesquisadores que se detém da temática. Para a autora, assim como para Faleiros (2000) e a concepção adotada neste trabalho, muito dessa

confusão conceitual se deve à recente consciência e enfrentamento da problemática da diversidade e complexidade das violências sexuais.

Em seguida, é realizada uma reflexão sobre a relação abuso sexual e exploração sexual comercial. A autora traz em sua revisão alguns pontos de vista diversos, alguns que afirmam que a exploração sexual é uma categoria incluída dentro do abuso sexual. Contudo a autora assume a posição de que são fenômenos de naturezas diferentes, com muitas características em comum, mas que devem ser enxergados de formas distintas.

Essa ponderação da autora reflete a preocupação epistemológica ressaltada por Faleiros (2000), que nos atenta para a importância de se buscar saber como essas violências são construídas, que forças atravessam as relações que as constituem, para que se tenha clara a construção epistêmica do fenômeno, e que assim se possam construir ações de enfrentamento que alcancem a realidade de cada pessoa com direito violado.

Dando continuidade, a autora traz na seção de conceituação da ESCCA as contribuições de Sousa (2001), refletindo sobre a evolução das publicações acerca da *prostituição infanto-juvenil*²⁰. Para Sousa (2001), segundo Rodrigues (2004), esse fenômeno historicamente tem sido tratado como se a prostituição realizada por adultos fosse a mesma em relação às crianças e adolescentes, como se falasse em prostituição precoce, que transpõe todos os estereótipos e preconceitos existentes para essa prática realizada por adultos para o público infanto-adolescente. Segundo Rodrigues (2004, p.12):

A autora afirma que a designação de prostituta para crianças e/ou adolescentes não contempla a diversidade das situações vividas por crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial e, além disso, esse rótulo “individualiza a

²⁰ Termo utilizado por Sousa (2001) e mantido por Rodrigues (2004). Manteremos o formato *itálico* para designar o uso do termo tal qual utilizado pelas autoras.

responsabilidade pela ‘opção’ de vida, impede-as de romper com o ‘destino’ que a sociedade lhes reservou e descompromete cada vez mais a criação de políticas públicas que atendam à população em geral e às crianças e adolescentes em particular” (Sousa, 2001, p.48)

Essa reflexão é importante para ressaltar o problema epistemológico presente ao associar a prática da *prostituição* às crianças e adolescentes. Além de trazer as contribuições de Dos Santos (2007) e Faleiros (2000) sobre o caráter desempoderado das crianças e adolescentes acerca da possibilidade de escolha de participar de práticas de exploração sexual comercial, acrescenta a reflexão de que *prostituição* não contempla a diversidade de situações vividas por essa população, além de descomprometer o Estado de criar ações e políticas voltadas para o enfrentamento da ESCCA.

Na seqüência, Rodrigues (2004), ainda refletindo sobre as contribuições de Sousa (2001), mostra que o termo *prostituídas* também ocupa um lugar pouco confortável para o enfrentamento da ESCCA. Sousa (2001), segundo Rodrigues (2004), mostra que o uso do termo coloca a criança/adolescente em situação de ESCCA numa posição totalmente passiva, de não sujeito, de total falta de vontade e apática frente à sua vida.

Rodrigues (2004, p. 12) faz uma reflexão acerca do termo utilizado por Sousa (2000), qual seja PIJ (*prostituição infantil e juvenil*):

No meu entender, parece complicado o uso de uma sigla (PIJ) para designar crianças e adolescentes que estejam se prostituindo ou, nos termos que várias pesquisas e também várias ONG’s preferem utilizar, estejam sendo exploradas sexualmente. Nesta pesquisa, optei por utilizar “crianças e adolescentes em situação

de prostituição”, pelas questões já ponderadas anteriormente, ou seja, é uma circunstância psicossocial e pode ser transitória, passageira.

Nessa passagem percebemos alguns pontos que merecem atenção. A autora (Rodrigues, 2004) afirma achar complicada a forma como Sousa (2000) tratou do tema, mas não expõe em que medida isso se torna complicado, ou seja, não justifica sua afirmação. Além disso, Rodrigues (2004) mais uma vez expõe sua opção por usar a terminologia *prostituição*, em detrimento de exploração sexual, mesmo depois de ter se detido teoricamente em autores (Faleiros, 2000; Sousa, 2000) que refletiam sobre os problemas epistemológicos e conseqüências oriundas da utilização dessa terminologia associada á crianças e adolescentes. Mesmo expondo tais ponderações e limites teórico-epistemológicos acerca do uso de *prostituição*, a autora prefere continuar com a terminologia, justificando que se trata de uma subcategoria da exploração sexual.

Em seguida, a autora (Rodrigues, 2004) faz uma discussão acerca de alguns aspectos da exploração sexual. Discute, com base na autora Heleieth Saffioti duas dimensões do conceito:

a primeira delas confunde-se com o conceito de exploração econômica e tem o lucro por objetivo; a segunda dimensão é a de obtenção de outras vantagens para o explorador. Saffioti apresenta o conceito de dominação, entrelaçado ao de exploração. Ela afirma que para que uma pessoa possa explorar outra pessoa, seja economicamente ou para o próprio prazer, é necessário que exerça domínio sobre este outro. (p. 13)

Rodrigues (2004) aponta para a importância que o lucro tem na relação de domínio que exercida na ESCCA, pontuando que a exploração econômica está no cerne da questão da exploração sexual. Pensar a ESCCA enquanto uma relação de dominação é também, a nosso ver, importante, pois resgata a discussão trazida por Faleiros (2005),

que expõe que a violência, nesse caso a sexual, está intimamente relacionada a relações que envolvem o uso do poder. Este passa a ser violento quando numa relação de força (física, política, psicológica etc.), alguém que a possui faz uso de seu exercício visando alcançar vantagens previamente definidas.

Ainda refletindo sobre o conceito da exploração sexual comercial, Rodrigues (2004) resgata, a partir da Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, coordenada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) (Leal & Leal, 2002), o documento originário do I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, a Declaração de Estocolmo (1996). A citação de um trecho desse documento é importante, na medida em que divulga um documento de extrema importância no meio acadêmico; contudo a autora é omissa em relação às análises que o documento demanda. A autora não faz grandes reflexões sobre o trecho citado da Declaração, a qual segue:

a exploração sexual comercial de crianças é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (Estocolmo, 1996, p.01, citado por Rodrigues, 2004, p. 15)

Esse trecho da Declaração foi por nós discutido na seção referente à evolução do conceito de Exploração Sexual Comercial. Aqui faremos alguns comentários sobre como ele foi refletido no texto de Rodrigues (2004). A autora não aborda os muitos temas que atravessam essa conceituação trazida pela Declaração. Alguns aspectos

relevantes emergem enquanto preocupação para a concepção do fenômeno da ESCCA: pensar nas implicações do que significa “remuneração”, conjecturar sobre quem seriam os “terceiros” apontados pela Declaração, e a nosso ver, algo de extremo valor, a reflexão sobre a categorização da exploração sexual comercial enquanto uma forma de trabalho contemporâneo, igualada à escravidão.

A seção de discussão acerca da exploração sexual comercial é finalizada com uma discussão acerca do protagonismo dos atores que atuam no enfrentamento do fenômeno, assim como das crianças e adolescentes nele envolvidos. Antes de finalizar a seção, a autora ainda traz uma reflexão de Faleiros (2000) acerca da imprecisão conceitual:

Faleiros (2000) pontua que no início da década de 90, o uso sexual de crianças e adolescentes era designado por prostituição infanto-juvenil, pois ainda não se havia estudado o fenômeno como mercado, exploração e produção industrial pornográfica. O crescimento do turismo sexual, do tráfico de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino, bem como o surgimento e a expansão do sexo via Internet, tornaram presentes outras “modalidades” do que se convencionou chamar de exploração sexual infanto-juvenil. (Rodrigues, 2004, p. 21)

Nesse e em vários outros momentos a autora demonstra discussões acerca do por que a terminologia *prostituição* não deve ser empregada enquanto direcionada para crianças e adolescentes. Nesse caso, a explicação ainda vem acompanhada de elementos fundamentais para a exploração sexual enquanto fenômeno situado no contexto do modo capitalista de produção: mercado, exploração e produção industrial pornográfica.

As análises feitas pela autora são de extrema relevância para os estudos em meio acadêmico na área de psicologia acerca da Exploração Sexual Comercial de Crianças e

Adolescentes. Apesar de ela adotar ainda algumas terminologias que, segundo suas próprias reflexões, já não são utilizadas, ou quando o são, recaem em confusões conceituais ou pouca preocupação epistemológica acerca do tema, as reflexões empreendidas ajudam bastante para a compreensão, por parte do leitor, de que na história da evolução do conceito da ESCCA algumas etapas foram superadas, outras conquistadas.

Manuscrito 9

O manuscrito é uma tese de doutorado, intitulada “Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual”, de autoria de Renata Maria Coimbra Libório (2003). Tem por objetivo tratar “da problemática da exploração sexual comercial de adolescentes, buscando descortinar os processos que conduzem à produção desse fenômeno na sociedade contemporânea” (Libório, 2003, p.43). O trabalho de tese de doutorado é bem mais complexo que uma dissertação de mestrado ou artigo científico veiculado por periódicos, tendo discussões bem mais densas e profundas, com a finalidade de se tentar cercar os fenômenos estudados pelo máximo de ângulos possíveis. Tendo em vista essa peculiaridade (complexidade) desse tipo de produção acadêmica, é interessante ressaltarmos aqui que, em virtude da riqueza de informações contidas numa tese, e sem perder o foco nos objetivos dessa dissertação (especialmente dessa etapa em que nos encontramos, qual seja, a análise conceitual de exploração sexual comercial nos trabalhos), iremos centrar as análises apenas nos elementos que consideramos dizerem respeito aos elementos conceituais, para que não fuçamos do objetivo aqui empreendido, e para que as discussões não se tornem repetitivas e enfadonhas.

A tese de Libório está organizada da seguinte maneira: seu capítulo um intitula-se “Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: aspectos conceituais e teóricos”. Esse capítulo se subdivide em diversos sub-tópicos que apresentam discussões em diversos níveis acerca dos diversos aspectos conceituais que perpassam o conceito de ESCCA. As análises aqui empreendidas terão como foco principal esse capítulo, tanto por sua especificidade (que discute exatamente o que nos propomos a analisar), tanto por sua complexidade e profundidade teórica. A tese conta ainda com o capítulo dois, chamado “Brasil: expressões da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes”, que apresenta um cenário geral “aprofundado em relação à manifestação do fenômeno na região sudeste para em seguida expor a respeito da região de Presidente Prudente, município localizado no oeste do Estado de São Paulo no qual foi realizada a presente pesquisa” (Libório, 2003, p. 186). O capítulo três refere-se à pesquisa de campo, apresentando como o *corpus* foi estruturado, elucidando questões de ordem metodológica e esclarecendo como foi o tratamento dos resultados obtidos. O capítulo quatro intitula-se “Apresentação e discussão dos resultados”, em que é apresentada a discussão oriunda do material de análise. Por fim, o capítulo cinco trata das considerações finais da tese.

Iniciando o percurso analítico, tomamos o capítulo um e seus subitens que trazem os aspectos conceituais da ESCCA. É interessante antes apresentar os subitens contidos nesse capítulo e esclarecer sobre quais deles foram focadas as análises aqui elaboradas. O capítulo tem um total de quatro grandes partes, e que apenas a última parte é subdividida em seis partes. Os grandes subitens são: 1.1. Evolução conceitual, 1.2. De Estocolmo a Yokohama, 1.3. Cenário nacional, e 1.4. Enfoque teórico.

O item 1.4 contém seis subdivisões, e algumas dessas contêm mais divisões internas. Então, para fins de elucidação de como essa parte é estruturada, serão

apresentados seus itens: 1.4.1. Violência estrutural, 1.4.2. Violência social (dentro desse item: 1.4.2.1. O adultocentrismo, 1.4.2.2. As relações de gênero, 1.4.2.3. a dimensão da raça/etnia, 1.4.2.4. Inter-relação entre as variáveis gênero, raça/etnia e sua interferência na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes), 1.4.3. Violência interpessoal: intra e extra-familiar (dentro desse item: 1.4.3.1. Violência sexual), 1.4.4. Aspectos psicológicos: formação da identidade e processo de vulnerabilização (dentro desse item: 1.4.4.1. Formação da identidade, 1.4.4.2. Processo de vulnerabilização), 1.4.5. Cidadania e violação de direitos, e 1.4.6. Adolescência/sexualidade/violência.

Como já esclarecido anteriormente, não serão todos os itens que farão parte das nossas análises, pois, por se tratar de um trabalho de tese, as discussões nela realizadas são bastante profundas e extensas, e muitas vezes não se referem ao que nos propomos analisar, ou seja, a parte conceitual do fenômeno da ESCCA. O capítulo um terá vários de seus itens analisados, outros não, partindo desse princípio. Assim, iniciamos por elucidar que o item 1.1 (Evolução conceitual) será integralmente analisado. Os itens subsequentes não terão partes analisadas, tendo em vista que não fazem referência à construção do conceito de ESCCA, ou seus elementos constituintes.

O item 1.1, referente à evolução conceitual da ESCCA inicia-se da seguinte maneira:

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes passou por um processo de evolução conceitual, durante a década de 90. De acordo com Faleiros, os anos 90 podem ser considerados como bastante relevantes no que se refere à compreensão e enfrentamento ao “uso sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo” (2000, p.31) devido à conscientização da sociedade quanto à extensão e complexidade desse problema, que gerou uma série de mobilizações em

níveis nacionais e internacionais, envolvendo organismos governamentais e não governamentais. (Libório, 2003, pp. 52-53)

Essa informação também é corroborada por Sousa (2001, 2004), além da já citada Faleiros (2000), que refletem que anteriormente a esse período no país, embora houvesse muito anteriormente movimentação de segmentos sociais direcionados para a garantia de direitos da criança e do adolescente, essa população não ocupava lugar de preocupação tão acentuada por parte do Estado e setores muitos setores da sociedade civil, especialmente no que se refere à garantia de seus direitos sexuais, por anos vistos como tabu, como assunto do qual não se falava, tendo em vista seu conteúdo.

Indo na mesma direção do comentário anteriormente realizado, a próxima citação se refere à falta de precisão teórica e terminológica própria da época em que as discussões acerca da temática da ESCCA começaram a ganhar fôlego tanto no âmbito político-institucional, quanto pra diversos setores da sociedade civil:

Faleiros explica que, inicialmente, no final dos anos 80 para os 90, quando se falava do uso de crianças ou adolescentes na indústria do sexo, era comum a utilização do termo “prostituição infanto-juvenil”. Nesse período, não se tinha clareza da dimensão real e assustadora da indústria do sexo, como a produção e divulgação de pornografia infantil e o turismo sexual. (Libório, 2003, p. 53)

Seguindo uma perspectiva cronológica, Libório (2003) inicia uma discussão sobre o momento mundial de preocupação com existência do fenômeno da ESCCA e as bastantes presentes imprecisões conceituais acerca dessa violação, citando a importância do Congresso de Estocolmo, em 1996:

A organização e promoção de eventos gerados a partir dessas mobilizações, tais como o “I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças” realizado em Estocolmo no ano de 1996, promoveram avanços significativos tanto

na área de conhecimento e aprofundamento teórico como na implementação de programas sociais voltados para as vitimizadas(os). De acordo com Muntarbhorn (2001), a adoção da Declaração e Agenda de Ações do I Congresso Mundial tornou-se um marco global para mobilizações no sentido de proteger crianças e adolescentes da exploração sexual comercial. (Libório, 2003, p. 53)

Após as considerações iniciais acerca do Congresso de Estocolmo e sua Declaração e Agenda de Ações, Libório retoma o cenário nacional, fazendo referência à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no ano de 1993 e que teve o objetivo de investigar o fenômeno, à época chamado de, *prostituição infanto-juvenil*:

De acordo com Leal (1999), após a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil no ano de 1993, que deu maior visibilidade a esse fenômeno e produziu avanços conceituais, o mesmo passou a ser concebido como “exploração sexual infanto-juvenil” e a ser tratado com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (Libório, 2003, p. 54)

Sousa (2001, 2004) também corrobora essa visão, de que essa CPI pode ampliar a visibilidade do fenômeno da ESCCA frente à sociedade brasileira, como também permitir que se pensasse conceitualmente neste, no sentido de expandir a discussão para além do termo *prostituição*. Além disso, como ressalta Libório (2003), pensar essa forma de violação sexual em conformidade com as diretrizes do ECA, que em seu artigo 5º faz referência à práticas exploratórias, sendo essas de natureza sexual ou não: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, **exploração**, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1990, grifo nosso).

Para Libório (2003):

A partir desta perspectiva, foi-se ampliando a utilização do termo exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes, e foi sendo abandonado o termo “prostituição infanto-juvenil”, pelo fato deste se referir ao modo de vida de certos segmentos sociais adultos e por implicar na possibilidade de haver a ação de optar voluntariamente por tal modo de vida, ocultando a natureza do comportamento sexualmente abusado, alternando o enfoque que deveria ser dado a crianças e adolescentes envolvidos nesta situação. A palavra prostituição deve ser vista como uma opção do mundo adulto e não associada à população infanto-juvenil pois, a sua utilização pode promover sua caracterização como infratores e não vitimizados(as), advindo, disto, a preferência pelo uso do termo adolescente prostituída (o). (p. 54)

Essa perspectiva é considerada por Dos Santos (2007) como um avanço conceitual e epistemológico em relação ao olhar que se direciona para a exploração sexual comercial. Desassociar as crianças e adolescentes vitimizadas pela ESCCA da prática da prostituição significa muito mais que uma troca de terminologias para se referir a essa violação de direitos sexuais. É restituir a essa parcela da população que teve seus direitos violados o lugar de prioridade em cuidados e ações, é isentá-las da responsabilidade por estarem em quaisquer situações de violação de direitos. Como afirma Libório, a palavra *prostituição* deve ser associada apenas ao universo dos adultos, pois essa é uma atividade humana que carrega estigmas sociais, sentidos e valores depreciativos.

Em seguida a esse último trecho citado, Libório (2003) apresenta uma definição de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes baseada em Leal (1999), que por sua vez, utilizou a Declaração de Estocolmo para elaborar tal definição:

Leal explica que a “Agenda de Ação” que resultou do Congresso de Estocolmo, em linhas gerais, definiu exploração sexual comercial: todo tipo de atividade em que as

redes, usuários e pessoas usam o corpo de um menino, menina ou adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial e poder e declara que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um crime contra a humanidade (1999,p.10). (Libório, 2003, p. 54)

Exatamente em seguida, Libório faz referência direta à definição apresentada pelos documentos oriundos do Congresso de Estocolmo (1996) e do II Congresso, acontecido em Yokohama (2001), expondo essa definição e afirmando que

atualmente podemos utilizar as definições de exploração sexual comercial (por serem complementares) que servirão de sustentação teórica para o presente trabalho: A exploração sexual comercial de crianças é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (ECPAT End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose, 2002). (Libório, 2003, p. 55)

A autora também utiliza uma definição proposta por Faleiros (2000), igualmente fazendo a ressalva de que é uma definição complementar às outras já citadas:

Exploração sexual comercial definiu-se como uma violência contra crianças e adolescentes que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais coercitivas ou

persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos à liberdade individual da população infante – juvenil (FALEIROS, 2000, p. 72). (Libório, 2003, p. 55)

Concordando com Libório (2003), Faleiros (2000) e Leal (1999), também concebemos essas definições para a ESCCA bastante avançadas. A partir da definição proposta pelas Declarações de Estocolmo (1996) e, posteriormente, de Yokohama (2001), é possível elencar uma série de características que definições anteriores para a ESCCA (ou mesmo para *prostituição infante-juvenil*) não apresentavam, e que são fundamentais para que se entenda a dinâmica do fenômeno, assim como para pesquisá-lo e propor ações para seu enfrentamento. Há um avanço conceitual no sentido de que até então, não havia em documentos oficiais referências a termos como “remuneração”, “terceiros”, “mercadoria” e “trabalho forçado”. Anteriormente à Declaração e a definição nela proposta, não se encontram documentos que vão além da compreensão de abuso sexual²¹, inserindo a esse conceito as expressões acima relatadas. Pensando no abuso sexual não como uma categoria de violência sexual, diversa da ESCCA, ou seja, como uma relação em que há um uso errado, há uma finalidade que não é correta, e essa é direcionada para a sexualidade, Libório (2003) afirma que “A exploração sexual comercial é, provavelmente, a forma mais extrema de abuso sexual” (p.56). Essa afirmação é seguida pela discussão das idéias de um autor:

Para Warburton (2001), abuso é conceituado como uma forma de tratamento que causa prejuízos na criança / adolescente, que são colocados em risco de maus-tratos, incluindo as falhas no ato de proteção, a conivência e omissão. O abuso sexual abrange uma gama extensa de atos, além da relação sexual com penetração. (Libório, 2003, p. 56)

²¹ Aqui entendido como uso errado, direcionado à sexualidade. Não exatamente a categoria de violência sexual chamada abuso sexual.

Nesse sentido, a concepção de que a exploração sexual comercial é uma forma extremada de abuso sexual faz todo sentido. Além de que explica o termo *abuso sexual* que comparece na Declaração de Estocolmo, eliminando qualquer dúvida se naquele caso poderia se tratar de alguma confusão conceitual ou erro terminológico.

Ainda refletindo sobre essa questão referente à ESCCA como forma de abuso sexual, Libório (2003) acrescenta:

Existem casos nos quais há o abuso sexual direto da criança/ adolescente e aqueles que indiretamente se beneficiam da exploração sexual deles; no primeiro caso, encontram-se as situações de abuso sexual intra e extra-familiar, nas quais não há necessariamente uma relação mercantilizada; no segundo caso (indireto), são descritas as situações de abuso através da exploração sexual comercial. (p. 57)

Libório inicia uma diferenciação entre o abuso sexual enquanto uma forma de uso errado de uma criança e/ou adolescente, tal como vínhamos discutindo acima, do abuso sexual caracterizado com uma das formas de violência sexual, com características próprias e diferenciadas da ESCCA, e que é referido por autores como Faleiros (2000) e Faleiros (2005). No primeiro momento dessas citações a autora refere-se à violência sexual diversa da ESCCA, em que os casos de abuso podem ser intra ou extra familiar e não ter relação nenhuma com aspectos mercantilistas. Já no segundo momento, quando a autora diz “no segundo caso (indireto)...”, ela refere-se a essa concepção de abuso sexual mais ampla, que engloba a ESCCA, tomando por base a origem semântica da palavra *abuso*.

E ainda sobre essa relação com abuso sexual, a autora acrescenta: “Vários pesquisadores da área concebem o fenômeno com a utilização do termo “comercial” para caracterizá-lo como um envolvimento que visa obtenção de lucro, via mercantilização do corpo da população infanto-juvenil” (Libório, 2003, p. 57).

Nessa citação, Libório faz referência à recorrente confusão conceitual em que incorrem alguns autores. Um exemplo clássico dessa forma de tratar o abuso e a exploração sexual comercial está na definição de abuso sexual infantil utilizada pela World Health Organization²² (WHO), que diz que é

todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. (...) Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais ilegais. (WHO, 1999, p. 06).

Prosseguindo na discussão sobre a evolução do conceito de ESCCA, Libório (2003) se vale da divisão da ESCCA em quatro modalidades, de acordo com o que foi proposto e ratificado nas Declarações de Estocolmo (1996) e Yokohama (2001). São elas: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais. Essa classificação traz em si um paradoxo. Ela elenca como uma das modalidades a *prostituição*, que segundo os documentos de Estocolmo (1996) e Yokohama (2001), e corroborado por Libório (2003), caracteriza-se por ser “o uso de crianças em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração” (Libório, 2003, p. 57). O paradoxo acontece na medida em que esses documentos buscam uma uniformização conceitual para a ESCCA, buscando dirimir confusões de termos acerca das violências sexuais, além de afastar a concepção de que *prostituição* é uma atividade de adultos, e que o uso desse termo associado ao público de crianças e adolescentes pode colocá-los na perspectiva de responsáveis pelas violações que sofrem, e não o contrário, ou seja, no lugar de pessoas vitimizadas e que necessitam de atenção

²² Organização Mundial de Saúde (OMS).

prioritária e especial. Assim se dá o paradoxo: existe um movimento para a não utilização da terminologia *prostituição*, mas em documentos oficiais, que servem de referencial e guia para ações, estudos e pesquisas há uma modalidade descrita como prostituição, fato esse não apontado por autores que estudam a temática.

Seguindo ainda nessa linha de discussão serão feitas algumas citações de vários parágrafos, que aparecem na tese de Libório em seqüência. Assim, as citações literais serão apresentadas, e logo em seguida será feita uma breve discussão sobre o que é apresentado pela autora:

No que se refere à evolução conceitual e de forma consoante com Faleiros (1998), Leal esclarece que de 1993 à 2001 ocorreram mudanças significativas relacionadas à concepção de prostituição de crianças e adolescentes, que se tornaram mais afinadas com as normativas nacionais (como o ECA) e internacionais. (Libório, 2003, p. 59)

À despeito do paradoxo acima comentado, é importante ressaltar que as mudanças relacionadas à concepção de ESCCA e até mesmo da visão de prostituição relacionada à crianças e adolescentes evoluíram bastante, tendo em vista o salto qualitativo referente à visão que o Congresso de Estocolmo proporcionou, por exemplo. Libório (2003) segue: “Primeiramente, reconheceu-se que crianças e adolescentes não são prostitutas (os), mas em situação de exploração sexual e abuso, resgatando sua condição de sujeito de direitos a serem protegidos” (Libório, 2003, p. 59). Essa perspectiva é um exemplo claro dessa noção de que a concepção sobre o fenômeno evoluiu, entrando em acordo com os princípios fundamentais da Doutrina da Proteção Integral, de forma que a criança e adolescente são postos como prioridade absoluta e alvo de cuidados tendo em vista sua situação de desenvolvimento peculiar. Continuando, Libório acrescenta que:

Deve-se lembrar que, seguindo as indicações da Declaração da ONU e Agenda de Ações de Estocolmo (1996), o Brasil aprovou, no ano de 2000, o “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, que enfatizou o seguinte: o abuso e exploração sexual são manifestações da violência sexual, além de representarem uma das piores formas de exploração do trabalho infantil, a partir da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (Libório, 2003, p. 59)

A aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil constituiu um marco na história brasileira de enfrentamento à violência sexual, tendo em vista a possibilidade oficial de normatização conceitual dessas violências, e principalmente por estar em concordância com a Declaração de Estocolmo (1996). Além disso, foi a afirmação do governo e sociedade civil brasileiros com o compromisso firmado no Congresso de Estocolmo, no qual o país foi signatário e se implicou em implantar políticas de enfrentamento à esses tipos de violação de direitos humanos. Ainda nessa seqüência de argumentações, Libório afirma que:

A prostituição, quando envolve crianças e adolescentes, passa a ser encarada como resultado de um extenso processo de vulnerabilidade e risco social que submete essa população a situações produtoras do fenômeno em questão, retirando a conotação de que houve escolha voluntária por esta inserção. (Libório, 2003, p. 59)

E por fim, Libório esclarece que “crianças e adolescentes passam a ser concebidos como prostituídos (as) e não como prostitutos; do ponto de vista jurídico, a violência sexual fica tipificada como um crime” (Libório, 2003, p. 59).

Essas duas últimas citações discutem uma alternativa ao uso do, ainda cotidianamente presente, termo *prostituição infanto-juvenil*. Há uma discussão que busca adequar esse termo utilizando a palavra *prostituído (a)* quando a associação feita

for em relação à crianças e adolescentes. A justificativa utilizada é de que possibilita a atribuição de sentido de passividade da vítima, eximindo, assim, a criança e o adolescente em situação de ESCCA da culpa e da responsabilidade por essa situação. Contudo, a nosso ver, não é o uso de um sufixo no radical da palavra *prostituição* que vai ajudar a dirimir a representação social negativa que o termo carrega, e conseqüentemente, mesmo com uso do termo na voz passiva, as crianças e adolescente continuarão sendo vistas como responsáveis pela situação de exploração em que se encontram, e não sendo tratada como pessoas vitimizadas por um sistema organizado de violação de direitos humanos.

Libório inicia nesse momento uma discussão sobre alguns elementos constitutivos do conceito de Exploração Sexual Comercial. No trecho a seguir vemos essa discussão direcionada para o caráter comercial do fenômeno:

Uma discussão bastante presente em Yokohama foi referente aos aspectos comerciais e não comerciais da exploração sexual, que não são facilmente distinguíveis, e foram apresentados por Warburton (2001) e Davidson (2001). Para Warburton, como na definição do termo prostituição aparece o elemento “outra consideração”, isso pode demonstrar a existência de uma ampla gama de formas de dependência econômica e não econômica (ou monetária / não monetária) entre abusador (a) e vitimizada (o). (Libório, 2003, p. 60)

E complementa:

Davidson (2001) esclarece que crianças e adolescentes podem estar sendo explorados sexualmente em diferentes formas de relações sociais que podem ser caracterizadas basicamente de três maneiras: - as relações que têm caráter comercial de curta duração; - as relações que envolvem dependência econômica a

longo prazo; -relações que não possuem componentes comerciais ou não são prioritariamente de caráter econômico / monetário. (Libório, 2003, p. 60)

É importante a nosso ver problematizar a questão comercial que perpassa o fenômeno da ESCCA. Como Libório demonstrou, alguns autores podem associar a expressão *comercial* a apenas um dos significados que ela pode carregar, ou seja, à relação de natureza econômica implícita. Contudo, *comercial*²³ vai além do que só trocas que envolvem esse tipo de natureza. Pode significar apenas a ação de trocar algo por outra coisa. O posicionamento aqui por nós defendido é que o termo seja utilizado na descrição dessa violação sexual, tendo em vista os argumentos acima relatados, além da possibilidade de que o uso apenas da expressão *exploração sexual* pode levar à compreensão de que se fala de forma genérica de qualquer tipo de violência sexual, pelos significados possíveis da palavra *exploração*, que remetem ao fato de se tirar vantagem de alguém ou alguma situação, da exploração do homem pelo homem, tal como concebia Marx (Netto, 2008).

Ainda refletindo sobre a expressão *comercial* no cerne da definição de ESCCA, Libório comenta que:

Davidson explica que o termo comercial se aplica a uma variedade de situações no comércio do sexo, a prostituição, o tráfico, a pornografia e o entretenimento sexual, que podem ser divididos em dois setores: o setor formal organizado e, outro, com arranjos informais. Crianças e adolescentes podem ser explorados nestes dois setores. (Libório, 2003, pp. 60-61)

Além disso, ainda considerando as ponderações de Davidson, Libório ressalta que:

²³ Comércio, segundo dicionário Aurélio (Ferreira, 2001), pode significar: 1. Permuta, compra e venda de produtos ou valores; mercado, negócio.

De acordo com Davidson, os exploradores sexuais (sex exploiter) são definidos: “aqueles que obtém desleal vantagem em função da desigualdade de poder entre eles mesmos e outra pessoa com idade abaixo de 18 anos, com o objetivo de usá-la sexualmente tanto para obtenção de lucro ou prazer pessoal” (2001,p.05), ou seja, podem ser incluídos nessa categoria tanto os clientes que fazem uso sexual das adolescentes para obtenção de prazer sexual pessoal, onde não há prazer mútuo, como os aliciadores que nitidamente as exploram comercialmente, ficando com grande parte do lucro obtido da relação sexual entre a adolescente e os clientes. (Libório, 2003, p. 61)

Os exploradores sexuais, assim como a problematização da questão comercial que perpassa a ESCCA, são temas pouco estudados na área da violência sexual. Poucos estudos lançam olhar sobre esses importantes aspectos, que são fundamentais para a compreensão da dinâmica da ESCCA. Libório apresenta essa discussão demonstrando que tanto os consumidores dos serviços sexuais (clientes) quanto os agentes intermediários (aliciadores, pessoas envolvidas com transporte de pessoas, logística, hospedagem etc.) da relação de exploração sexual comercial podem ser considerados exploradores sexuais, e ainda acrescenta que:

Parte-se do pressuposto no presente trabalho que, o cliente, enquanto explorador sexual, tem grandes vantagens sobre as adolescentes. Seu poder sobre elas assenta-se nos seguintes pontos: de forma consensual eles encontram-se num estágio de desenvolvimento da personalidade superior às adolescentes que ainda estão em fase de desenvolvimento e construção de sua identidade e personalidade, assim como possuem maior poder aquisitivo que elas, o que, portanto, as coloca em situação desigual de poder; além disso são, na maioria, do sexo masculino o que os coloca em posição privilegiada de impor seu desejo sobre a mulher, por esta possuir,

culturalmente, menor poder de decisão quanto a sua própria sexualidade, além da força física do cliente também ser maior. (Libório, 2003, p. 61)

Essa reflexão encontra respaldo também em Faleiros (2000), que relata que a maioria das pesquisas acerca da ESCCA indica que a grande maioria das crianças e adolescentes exploradas sexualmente são do sexo feminino e os exploradores do sexo masculino, fato que colabora na imposição do poder físico na maioria dos casos.

Libório ainda discute sobre como se constituem as redes de exploração, afirmando que dentro do processo de exploração sexual comercial há mais de um explorador envolvido, e que na organização dessas redes existem inclusive divisões de tarefas entre os exploradores. Exemplos dessas tarefas, citados pela autora, são: agentes intermediários, fotógrafos, oficiais corruptos, donos de bordéis etc.. Para Libório (2003), essa divisão e organização reduzem o senso de responsabilidade por parte de cada indivíduo envolvido no processo, reinando entre eles “um tipo de indiferença moral, juntamente com o fato de acreditarem que não é de sua responsabilidade a proteção de crianças e adolescentes já vulnerabilizadas (os) pela vida” (Libório, 2003, p. 65).

Libório (2003) finaliza essa seção referente à evolução do conceito de exploração sexual comercial discutindo que “independentemente da idade ou gênero dos envolvidos no comércio sexual de crianças e adolescentes, eles entram em tal negócio em função dos mesmos fatores que transformam crianças e adolescentes vulneráveis à exploração sexual” (p. 65). Os fatores seriam, de acordo Davidson (2001, citado por Libório, 2003), a pobreza, a ausência de oportunidades econômicas alternativas, falta de oportunidades educacionais, violências domésticas, uso de drogas e as políticas sociais excludentes oriundas de nosso sistema social vigente.

Finalizamos a análise do trabalho de Libório (2003), lembrando que é um manuscrito bastante complexo e detalhado. Como elucidado no início da análise, focamos nosso olhar apenas sobre a parte que faz referência ao conceito de ESCCA, sua evolução conceitual e seus elementos constituintes. Há em diversos outros momentos da tese referências ao conceito, mas de forma associativa a outros fenômenos (por exemplo, na parte da discussão dos dados, associada à fala das adolescentes entrevistadas), entretanto, essas não traziam aspectos diferentes dos já apresentados na parte referente à construção conceitual.

A tese de Libório (2003) é sem dúvida um documento de imensa importância dentro dos campos político-militantes da infância e adolescência, como também da parcela acadêmica que se dedica a essa população, e em especial a essa temática. A construção conceitual maquinada pela autora perpassa historicamente muitos momentos da evolução conceitual, considerando aspectos complexos, de forma a divulgar meandros antes pouco discutidos tanto em meio acadêmico, como militante, promovendo, assim, uma evolução também no aspecto qualitativo em termos de produção intelectual sobre a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

Manuscrito 10

Trata-se de um artigo intitulado “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração”, de autoria de Tatiana Savoia Landini (2006). O manuscrito tem por objetivo “resgatar o que foi publicado sobre violência sexual contra crianças e adolescentes por um jornal de grande circulação, *O Estado de São Paulo*.” (p. 225). A autora faz um resgate histórico de publicações veiculadas por esse jornal ao longo de todo o século XX (1901-2000). O resgate proposto teve a intenção de clarificar

diferenças temporais e suas relações com o contexto histórico de cada período, acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A análise do material recuperado pela autora é realizada a partir de dois grandes eixos, divididos de acordo com a temática proposta em cada artigo jornalístico: *moralidade e repugnância*, em que se tem matérias cujo foco é dado à forma como o acontecimento recebe um caráter de moralidade; e, *distanciamento e denúncia*, eixo que tem como característica matérias que não usam tanto juízo moral, mas buscam fazer denúncias das situações por elas retratadas, com objetivo maior de sensibilizar autoridades para que se tomem providências. Em ambos os eixos a autora faz referência a diversas nomenclaturas que fazem ou fizeram parte do arcabouço conceitual das violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes. Ora as referências feitas aludem a termos utilizados pelos jornalistas (em diversas épocas), ora as menções são da própria autora, caracterizando um vocabulário próprio da pesquisadora ao se referir às diversas violações dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

É interessante notar que a autora utiliza, em nota de rodapé, uma definição por ela adotada de violência sexual: “abrange uma diversidade de atos, tais como: estupro (dentro e fora da família) atentado violento ao pudor, prostituição, pornografia e tráfico para fins sexuais.” (p. 227). Nessa definição, a autora não faz menção à divisão hoje predominante, que classifica a violência sexual como abuso sexual e exploração sexual comercial. A idéia do abuso permeia a fala da autora na medida em que ela se refere ao estupro enquanto fenômeno que acontece “dentro e fora de casa”.

Em relação à *prostituição*, termo utilizado pela autora para caracterizar a prática comercial envolvendo a violência sexual contra crianças e adolescentes, não surgem reflexões como a proposta por Dos Santos (2007), que explicita que a criança e o adolescente, em razão de seu *status* desempoderado na sociedade, de sua condição de

idade ou de pobreza, seriam levados à prostituição como estratégia de sobrevivência. Essas condições negativas relativizariam qualquer possibilidade de escolha ou consentimento por parte de adolescentes envolvidos na prostituição, que não seriam ‘prostitutas’ mas sim ‘prostituídas’ ou ‘sexualmente exploradas’, numa posição de vítimas.

A autora recorre, freqüentemente, ao emprego de termos que entraram em desuso na literatura acerca das crianças e adolescentes a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente (1990), como por exemplo *menor*. Há, ainda, ao longo do texto, muitos termos com essas características, mas seu uso, por vezes, se justifica pelo fato de a autora estar retomando literalmente citações de jornalistas em que o contexto histórico refletia o trato e olhares destinados à infância e adolescência. Um trecho que exemplifica bem esse fato é “acusado de um crime repugnante na pessoa de uma menor de 9 annos de idade (...)” (trecho jornalístico datado de 1901) (p. 230).

Em algumas reportagens existe a possibilidade de se fazer reflexões de cunho conceitual acerca da violência sexual praticada, como no exemplo de uma reportagem de 1920: “fez graves accusações á sua governate, que pretendia exploral-a, desviando-a para um mal caminho, com o propósito de auferir lucro, nessa exploração repugnante.” (p. 236). Neste trecho, seria interessante discutir alguns aspectos trazidos pelo jornalista e que naquele contexto histórico não eram tão evidentes como são contemporaneamente, mas que aparecem no relato jornalístico de maneira muito atual. O jornalista traz a perspectiva da exploração tendo como objetivo a obtenção de lucro por parte da governante, que cumpria, nesse caso, o papel de aliciadora, elemento constituinte da definição adotada nesta pesquisa, tal qual explicitado pelas autoras Leal e Leal (2002), em que a ESCCA consiste numa relação mercantilizada, que envolve

exploração, dominação e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, mercadores, organizados em redes de comercialização local e global, ou por pais ou responsáveis, além dos consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

É importante ressaltar que a autora do artigo não faz, ao longo de todo o manuscrito, considerações sobre o período histórico recortado por ela para a realização da pesquisa. Como se trata de um período histórico consideravelmente longo (de 1901 a 2000) seria importante que a autora considerasse algumas transformações históricas pelas quais passaram a infância e adolescência, as leis e doutrinas que se debruçavam sobre essas, e a constituição histórica das políticas públicas para essa população. Considerar esses fatos seria importante inclusive para se compreender como algumas terminologias foram mudando historicamente, como também ampliaram as possibilidades de compreensão de como o olhar acerca das violências sexuais foi sendo construído.

Manuscrito 11

O artigo “A prostituição infanto-juvenil sob o prisma do mal-estar e da subjetividade” tem como objetivo tecer algumas considerações acerca das instâncias subjetividade e mal-estar, por entendê-las imprescindíveis à análise e compreensão do fenômeno da prostituição infanto-juvenil. Na análise desse artigo optou-se por manter a terminologia utilizada pela autora, qual seja, *prostituição infanto-juvenil*. Contudo, os comentários e análises aqui empreendidos compreendem o fenômeno da ESCCA.

O artigo é dividido em três grandes seções, em que na primeira se faz uma reflexão teórica sobre o território da subjetividade, na segunda há uma reflexão acerca do mal-estar na contemporaneidade, e, por fim, na terceira seção, tem-se a construção da parte intitulada “A prostituição e a subjetividade da adolescente”. As duas primeiras

partes não trazem conteúdo de interesse direto aos objetivos desta dissertação. Assim, a análise focou-se apenas na terceira parte.

A autora inicia essa seção com um parágrafo que contém vários elementos interessantes:

A trajetória casa-rua percorrida pela adolescente em situação de prostituição segue, de forma geral, uma trilha que envolve um cenário submerso numa violência doméstica, que traz marcas profundas no universo subjetivo de quem a vivencia. São experiências cotidianas permeadas por abusos e maus-tratos de várias formas, inclusive abusos sexuais, na maioria das vezes silenciados. A rua se descortina, inicialmente, como a alternativa mais viável para a busca do prazer, da liberdade, do lúdico, da felicidade. Ao chegar a esse espaço, inicialmente é submetida à prática da mendicância, do furto/roubo e da prostituição, como maneiras disponíveis para prover sua subsistência. (p. 117).

Inicialmente, pontuamos a consideração de que *prostituição* se apresenta como uma categoria de gênero, para a autora. Ao longo de toda a seção que trata de prostituição, esse fenômeno é dirigido apenas ao público adolescente do sexo feminino. A autora do artigo situa a prostituição enquanto uma prática permeada pela violência, tal como enuncia Faleiros (2000) que elucida, referindo-se à exploração sexual comercial, que anteriormente a qualquer tentativa de definição/conceituação da ESCCA (ou práticas correlatas), deve-se conceber a categoria *violência* como elemento constitutivo e fundante de toda ação que se queira conceituar enquanto exploração sexual. Por *práticas correlatas* compreende-se o que alguns autores chamam de prostituição infanto-juvenil, abuso sexual comercial etc., termos que refletem a falta de precisão conceitual. Ainda para Faleiros (2000), tal imprecisão denota não só uma mera

divergência semântica, mas remete a uma discussão de cunho epistemológico – escolha – para a construção da conceituação.

Neste trecho do artigo, como em outros, percebe-se a importância dada à condição de estar na rua para que se configure uma situação de prostituição infanto-juvenil. Aliado a isso, é colocada como condição essencial também o fato da adolescente construir vínculos com aqueles que já habitam o espaço da rua e dela produzem sua existência: “a menina, ao ingressar no mundo da rua, necessita, para poder nela permanecer e se estabelecer, agregar-se aos diversos companheiros que com ela compartilham aquele espaço conquistado. Acontece, então, gradativamente, a sua entrada na turma de amigos da rua.” (p. 117).

Então, de acordo com a perspectiva da autora, é possível que se entre na dinâmica que movimenta e permite a existência da prostituição infanto-juvenil, como se percebe, no trecho a seguir:

Outra decorrência dessa espécie de pertença é a iniciação da adolescente às atividades da prostituição, nas quais, dependendo da idade e do período de permanência na rua, ela ascende gradativamente. Acompanhar a amiga mais experiente apresenta-se como o rito de iniciação ao mundo da prostituição, o que consiste em proteger tal amiga, no sentido de assegurar o pagamento previamente acertado pelo “cliente”, favorecer o programa com sua parcial participação ou, até mesmo, ajudá-la a furtar o parceiro, caso ele “vacile”. (p. 117).

Essa perspectiva trazida pela autora consiste numa possibilidade da entrada de crianças e adolescentes na dinâmica da *prostituição*. Contudo, como supracitado, essa dinâmica exposta pela autora do artigo parece a de *causa-efeito*, de forma que se um evento acontece – a situação de rua, por qualquer motivo -, isso levaria invariavelmente ao ciclo rua – prostituição, tendo, o mesmo, uma dinâmica muito clara e lógica). Além

disso, essa é apenas uma possibilidade da forma como as crianças e adolescentes são cooptadas para o ciclo da exploração sexual comercial. As crianças e adolescentes inseridas no espaço da rua estão vulneráveis não só em relação às violações de seus direitos sexuais, pois a rua, enquanto espaço de existência dessa população, possibilita diversas outras formas de violação dos direitos: o trabalho infantil, as situações que caracterizam os atos infracionais, e negação de direitos básicos tais como moradia, educação etc.

É interessante notar que o termo utilizado para designar a ESCCA no manuscrito em análise é *prostituição infanto-juvenil*. A respeito disso, vários autores (Araújo, 1996; Dos Santos, Ippolito & Neumann, 2004; Leal, 1999; Faleiros, 2000) e documentos oficiais, nacionais e internacionais (Convenção 182 da OIT, 1999; Protocolo Facultativo da Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente, 2000; Declaração de Estocolmo, 1996; Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004; citados por Dos Santos, 2007), trazem perspectivas diferenciadas para exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e prostituição infanto-juvenil: O termo *prostituição infanto-juvenil* está em desuso e é considerado politicamente incorreto pelo fato de que a criança e o adolescente, em razão de seu *status* desempoderado na sociedade, de sua condição de idade ou de pobreza, seriam levados à exploração sexual comercial como estratégia de sobrevivência, e essas condições negativas relativizariam qualquer condição de escolha ou consentimento por parte dessa população. Para Dos Santos (2007) crianças e adolescentes envolvidos nesse tipo de violação estão em condição de vítimas, ou seja, estão sendo sexualmente exploradas, enquanto a categoria *prostituição* implica numa outra condição, pois dá idéia de que a ação foi motivada por escolha.

Pensar as adolescentes enquanto inseridas na categoria *prostituição* pode acarretar, além de toda a violação de direitos, já mencionada, em maneiras de enxergar o fenômeno de forma a não contemplar a ESCCA como algo pertencente aos problemas sociais oriundos do modo de produção capitalista, e, desta forma, individualizando suas causas e conseqüências, descolando o fenômeno em si de uma gama de acontecimentos historicamente contextuais.

Um exemplo dessa forma de percepção é notado em um trecho do artigo aqui analisado:

A adolescente, na condição de sujeito, constituída de uma subjetividade individual, na qual o social se subjetiviza permanentemente na história singular de cada uma, não pode deixar de ser afetada pela forma como a sociedade vigente visualiza a prostituição, que, por sua vez, desencadeia, a partir de tal pensamento, a incorporação de um elevado sentimento de culpa. (pp. 117-118)

Esse trecho exemplifica o fato de que a categoria *prostituição* ajuda a *isolar* as causas do fenômeno da ESCCA enquanto acontecimentos descontextualizados, pensando em conseqüências individuais. É importante ressaltar que as causas e conseqüências desse tipo de violação não devem ser deixadas de lado. O que está sendo salientado aqui é que é importante que se localize o contexto e as gamas sócio-históricas que permitiram a materialização da violação em questão.

A autora insere a categoria *prostituição infanto-juvenil* numa categoria maior: o trabalho. Ela enfoca o que chama de *moral do trabalho* para buscar explicar o mal estar existente na prostituição infanto-juvenil e o porquê dela ser transgressora. Para a autora, a moral do trabalho consiste na criação de modos de existência que preparem o homem para o trabalho produtivo. Assim, o que difere dessa moral passa a ostentar um caráter de “estranheza” e “marginalidade”, e as formas de produção de existência vão se

construindo a partir da moral hegemônica do trabalho, não sobrando espaço para outras formas de expressão que escape a essa lógica.

A autora traz ainda a idéia de que muitas das práticas e ações humanas que fogem à lógica da moral do trabalho existem respaldando-se numa outra moral, a do *prazer*. Muitas formas de existência e ações humanas que não se encontram respaldadas pela moral do trabalho encontram lugar numa moral de busca pelo prazer. Essa busca, em grande maioria das vezes, difere do que é considerado produtivo, dignificante, segundo a moral do trabalho.

Por fim, a autora faz uma reflexão acerca do mal-estar que perpassa a existência de crianças e adolescentes em situação de ESCCA, salientando a legitimidade de formas singulares de existência que fuja ao modelo hegemônico da moral do trabalho, trazendo a noção de que essa população acaba sendo “absorvida” por essa violação de direitos humanos porque são sorvidas pela lógica massificadora e consumista do sistema econômico no qual funciona nossa sociedade e as relações interpessoais.

Manuscrito 12

Esse manuscrito²⁴ é uma tese de doutorado, intitulada “Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI”, de autoria de Sônia Margarida Gomes Sousa (2000). Tem como objeto de estudo “os significados de prostituição infantil e juvenil (PIJ) contidos nos discursos de depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretendeu ‘apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil’” (Sousa, 2000, p. 09). O trabalho de tese de doutorado é bem mais complexo que uma dissertação de mestrado ou artigo científico veiculado por

²⁴ É interessante notar um aspecto na formulação deste e de vários outros manuscritos: por se tratar de uma tese, esse trabalho teve anteriormente à sua publicação um período de “gestação” que se seguiram por pelo menos quatro anos antes de sua defesa/publicação. Então, muitos dos comentários e reflexões trazidas no manuscrito refletem o pensamento acadêmico/militante dos anos anteriores à sua defesa, ou seja, um intervalo aproximado entre os anos de 1995 a 2000.

periódicos, tendo discussões bem mais densas e profundas, com a finalidade de se tentar cercar os fenômenos estudados pelo máximo de ângulos possíveis. Tendo em vista essa peculiaridade (complexidade) desse tipo de produção acadêmica, ressaltamos aqui que, em virtude da riqueza de informações contidas numa tese, e sem perder o foco nos objetivos dessa dissertação (especialmente dessa etapa em que nos encontramos, qual seja, a análise conceitual de exploração sexual comercial nos trabalhos), iremos centrar as análises apenas nos elementos que consideramos dizerem respeito aos elementos conceituais, para que não fuçamos do objetivo aqui empreendido, e para que as discussões não se tornem repetitivas.

A tese de Sousa (2000) é estruturada em cinco capítulos, além da parte de conclusão. Na introdução de seu trabalho a autora elucida o objetivo alçado por cada capítulo, tal como segue:

Primeiro capítulo: apresenta uma revisão da produção bibliográfica sobre a prostituição infantil e juvenil, especialmente a produção brasileira a partir dos anos 90, buscando delinear as tendências dominantes de atribuição de significados na literatura acadêmica e não-acadêmica; Segundo capítulo: apresenta os referenciais teóricos e metodológicos que fundamentaram a pesquisa e o resumo de todo o percurso metodológico empreendido na pesquisa empírica; Terceiro capítulo: apresenta a caracterização da CPI através do perfil dos 102 depoentes, do perfil dos 41 depoentes selecionados, da síntese dos 41 depoimentos prestados à CPI e da síntese dos núcleos temáticos analisados, com o objetivo de situar os depoentes como sujeitos sócio-historicamente constituídos; Quarto capítulo: apresenta a visão dos depoentes com relação aos seguintes aspectos da PIJ: especificidades regionais, seus determinantes, suas conseqüências, os tipos, os outros personagens e seus significados; Quinto capítulo: discute as concepções de infância, adolescência e

sexualidade infantil e juvenil presentes nos discursos dos depoentes da CPI. (Sousa, 2000, p. 17)

As análises aqui realizadas tiveram como foco parte da Introdução (que tem um pequeno trecho que caracteriza partes da definição do que a autora chama de PIJ), o capítulo um (apenas as partes que fazem referência a elementos conceituais), partes do capítulo quatro, no tocante às partes que relatam os tipos diferentes de PIJ, a parte do capítulo cinco que trata da definição de PIJ e exploração sexual, de acordo com os discursos dos sujeitos investigados em sua pesquisa.

Na introdução, a autora faz um panorama geral de como está estruturada sua tese, como realizou a pesquisa e quem foram os sujeitos. Na introdução, também, a autora apresenta uma justificativa de utilizar o termo *prostituição infantil e juvenil* ao invés de ESCCA, ou mesmo, como também é usual em muitos trabalhos e discursos, *prostituição infanto-juvenil*:

O fato de utilizar neste estudo a denominação PIJ – portanto, caracterizar como prostitutas crianças e adolescentes – não significa que esteja de acordo com o emprego desse termo. Foi inevitável empregá-lo, tendo em vista a ausência de um termo mais adequado e também seu largo uso, tanto na CPI quanto na literatura pesquisada. As restrições que faço ao conceito baseiam-se nas seguintes reflexões: a) promove uma aproximação entre as experiências de sexualidade das crianças e adolescentes e a prática adulta de prostituição; b) o termo prostituição traz consigo a marca de valores e significados sócio-historicamente constituídos que favorecem preconceitos e estigmatizações dos grupos a que se refere; c) as faixas etárias da infância e da adolescência compreendem peculiaridades biológicas, psicológicas e sociais bastante distintas e não deveriam ser englobadas em um só conceito; d) a denominação *prostituição* impede a emergência de outras categorias explicativas

para outras formas de vivência da sexualidade de crianças e adolescentes; e) essa forma de designar rotula principalmente as crianças e adolescentes de rua como prostitutas e, por extensão, as crianças e adolescentes pobres indistintamente e f) enfim, o termo prostituição, sócio-historicamente constituído, é carregado de significados e sentidos. Embora seja universalmente compreendido, é impregnado de valores, preconceitos e estereótipos, o que deixa dúvidas quanto à validade de sua utilização nas situações que envolvem crianças e adolescentes do sexo feminino. (Sousa, 2000, p. 15)

Diferente de outras pesquisas, a autora justifica a escolha feita em relação ao uso do termo, mesmo que esse, ideológica e epistemologicamente, não reflitam o percurso ideológico e epistêmico empreendido pela autora. A partir da perspectiva adotada nessa dissertação, estamos em consonância com os aspectos apontados por Sousa (2000) em relação ao seu posicionamento a respeito do termo Prostituição infantil e juvenil. Um aspecto bastante relevante e que falta à maioria das pesquisas relacionadas à temática é apontado no item “c” desse trecho, que se refere ao fato da autora adotar na terminologia uma separação entre os termos *infantil* e *juvenil*. Usualmente as pesquisas que adotam essa perspectiva trazem esses termos juntos, como se fossem uma palavra composta, separada por hífen: prostituição infanto-juvenil. Entretanto, Sousa (2000) enriquece a discussão quando demonstra que as diferenças, em vários aspectos (biológico, psicológico, social, por exemplo), entre crianças e adolescentes são demasiadamente acentuadas para colocá-las juntas num único conjunto, como se o fenômeno da ESCCA acontecesse de forma igual para esses dois grupos sociais. Reiteramos aqui, em relação aos demais aspectos apresentados nesse trecho, nossa total identificação com o posicionamento adotado pela autora.

O capítulo um da tese de Sousa (2000) constitui-se um Estado da Arte de pesquisas que têm como tema a ESCCA (ou prostituição, como eram chamadas, considerando o recorte histórico-temporal). O levantamento realizado pela autora compreende os anos das décadas de 1980 e 1990, e abrangeu pesquisas realizadas por pesquisadores, Organizações Não Governamentais (ONG's) e instituições universitárias:

Esta revisão representa o esforço de sistematização e análise da produção bibliográfica brasileira sobre a PIJ nas décadas de 1980 e 1990. Como os estudos e pesquisas encontram-se ainda em um estágio inicial, não existe uma produção inserida regularmente nos periódicos científicos e muito menos uma literatura acadêmica crítica sobre as produções nessa área. (Sousa, 2000, p. 19)

Como a autora ressalta, as produções e publicações sobre a temática, principalmente no período anterior à década de 1990, são bastante escassas, e com pouco rigor acadêmico, por estarem situadas principalmente no circuito das ONG's. Esse levantamento, realizado por Sousa (2000), evidência várias características importantes acerca dessa literatura. Dentre essas:

O levantamento e a leitura dessa bibliografia permitiram identificar dois momentos distintos em sua produção: o primeiro ocorre na década de 1980, com a publicação de estudos e pesquisas que versam sobre o mundo da “menina de rua”, e o segundo, na década de 1990, em que a PIJ se caracterizará como um objeto de estudo distinto, com identidade própria. (Sousa, 2000, p. 19)

Nosso propósito acerca da análise desse capítulo é buscar elementos conceituais da ESCCA, evidenciados nas publicações examinadas por Sousa (2000). Assim, não

traremos maiores detalhes de caracterização dessas publicações aqui nesta dissertação, apenas as referências conceituais elencadas pela autora²⁵.

No capítulo um há um subitem intitulado “A transição da categoria ‘menina de rua’ para ‘menina prostituta’”, que apresenta algumas das pesquisas examinadas por Sousa (2000) e que demonstram, de acordo com o aspecto cronológico, que o fenômeno da prostituição infantil e juvenil²⁶ era inicialmente focalizado na população de crianças e adolescentes de rua, passando, posteriormente, a ser caracterizado a partir de características próprias. Faremos citações de trechos que trazem aspectos conceituais da ESCCA, como o que segue, referente à pesquisa de Saffioti (1989, citada por Sousa, 2000):

O estudo feito por Saffioti (1989), embora seja ainda da década de 1980, já aponta para uma discussão sobre a PIJ não restrita aos grupos de “meninas de rua”. Para a autora, o conceito de exploração sexual abrange duas dimensões: a exploração econômica – tem o lucro por objetivo – e a obtenção de vantagens de outra ordem por parte do explorador. (Sousa, 2000, p. 21)

E ainda:

A partir desse tópico – exploração sexual – a autora desenvolve os sub-tópicos: prostituição, prostituição de menores e pornografia infantil. Buscando uma explicação causal para a prostituição Saffioti afirma não ser possível apontar um único fator determinante e que “a maneira mais rica de se focalizar essa intrincada questão é pensar toda uma configuração de vida, sem esquecer os mediadores psicológicos singulares de cada mulher” (p. 62). (Sousa, 2000, p. 21)

Segundo Sousa (2000) o trabalho de Saffioti (1989, citada por Sousa, 2000) parece se diferenciar da maioria dos que foram produzidos na década de 1980, por

²⁵ Para um exame mais detalhado dessas publicações, indicamos a leitura de Sousa (2004), ou de sua tese de doutorado (Sousa, 2000).

²⁶ Sempre que usarmos esse termo, será em referência ao utilizado por Sousa (2000).

trazer a terminologia *exploração sexuais*, considerando-a uma categoria na qual estão incluídas a *prostituição*, *prostituição de menores e pornografia infantil* (Saffioti, 1989, citada por Sousa, 2000). É interessante notar que a pesquisa é de uma época anterior ao ECA, em que terminologias como *menor* ainda eram legalmente vigentes, e referiam-se exatamente às populações de crianças e adolescentes desassistidas socialmente.

Sousa ainda traz mais ponderações sobre o trabalho de Saffioti, apresentando-o como um diferencial em relação à maioria dos trabalhos realizados na década de 1980:

Ao se recortar da literatura mais ampla sobre “meninos de rua” na década de 1980 o tema das “meninas de rua”, constatam-se os esforços iniciais para conhecer a vida das crianças/adolescentes do sexo feminino. Porém esse “conhecimento”, é, em regra, marcado pelo discurso que culpabiliza a criança/adolescente e/ou sua família e, exceto Saffioti (1989), todos os estudos apontam alguma relação entre prostituição e estar na rua. (Sousa, 2000, p. 22)

E finaliza o subitem em questão afirmando que “A temática da PIJ surge, pois, do estudo dos grupos de crianças/adolescentes institucionalizados e/ou na rua e gradativamente vai ganhando um espaço de investigação próprio. É o que será visto no próximo tópico” (Sousa, 2000, p.22).

Passando ao subitem seguinte – “O tema da prostituição infantil e juvenil na década de 1990” – deparamo-nos com vários subitens e quadros que dão informações e trazem discussões sobre as obras investigadas por Sousa (2000). Como já afirmado anteriormente, só nos deteremos aos aspectos conceituais concernentes à ESCCA. Num dos vários quadros citados encontramos a referência a estudos que fazem alusão à prostituição adulta, seguidos de uma discussão que elenca aspectos que também são peculiares à ESCCA:

A prostituição é apresentada como mercância do corpo e as prostitutas como grupo estigmatizado socialmente (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990). Esse último aspecto também é apresentado por Rocha (1999), para quem a prostituição adulta feminina é discriminada por ser desordenadora das relações sociais estabelecidas pela moral burguesa. (Sousa, 2000, p. 35)

A expressão *mercancia do corpo* faz referência direta ao que chamamos de mercado do sexo, e esse é parte importante da dinâmica da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como também de adultos.

Sousa (2000) faz uma importante discussão a partir da percepção da postura epistemológica e ideológica de alguns autores, deixando um questionamento:

A partir desse levantamento, observa-se que a maioria dos autores aborda a prostituição infantil e juvenil feminina por meio de uma compreensão da prostituição feminina adulta. Será que a atribuição à infância e adolescência da prática da prostituição não implica uma compreensão preconceituosa e ideológica sobre o grupo identificado com essa prática? É como se se falasse em prostituição precoce e se transpusessem para esse grupo os mesmos estereótipos associados à prostituição adulta? (Sousa, 2000, p. 37)

Concordamos com autora quando ela questiona se esse tipo de aproximação teórica não favorece olhares e posturas preconceituosos e perpassados por valores negativos. Não se pode partir da compreensão da lógica da prostituição adulta para se apreender o fenômeno da ESCCA (chamado pelos autores de prostituição infanto-juvenil), porque são lógicas de cuidados diferentes. A prostituição adulta se diferencia da ESCCA em vários aspectos, mas ressaltaremos aqui apenas o que se refere à perspectiva da Doutrina da Proteção Integral. Tratar os fenômenos de forma similar retira as crianças e adolescentes da condição de prioridade absoluta em cuidados e

atenção, e lança-os na representação social negativa, no lugar da infração, do moralmente incorreto, e por consequência viola ainda mais o seus já violados direitos sexuais.

Outro quadro apresentado pela autora refere-se a pesquisas que discutem diretamente o fenômeno da PIJ. A respeito da utilização das terminologias utilizadas pelos autores em suas pesquisas, Sousa (2000) mostra que:

Observa-se em todas as pesquisas a utilização de uma terminologia variada para o fenômeno da PIJ e, até em uma mesma pesquisa, são utilizados vários termos. Lamarão, Oliveira e Marin (1990): ‘meninas na prostituição’, ‘exploração sexual’, ‘prostituição juvenil’ e ‘prostituição de menores’; CLAVES (1994): ‘prostituição de meninas’ e ‘exploração sexual’; Gomes (1994): ‘prostituição infantil feminina’; Pereira (1995): ‘prostituição infantil’ e ‘exploração sexual de crianças’; Gomes (1996): ‘prostituição de meninas’ e ‘prostituição infanto-juvenil’; Santos (1996) prostituição infantil; Sousa e Morais Neto (1997): ‘prostituição infantil’ e ‘exploração sexual’; Gomes, Minayo e Fontoura (1999): ‘exploração infantil’ e ‘exploração sexual infantil’; Rocha (1999): ‘prostituição juvenil feminina’ e ‘prostituição infanto-juvenil’.

Essa constatação de Sousa (2000) ainda continua atual, em grande parte das pesquisas que se referem à ESCCA ou a outros tipos de violência sexual. O Fato também foi evidenciado por Faleiros (2000), em obra que discute a imprecisão conceitual dos tipos de violências sexuais. Esta pesquisa de mestrado também é um exemplo de como a imprecisão conceitual em grande parte de estudos é presente, apesar de termos atualmente documentos (Declaração de Estocolmo, 1996; Declaração de Yokohama, 2001, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra

Crianças e Adolescentes, 2000) e autores (Faleiros, 2000, 2004; Sousa, 2000; Dos Santos, 2007) que discutem essa imprecisão.

Sousa (2000) destaca algumas dessas pesquisas por discutirem minimamente a utilização de algumas dessas terminologias, utilizadas pelos autores das mesmas: “Entre as pesquisas analisadas destacam-se três pela iniciativa de discutir as nomeações dadas ao fenômeno da PIJ. Vaz (1994) defende a idéia de utilização do termo prostituída” (p. 38). Segundo Sousa (2000) o autor prefere esse termo por passar a idéia de que a criança ou adolescente foi levada a se prostituir, ou seja, está numa posição de passividade em relação à violação de direitos imposta. Segue ainda falando de outros autores: “Silva et alii (1997) utilizam três termos: ‘prostituição de adolescentes’, ‘prostituição juvenil’ e ‘estar na prostituição’” (Sousa, 2000, p. 38). Esses autores defendem o uso dessas terminologias da seguinte maneira:

Optamos pela utilização do termo ‘estar na prostituição’ para as adolescentes que se prostituem nesta faixa de idade porque discordamos do termo ‘prostituída’ que as coloca numa imóvel posição de vítima, apesar da exploração objetiva. ‘Estar na prostituição’ faz referência ao momento de vida da mulher e ao espaço onde ela está vivenciando esta fase. Não se pode denominá-las ‘prostituídas’, pois não consideram esta atividade sua profissão (p. 14). (Silva et al., 1997, p. 14, citados por Sousa, 2000, p. 38)

Por fim, Sousa (2000) cita mais uma pesquisa: “Moraes (1998) também faz uso de vários termos: ‘prostituição infanto-juvenil feminina’, ‘prostituição’, ‘prostituição infanto-juvenil’, ‘convites sexuais’ e ‘trocas sexuais’” (p.39). Sousa ainda relata que a autora critica o conjunto de categorias existentes, porque: “exige que se estabeleça um marco referencial de distinção entre formas de manifestação que se caracterizam como redes de exploração sexual e práticas dispersas e/ou eventuais de adolescentes que

fazem programas sexuais sem a imposição de outrem (p. 19)” (Moraes, 1998, citada por Sousa, 2000, p. 39).

Finalizando essa parte, referente às terminologias utilizadas pelos autores investigados por Sousa (2000), a autora faz ainda uma consideração:

Da mesma forma, os autores também utilizam nomeações diversas, mas sempre em torno da expressão prostituição para o grupo pesquisado. Lamarão, Oliveira e Marin (1990): ‘meninas’ e ‘meninas prostituídas’; CLAVES (1994): ‘meninas’ e ‘prostitutas’; Gomes (1994): ‘meninas’; Pereira (1995): ‘criança e/ou adolescente’, ‘meninas’, ‘prostituta infantil’, ‘meninas de rua’ e ‘meninas prostituídas’; Gomes (1996): ‘meninas’, ‘meninas que vivem nas ruas’ e ‘crianças prostituídas’; Santos (1996) ‘meninas prostitutas’, ‘crianças e adolescentes envolvidas com a prostituição’ ‘menina’, ‘prostituta infanto-juvenil’ e ‘menina-mulher-da-vida’; Silva et alii (1997): ‘jovens prostitutas’; Sousa e Morais Neto (1997): ‘meninas’, ‘crianças e adolescentes’ e ‘meninas prostituídas’; Moraes (1998): ‘meninas e adolescentes’, ‘meninas e adolescentes pobres e/ou que passam a maior parte do seu tempo nas ruas’ e ‘jovens’; Gomes, Minayo e Fontoura (1999): ‘meninas’ e ‘meninas e adolescentes’ e Rocha (1999): ‘meninas’, ‘adolescentes’, ‘adolescentes que se prostituem’ e ‘adolescentes em situação de prostituição’.

Sousa (2000) passa agora para um subitem que tem como finalidade apresentar as “principais contribuições e conclusões das pesquisas sobre o fenômeno da prostituição infantil e juvenil” (p. 39). Nessa seção encontramos discussões agrupadas por alguns núcleos temáticos: “discussão sobre sexualidade”, “a família”, e “os clientes”. Aqui serão analisados aspectos do último núcleo, por fazerem referência a aspectos conceituais da ESCCA. Em uma das pesquisas analisadas por Sousa, percebe-

se que os autores relacionam os diversos papéis sociais desempenhados da situação de ESCCA como clientes:

Na pesquisa coordenada por Vaz (1994) as crianças/adolescentes também identificaram vários personagens como clientes: brasileiros, estrangeiros, ricos, com profissão, motorista, caminhoneiro, comerciantes, vendedores ambulantes, garis, médico, advogado, ‘coroas’ – “Todo tipo, o que pintar na área eu traço” (“menina”, p. 74). (Sousa, 2000, p. 45)

Dentre esses personagens é possível perceber que diferentes papéis são desempenhados, e não necessariamente esses descrevem apenas as profissões dos clientes. Por exemplo, é muito possível que algum dos clientes que é motorista, também possa ser um aliciador, que transporta a criança ou adolescente para um local onde acontece a relação sexual (um bordel, por exemplo). Essa perspectiva evidencia uma possibilidade que muitos conceitos utilizados (tais como prostituição infanto-juvenil) na literatura não abarcam: a possível existência de redes de exploração, e os vários papéis sociais que são desempenhados dentro desta.

Em outra pesquisa analisada por Sousa (2000) é evidenciado como a confusão conceitual em relação à ESCCA e à prostituição podem colocar a criança ou o adolescente vítimas dessa violação no lugar de responsáveis, de infratores, invertendo a lógica de proteção integral para a de exclusão e segregação:

Ao analisar uma fotografia que ilustrava uma determinada matéria jornalística da imprensa cearense, Santos (1996) afirma que a figura do velho (cliente) e da “pistoleira” (da criança/adolescente) são complementares, “pois ambos partilham de algo fundamental no jogo das negociações ilícitas: a experiência de poder” (p. 151). Explicita ainda a ambigüidade sugerida pelo jornal que ao caracterizar a criança/adolescente como “pistoleira”, coloca-a no plano da maturidade e

periculosidade e o cliente, caracterizado como velho, é apresentado como suposta vítima, que deve ficar sempre alerta para não ser ludibriado. A autora frisa ainda a inexistência de uma imagem única da criança/adolescente prostituta e do cliente e sim várias faces em contextos diversos que têm por finalidade reafirmar a ambigüidade do discurso jornalístico. (Sousa, 2000, p. 46)

Após essa seção, a autora faz um fechamento do capítulo, pondo em relevo alguns dos aspectos evidenciados e discutindo-os. Pode-se perceber isso a partir dos trechos a seguir:

Após a apresentação das pesquisas e das considerações críticas propostas é importante explicitar que a PIJ não pode ser vista somente como um fenômeno individual ou social. Essa visão simplista oferece o risco de impedir que ela seja compreendida em sua diversidade e multiplicidade, o que só é possível por meio de uma profunda associação entre os aspectos individuais e sociais, ou seja, ela é um fenômeno psicossocial. Essa compreensão leva à rejeição dos rótulos existentes na nomeação desse fenômeno, como, por exemplo, prostituta ou prostituída. (Sousa, 2000, p. 46)

Acerca do uso de terminologias tais como *prostituição infanto-juvenil* e suas variações, Sousa (2000) acrescenta:

Se, por um lado, o termo prostituta parece inadequado para caracterizar a totalidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes que estão vivendo situações sexuais que envolvam a comercialização – seja por intermédio de dinheiro ou de espécies – também a designação dada, principalmente pelas ONGs, de prostituída é inadequada, pois coloca a criança e adolescente numa situação de passividade, de não-ser que a impede de ser vista em suas ambigüidades e positivities. (p. 47)

Concordamos com o posicionamento adotado pela autora, e acrescentamos que do nosso ponto de vista nenhuma terminologia derivada da palavra *prostituição* deveria ser associada a crianças e adolescentes, por trazer uma série de representações e valores negativos. Acerca do uso da expressão *prostituição infantil e juvenil* (PIJ), utilizado pela autora em sua tese, novamente há um esclarecimento a esse respeito:

A complexidade deste fenômeno merece uma reflexão que tente ordenar e estabelecer distinções importantes para o percurso argumentativo empreendido nesta tese. A utilização do termo PIJ tem servido para enfatizar a prática da prostituição por parte de crianças. Das doze pesquisas localizadas para este estudo, somente três fazem referência a crianças que estão envolvidas na prostituição e mesmo assim com algumas considerações. (Sousa, 2000, p. 47)

E continua, afirmando que:

Mas elas não podem ser identificadas unicamente como prostitutas, pois esse rótulo, além de individualizar a responsabilidade pela ‘opção’ de vida, impede-as de romper com o “destino” que a sociedade lhes reservou e descompromete cada vez mais a criação de políticas públicas que atendam à população de uma forma geral e às crianças e adolescentes em particular. Enfim, há a necessidade de construção de novas categorias que dêem conta da diversidade e multiplicidade do fenômeno. (Sousa, 2000, p. 48)

Mais uma vez reiteramos nossa identificação com o posicionamento teórico e epistemológico defendidos pela autora, assinalando que as necessidades apontadas por ela a nosso ver ainda continuam atuais, cotidianos no universo de estudos e enfrentamentos da ESCCA. Sousa (2000) finaliza o capítulo relatando que este teve como objetivo servir de referência dos capítulos metodológico e analíticos de sua tese. Acrescentamos aqui que essa revisão serviu também para ajudar no progresso

qualitativo da compreensão da dinâmica da ESCCA, bem como de outras violências, influenciando estudos que se detém sobre essa área, inclusive a elaboração da pesquisa que deu origem a esta dissertação.

A tese de Sousa (2000) traz dois capítulos analíticos. Procuramos trechos das análises feitas pela autora que tangenciassem aspectos conceituais da ESCCA. No capítulo quatro, intitulado “A prostituição infantil e juvenil segundo os depoentes da comissão parlamentar de inquérito”, selecionamos alguns trechos, os quais apresentaremos aqui.

Na parte do capítulo referente aos significados de prostituição infantil e juvenil, encontramos dois sub-tópicos que trazem aspectos referentes ao conceito de ESCCA. Um é intitulado como “definição da prostituição infantil e juvenil”, outro é “exploração sexual”.

Na parte referente à “definição da prostituição infantil e juvenil”, selecionamos uma análise realizada por Sousa (2000), a partir da fala de um dos depoentes da CPI, que diz respeito à imprecisão conceitual que perpassa as violências sexuais:

Por último, há uma identificação entre o abuso sexual e a prostituição, ou seja, a prostituição não só é “confundida” como é reduzida ao abuso sexual. A literatura especializada apresenta uma vasta bibliografia que apresenta situações de abuso sexual em que a pessoa não se transformou em prostituta ou em que a prostituta não confirma ter sofrido abusos sexuais. Existem também aqueles casos em que prostitutas adultas relatam ocorrências de abuso sexual na infância e/ou adolescência. Ou seja, não há uma relação única e direta entre os dois fenômenos, que necessitam, portanto, ter suas identidades garantidas, a fim de que se possa conhecer suas particularidades fenomênicas. (Sousa, 2000, pp. 137-138)

A autora evidencia a imprecisão conceitual dentre os tipos de violências sexuais nos discursos de diversos sujeitos que fazem parte, direta ou indiretamente, do Sistema de Garantia de Direitos, e que participam do enfrentamento dessas violências. Essa discussão também encontra eco em Faleiros (2000, 2004), que faz esse tipo de reflexão com trabalhos acadêmicos e pesquisas. Ainda sobre esse aspecto, outro trecho de análise empreendida por Sousa (2000) corrobora essa discussão: “Observa-se que há uma grande dificuldade, por parte dos depoentes, em nomear e definir a prostituição infantil e juvenil. Nesse sentido, há uma semelhança com o “discurso científico”, pois a mesma “dificuldade” foi observada na literatura pesquisada” (p. 140). De modo análogo ao que ocorre na literatura especializada, o discurso dos sujeitos analisados não consegue chegar a consensos em relação ao olhar lançado para o fenômeno da ESCCA.

A autora finaliza o capítulo nessa seção, apresentando as seguintes discussões:

Tanto na literatura pesquisada quanto nos depoimentos analisados, observa-se que os conceitos de prostituição adulta feminina, prostituição infantil e juvenil, abuso sexual e exploração sexual se entrelaçam e geram muitos significados. (Sousa, 2000, p. 148)

E ainda: “Há a necessidade de explicitação desses significados, não apenas como um exercício intelectual, mas fundamentalmente para que se possa conhecer melhor as singularidades do fenômeno e propor políticas públicas eficazes para o seu combate e erradicação.” (Sousa, 2000, p. 148)

No capítulo de conclusão da tese, Sousa (2000) diz que

Uma conclusão importante é que não se pode falar em uma única modalidade de PIJ, pois prostituição infantil e juvenil é um termo com uma zona instável de sentidos. Tanto assim que os depoentes conseguiram estabelecer três modalidades

de PIJ: de crianças/adolescentes de rua, de crianças/adolescentes pobres que moram com os pais e de adolescentes de classe média. (p. 167)

Sousa (2000) finaliza sua tese afirmando que:

Esta pesquisa não identificou – e nem era esse o seu objetivo – um termo que definisse de forma menos preconceituosa e estigmatizante o fenômeno da PIJ. Mas apresenta, como colaboração, alguns aspectos desse fenômeno que devem ser levados em consideração para novos estudos e pesquisas sobre esse fenômeno. (p. 170)

Mais uma vez reafirmamos nossa identificação teórico-conceitual com as discussões apresentadas pela autora, reiterando a importância de sua tese para o avanço na compreensão do fenômeno da ESCCA, notadamente por inserir um avanço qualitativo de pesquisas sobre a temática no campo da ciência psicológica.

Manuscrito 13

Trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Sonia Fortes do Prado (2006). O título do trabalho é “Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório”, e tem por objetivo enfocar as situações de abuso sexual contra meninos (Prado, 2006). Apesar de ser um estudo que lança o olhar sobre o fenômeno do abuso sexual, esse trabalho figura dentro do *corpus* de análise desta dissertação porque traz, em sua seção de revisão de literatura, um capítulo dedicado à violência. Esse capítulo é subdividido em quatro seções, que trazem o termo mais amplo *violência sexual*. Assim, foi decidido incluir o trabalho de Prado (2006), para refletir como a autora constrói e subdivide o conceito. Dessa maneira, as análises aqui construídas se farão apenas a partir desse capítulo.

O capítulo em questão se chama “Violência: uma breve contextualização” e está subdividido em quatro subitens. São eles: (1.1) a violência, (1.2) a violência doméstica, (1.3) a violência sexual doméstica, e (1.4) a violência sexual doméstica contra meninos. Em virtude dos objetivos traçados aqui nesta dissertação, as análises aqui desenvolvidas deter-se-ão apenas sobre o item 1.2, que versa sobre a violência doméstica. Nesse item, há uma contextualização dos tipos de violência sexual existentes, suas conceituações e a forma como a autora compreende o fenômeno. Apesar do item 1.3 se chamar “a violência sexual doméstica”, não lançaremos olhar específico sobre seu conteúdo por se tratar particularmente do tema do abuso sexual, que foge aos objetivos por nós traçados.

A autora inicia o item 1.2 fazendo uma rápida revisão histórica da infância, passando por autores como Àries (1981) e Del Priore (2004). Em seguida Prado (2006) entra especificamente na temática da violência sexual, trazendo autores como Sousa (2000):

De acordo com um levantamento realizado por Gomes Sousa (2000), em sua tese de doutoramento sobre a prostituição infantil e juvenil, alguns aspectos são salientados sobre o percurso histórico dos estudos sobre a infância e juventude no Brasil. Essa autora ressalta que, de uma forma geral, na década de 80, a questão da infância e da adolescência foi foco de atenção de diversos pesquisadores. A maioria dos enfoques dos estudos recaiu sobre a população de meninos e meninas de rua, evidenciando o espaço da rua e das instituições como únicos locais de socialização e de relações afetivas. Ademais os estudos envolvendo a questão do abuso e da exploração sexual constroem leituras enfocando a tríade: meninas de rua x prostitutas x pobreza, envolvendo, dessa forma, somente uma parcela da população. (Prado, 2006, p. 20)

Prado (2006) traz a reflexão de Sousa (2000) de que até o início da década de 1990, no Brasil, os estudos publicados acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes referiam-se apenas a uma parcela da população vitimizada: as que estavam em condição de rua ou de extrema pobreza. Esse mesmo estudo (Sousa, 2000) revela que após o início da década de 1990 esse olhar foi ampliado e a violência sexual passou a ser examinada mais minuciosamente, de forma a ter suas singularidades/especificidades focadas por documentos oficiais (por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e a Declaração de Estocolmo, de 1996). O trecho a seguir ilustra bem essa reflexão proposta por Sousa (2000):

A era contemporânea marca uma mudança na forma de olhar para a infância e juventude. Como nos diz Sousa (2000), a questão da infância pobre brasileira ganhou notoriedade social e acadêmica a partir dessa década. Sobre a questão da violência, alguns autores ressaltam que houve transformações, que contribuíram para o redimensionamento dos conceitos envolvidos dentre os quais, o de abuso, exploração e maus tratos na família. (Prado, 2006, p. 20)

Adentrando mais especificamente na temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, Prado (2006) constrói um sub-tópico intitulado “O desafio da conceituação da violência doméstica”, em que, dentre outros aspectos, trata da conceituação das diferentes formas da violência sexual. A autora traz, nesse tópico, a concepção de violência sexual de diversos autores e discute o que é posto por esses. Inicialmente, ela traz uma concepção de Faleiros (2000):

Eva Faleiros (2000) vem contribuir para a conceituação da violência ao trabalhar com algumas denominações e com o objetivo de repensar os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para autora, o uso

indiscriminado de alguns termos leva a confusão de entendimento, o que pode gerar também procedimentos muitas vezes equivocados. (Prado, 2006, p. 21)

Prado (2006) apresenta uma proposta conceitual baseada em Faleiros (2000) que traz três categorias conceituais para se pensar a violência sexual: Violência – que consiste na categoria explicativa da vitimização sexual, a natureza da relação; Abuso sexual – que é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem dos direitos humanos; e Maus tratos – que é a descrição empírica do abuso sexual; refere-se aos atos e conseqüências do abuso (Faleiros, 2000, citada por Prado, 2006).

Nessa proposta de categorias conceituais, de Faleiros (2000), abuso sexual não se refere à violência sexual específica, que tem suas características próprias e que difere conceitual e epistemologicamente da exploração sexual comercial, mas à forma semântica da palavra “abuso”, que faz referência ao uso em excesso, uso errôneo, uso em desacordo com as normas estabelecidas, e nesse sentido, todas as formas de violência sexual são abusivas, são abusos sexuais. É importante salientar esse aspecto porque mais à frente em sua obra, Faleiros (2000) vai discutir conceitual e epistemologicamente as diferenças entre abuso sexual e exploração sexual comercial, apontando as necessidades de diferenciação desses conceitos/fenômenos em termos epistemológicos, como uma proposta de enfrentamento radical (da raiz dessas problemáticas). Assim, fica claro que o trecho trazido por Prado (2006) em sua dissertação não se refere ao abuso sexual em si enquanto violação de direitos sexuais, tal como é concebido no senso comum e acadêmico, mas de uma categoria conceitual ampla proposta por Faleiros (2000), proposta essa que engloba as formas conhecidas de abuso e exploração sexual comercial enquanto violações de direitos sexuais de crianças e adolescentes. Prado (2006) não traz essa discussão, e a leitura de seu material leva o leitor a conceber, erroneamente, que Faleiros (2000) concebe a violência sexual como

sendo classificada nos três tipos anteriormente citados (violência, abuso sexual, e maus tratos), quando em verdade trata-se de uma divisão em categorias amplas, que perpassam qualquer tipo de violação de direitos sexuais. Contudo, Prado (2006) apresenta essa última idéia por nós ressaltada, baseada em Faleiros (2000): “A autora conclui que tais denominações não são sinônimas e são epistemologicamente distintas. E acrescenta, que todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas e violentas.” (Prado, 2006, p. 21)

Seguindo na revisão acerca das conceituações de violência sexual, Prado (2006) traz as reflexões propostas por Vaz (2003):

Cabe também destacar que a violência sexual envolve um espectro amplo que é muito importante considerar. Vaz (2003) assinala que é preciso fazer as distinções entre as duas categorias de violência sexual – abuso sexual e exploração sexual, pois ambas envolvem causas, abordagens e tipos de atendimentos diferenciados. Essa autora também considera que o uso equivocado dos termos e conceitos prejudica a qualidade da informação assim como o planejamento de programas de intervenção. (Prado, 2006, p. 22)

Esse trecho da dissertação de Prado (2006) traz a importante contribuição, baseada nas considerações de Vaz (2003), da preocupação com as distinções entre o abuso e exploração sexual comercial, e as conseqüências inerentes a esse cuidado conceitual, como a qualidade das ações de enfrentamento e planejamento de ações.

Prado (2006) traz a conceituação proposta por Vaz (2003) para a exploração sexual comercial: “ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição (Vaz, 2003, p. 27)” (Prado, 2006, p. 22). Prado (2006) não faz qualquer reflexão acerca do conceito trazido por Vaz, que traz

elementos importantes a serem pensados. O conceito apresentado situa a violação de direitos no contexto do mercado do sexo, fator significativo e decisivo para a compreensão da dinâmica da exploração sexual comercial. Entretanto, o conceito proposto situa a prostituição como uma possibilidade de modalidade da ESCCA. Autores como Dos Santos (2007) e Faleiros (2000) refletem que o emprego da terminologia “prostituição”, aplicada em contextos que se referem a crianças e adolescentes, é errônea, tendo em vista que “prostituição” consiste numa categoria específica de atividade humana, que pressupõe uma escolha por parte de quem a pratica. Crianças e adolescentes são considerados sujeitos em estágio peculiar de desenvolvimento e são alvo prioritário de ações de cuidado. Além disso, em função de seu *status* desempoderado, não são considerados “aptos” a escolherem entrar voluntariamente na atividade da prostituição. Essa é uma categoria própria dos adultos, que, legalmente, são considerados pessoas que tem condições de fazer esse tipo de escolha. Somando-se a esse contexto, é importante salientar que as pessoas ditas “prostituídas”, ou em situação de prostituição são alvo de um estigma social que, quase em unanimidade, traz sentidos e valores negativos e depreciativos, o que pode levar a uma representação social de pessoas que cometem infrações, no caso da população de crianças e adolescentes, responsáveis pela própria situação, e não à condição de vitimizados, como realmente o são (Libório, 2004; Dos Santos, 2007).

Dando continuidade à revisão trazida por Prado (2006), a autora traz a concepção de violência sexual proposta por Azevedo e Guerra (1998). Para as autoras, segundo Prado (2006), violência sexual é

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua

pessoa ou de outra pessoa. (Azevedo & Guerra, 1998, p. 177, citadas por Prado, 2006, p. 24)

Azevedo e Guerra (1998), de acordo com Prado (2006), fazem uma ampla discussão sobre a violência sexual, contudo, a maior parte de suas reflexões é direcionada ao abuso sexual. No trabalho de Prado (2006) não há referências à ESCCA a partir dos escritos de Azevedo e Guerra.

Finalizando a seção que busca fazer a conceituação da violência doméstica, a autora faz uma reflexão, baseada em Ferreira (2000), atentando para a importância de se ter cuidado com a conceituação das violências sexuais, pensando na implicação direta que esse exercício tem na prática diária de seu enfrentamento:

Ferreira (2000) aponta que são muitas as terminologias utilizadas para conceituar as diferentes modalidades de crimes sexuais. Contudo, todas apresentam dificuldades em atender adequadamente os aspectos médico, jurídico, psicológico e ético que esses crimes envolvem. Estamos, portanto, diante de um fenômeno muito complexo que gera dificuldades conceituais, que interferem em sua identificação e com certeza em sua intervenção. (Prado, 2006, p. 24)

Apesar de trazer alguns autores para dialogar sobre as conceituações de violência sexual, Prado (2006) não deixa clara a sua opção conceitual sobre as violências sexuais, nem mesmo sobre o abuso sexual, tema importante da sua dissertação.

Manuscrito 14

Trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Margarete dos Santos Marques (2006), cujo título é “A escuta ao abuso sexual: o psicólogo e o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente sob a visão da psicanálise”. Tem por

objetivo articular, com base no referencial psicanalítico, alguns aspectos das vivências e experiências dos profissionais às ambigüidades e contradições relacionadas à função do psicólogo que atua no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente atendendo aos casos de abuso sexual infantil. Em seu título a autora já explicita que o trabalho está focado no abuso sexual. Entretanto, o trabalho figura dentre o *corpus* de análise desta dissertação porque, também no resumo, a autora da dissertação em questão expõe que reflete

sobre diversos conceitos de violência, abuso sexual e incesto, escutando as contradições que permeiam esse campo, devido as diferentes teorias e posicionamentos políticos e epistemológicos dos autores. E observamos a impossibilidade de consenso sobre a utilização dos termos para se nomear o fenômeno do abuso sexual infantil. (Marques, 2006, p. 11)

A autora deixa claro, segundo seu posicionamento teórico, que diversas possibilidades de conceituação acerca da violência sexual são possíveis. No sumário de sua dissertação há a sinalização de um capítulo específico que trata dos aspectos conceituais e epistemológicos da violência sexual, especialmente do abuso sexual, intitulado “Refletindo sobre a violência, abuso e incesto”. A análise aqui empreendida versará sobre esse capítulo em específico, centralizando a discussão nas partes tocantes à ESCCA e às reflexões acerca das impossibilidades de consenso em relação às classificações²⁷ propostas para as violências sexuais, tais como aponta a autora.

No início do referente capítulo, a autora mostra uma visão acerca das violências sexuais que é perpassada por diversos aspectos: “Embora, por trás de um termo, haja um conceito e por trás deste, um contexto social, histórico e político que o sustenta, no

²⁷ Referimo-nos aqui às propostas de classificação da violência sexual em dois grandes grupos: abuso sexual e exploração sexual comercial, adotada por diversos autores (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros 2005, Libório, 2004; Sousa, 2004, Dos Santos, 2007 etc.), além das diversas subclassificações contidas no interior de cada categoria.

presente trabalho, procuraremos apenas desvendar algumas das expressões, entendendo o contexto em que foram produzidas.” (Marques, 2006, p. 53).

Esse trecho mostra que a autora parece ter uma preocupação sócio-política-histórica com o caminho epistemológico que a construção de um conceito deve percorrer. Embora ela não se proponha a lançar o olhar sobre esse percurso, o fato de deixar explícita essa concepção certamente traz um olhar diferenciado acerca dos conceitos e expressões que por ela serão investigados.

O capítulo em análise é dividido em sete subitens, relacionados com o tema maior da violência sexual. São eles: 3.1 – Violência; 3.2 – Abuso sexual; 3.3 – A inclusão do abuso na agenda da Organização Mundial de Saúde; 3.4 – O abuso no Brasil; 3.5 – Violência doméstica; 3.6 – Violência sexual; e 3.7 – Escolhendo um termo.

Os cinco primeiros subitens não estão relacionados aos objetivos empreendidos aqui nesta dissertação, pois tratam genericamente da história da inclusão da temática do abuso sexual contra crianças e adolescentes nas agendas de instituições (como a Organização Mundial de Saúde) e de sua inserção nos meios acadêmico-científicos, notadamente situando escolas de pensamento estadunidenses, francesas e brasileiras, dentro do campo específico da medicina forense. Há também um percurso histórico da inserção da temática nas universidades brasileiras, situando as ciências humanas (serviço social, psicologia e direito) como maiores incentivadoras dos estudos acerca do abuso sexual.

Os itens referentes à violência sexual (3.6 e 3.7) tocam diretamente nos objetivos por nós traçados, e serão alvos de nossas interlocuções.

Inicialmente, Marques (2006) faz uma revisão sobre o que é violência, considerando o referencial psicanalítico. Aqui, um exemplo dessa visão, em que a autora faz uma citação literal para conceituar o fenômeno: “Violência é o emprego

desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional’ (COSTA, J. F., 2003, p. 39)” (p. 63). Para essa perspectiva, segundo Marques (2006), uma ação violenta refere-se a qualquer circunstância em que o sujeito é colocado numa situação de não poder obter prazer ou buscá-lo como defesa contra o medo da morte. Trazendo a discussão para a violência sexual, a autora não faz uma discussão sobre o conceito em si, mas faz observações acerca dos efeitos desse tipo de violência no desenvolvimento do sujeito psicanalítico, tal como segue no exemplo: “No caso da violência sexual, essa impede o surgimento da sexualidade objetal, pois o sujeito violentado ao invés de fazer o investimento libidinal na figura de um outro, etapa necessária a sua constituição, tenderá a repugná-lo.” (Marques, 2006, p. 64).

A autora deixa claro que não concebe diferença entre os diversos termos referentes às violências sexuais, como se pode perceber no exemplo do último parágrafo do item 3.6, e por quase todo item 3.7.. O último parágrafo do item 3.6 diz que

O fato de Costa utilizar o termo violência para se referir ao fenômeno do abuso ou incesto demonstra seu questionamento aos próprios psicanalistas que procuram resistir a incluir o campo da violência sexual contra a criança e ao adolescente nas pesquisas psicanalíticas. Sua posição difere de Lucia Alves Mees que acredita que a psicanálise deva pesquisar sim o tema, porém deve resistir a utilizar nomenclaturas atravessadas por ideologias que derrogam a psicanálise. (Marques, 2006, p. 64)

A aparente indiferenciação conceitual das diversas violências sexuais fica mais explícita no item 3.7 (“Escolhendo um termo”). No primeiro parágrafo desse item nos deparamos com a seguinte assertiva:

A ‘Exploração sexual comercial’ é a **última invenção** para nomear o abuso sexual. Emerge oficialmente em 1996, no 1º Congresso Mundial sobre a Exploração

Sexual de Crianças com Finalidades Comerciais, realizado em Estocolmo, que “tornou público o drama das crianças violentadas e assassinadas na Bélgica; espaço em que jovens e adultos apresentaram denúncias e numerosas redes de pedofilia foram desmanteladas” (GABEL, 1997, p. 13). (Marques, 2006, pp. 64-65, grifo nosso).

Nesse trecho fica clara a confusão conceitual contida na concepção de abuso sexual adotada pela autora. Ela trata fenômenos distintos (abuso sexual e exploração sexual comercial) como iguais, e ainda se posiciona “criticamente” sobre o fato de existirem muitos termos. A expressão usada por ela, *última invenção*, traz em si um teor irônico acerca das muitas nomenclaturas que são criadas para referir-se a essa violação do direito.

Parece haver uma contradição entre o posicionamento anteriormente adotado pela autora, de que por trás de um termo há um conceito e por trás deste, um contexto social, histórico e político que o sustenta, dando-lhe um suporte epistemológico, não sendo meramente um jogo de troca de palavras, em que a semântica é mantida. Com as afirmações que foram acima expostas, a autora parece abandonar o posicionamento anteriormente exposto, e se coloca num campo de confusão conceitual e pouco cuidado epistemológico, tal como alertam Faleiros (2000) e Dos Santos (2007) em suas reflexões acerca da temática.

A aparente confusão conceitual feita pela autora aos poucos vai se desvelando, com trechos que confirmam que a mesma considera as diversas formas de violência sexual como uma única, o abuso sexual: “Nesse Congresso, além de ter sido dada maior visibilidade ao fenômeno [aqui a autora refere-se ao abuso sexual], tentou-se organizar uma norma para a utilização das nomenclaturas, e a preferência foi dada ao termo ‘exploração sexual.’” (Marques, 2006, p. 65). Ao assumir o posicionamento teórico de

Gabel, a autora (2006) assume também a interpretação equivocada por parte do autor acerca da percepção dos objetivos do Congresso de Estocolmo.

Além disso, Marques (2006) assume o posicionamento trazido por Gabel (1997, citado por Marques, 2006), de que a partir do Congresso de Estocolmo, a Organização Mundial de Saúde definiu o que chama de abuso sexual:

A exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela com a finalidade de satisfação sexual desta. O crime pode assumir diversas formas: ligações telefônicas obscenas, ofensas ao pudor, voyeurismo, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações sexuais, incesto ou prostituição de menores (GABEL, 1997, p. 11). (Marques, 2006, p. 65)

Nessa citação temos alguns pontos importantes a destacar. Inicialmente, realçamos um ponto que já fora levantado acerca do posicionamento teórico de Marques (2006) em relação ao conceito de abuso sexual. A autora, concordando com Gabel, iguala o fenômeno do abuso sexual ao da ESCCA, mesmo tendo feito um discurso, anteriormente, em que defendia que cada conceito é construído de acordo com seu contexto histórico, político e social, e traz um percurso epistemológico próprio. Um segundo ponto a se destacar nessa citação refere-se a dois termos utilizados por Gabel e assumidos por Marques: prostituição e menores. Em relação ao termo *prostituição* discute-se o uso dessa terminologia quando usada direcionada para crianças e adolescentes no sentido de deixar explícito que essa população ainda não está em condições, por estar em fase de desenvolvimento peculiar, de fazer escolhas e, neste caso, a escolha pela atividade da exploração sexual comercial. Concebe-se que as crianças e adolescente são levados a praticá-la devido a diversas condições que perpassam suas trajetórias de vida, e até mesmo pelos apelos sedutores da sociedade de

consumo capitalista. O uso de termo *prostituição* é adequado apenas às pessoas adultas, que já se encontram em estágio de desenvolvimento psico-social e legal considerado apropriado às possibilidades de fazer a escolha de entrar em tal atividade. O outro termo colocado em questão é *menor*. O uso desse termo, da forma como Gabel o colocou, e que Marques assumiu, desconsidera os avanços teórico-terminológicos alcançados pelos movimentos sociais que lutaram em favor da construção da Doutrina da Proteção Integral, inaugurada no Brasil com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O uso do termo *menor* remete aos períodos históricos em que essa população tinha poucos direitos assegurados. É especialmente pejorativo porque o termo fazia a distinção entre duas categorias diferentes: as crianças e os menores. De acordo com Bock (2002), Campos et al (2004), Rizzini (1997), e Rizzini e Rizzini (2004), enquanto às primeiras destinavam-se iniciativas na área da saúde e da educação básicas, fora do contexto da Doutrina, aos outros restavam as ações de caráter punitivo e segregacionista.

Voltando às questões da imprecisão terminológica acerca da ESCCA e do abuso sexual, Marques (2006) recorre à Faleiros (2000), que faz a discussão sobre esse impasse teórico-epistemológico:

Eva Faleiros (2000, p. 10), especialista da área do Direito, escreveu um livro na tentativa de contribuir para a utilização mais adequada dos termos. A autora acredita que a utilização de diferentes termos como sinônimos e como se eles se correspondessem a um mesmo conceito não é apenas uma questão de terminologia, mas uma questão de epistemologia, ou seja, “revela falta de uma rigorosa e clara conceituação da problemática.” Pesquisou os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e analisou o material bibliográfico. (Marques, 2006, p. 65)

Apesar de Marques (2006) trazer a discussão proposta por Faleiros (2000), ela incorre pelo mesmo caminho da imprecisão conceitual apontado por Faleiros, revelando a falta de uma rigorosa conceituação da problemática em questão. Marques (2006), concordando com Faleiros (2000), atribui a essa “confusão” terminológica o fato de que as preocupações com as violências sexuais contra crianças e adolescentes só tornaram-se preocupações dos defensores dos direitos humanos a partir da década de 1990²⁸. Entretanto, Marques (2006) ainda relaciona essa confusão de termos com a existência de diversas áreas do conhecimento que se detém sobre a questão, afirmando que “a abordagem desse fenômeno depende de questões culturais e do lugar oferecido socialmente à criança e à família em cada cultura e época.” (Marques, 2006, p. 66)

A autora encerra a seção fazendo uma série de reflexões acerca das escolhas terminológicas na temática das violências sexuais. Expõe que

Estamos problematizando uma reflexão para levar o leitor a perceber que, por trás de um termo, há um conceito e, por trás deste, há um contexto social, histórico e político que lhe dá suporte. Queremos contribuir para um questionamento sobre o que permeia a utilização de um ou outro termo, apreendendo suas implicações teóricas e práticas. (Marques, 2006, p. 68)

Apesar do esforço da autora em buscar reflexões e questionamentos sobre a utilização de um ou outro termo, fica a impressão de que esse objetivo não foi alcançado, tendo em vista seu próprio posicionamento teórico-político em relação às terminologias utilizadas, às discussões resgatadas por ela, trazendo autores que dialogam justamente sobre a temática da imprecisão conceitual, colocando essa no lugar de um obstáculo ao enfrentamento das diversas formas de violências sexuais. A autora finaliza o capítulo trazendo os seguintes dizeres: “Assim, torna-se impossível um

²⁸ Embora Faleiros (2000) se refira a essa preocupação como tendo sido iniciada a partir da década de 1990, as preocupações com os direitos da criança e do adolescente são anteriores à década de 1980.

consenso universal e absoluto sobre o uso dos termos. O que fizemos foi catalogar as diferentes definições, entendendo o contexto em que foram produzidas, para, então, fazermos uma escolha.” (Marques, 2006, p. 69). Os movimentos sociais, autores, instituições (e até mesmo as deliberações da Declaração de Estocolmo) que lidam com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes não fazem um esforço para buscar consensos terminológicos e teóricos, como entende Marques (2006), mas sim em explicitar que se trata, na verdade, de diferentes tipos de violências, que demandam olhares específicos, estudos cuidadosos e diferenciados, considerando cada contexto sócio-político, e cada caso, com suas peculiaridades.

Manuscrito 15

O presente manuscrito trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Consuelo Biacchi Eloy, de 2007, intitulada “A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário”. Teve por objetivo proporcionar uma revisão dos paradigmas jurídicos frente à problemática da criança vítima de abuso sexual, caracterizando as relações entre a infância e a instituição judiciária, com principal enfoque no sistema de comunicação e notificação desse crime e as conseqüentes intervenções profissionais que buscam a validação, ou não, do relato da criança. A dissertação em questão tem como foco o tema do abuso sexual, todavia, sua entrada no *corpus* desta pesquisa se deve ao seu primeiro capítulo, que possui um subitem intitulado “Abuso sexual: infância violada”, em que há uma contextualização geral da violência sexual, partindo da noção de abuso sexual e passando por uma concepção de exploração sexual comercial. Todo o resto da dissertação trata do tema específico da escuta à criança no contexto jurídico, inclusive a parte da análise do *corpus* da pesquisa.

No item citado, *abuso sexual: infância violada*, a autora inicia um parágrafo com a seguinte afirmação:

É considerado abuso sexual infantil a situação de relacionamento interpessoal na qual a sexualidade é compartilhada mediante a estimulação de um adulto em uma criança mesmo que este utilize ou não a força física para vencer sua resistência. A sedução também é uma situação abusiva em que não ocorre um embate de resistências à aproximação sexual; ao contrário, há um aparente consentimento para a prática sexual. Todavia, se configura abuso devido à relação de poder estabelecida entre um adulto e uma criança, levando esta a aceitar passivamente as abordagens libidinosas. (Eloy, 2007, p. 21)

A autora traz uma concepção inicial de abuso sexual muito ampla, que tem características comuns à violência sexual de forma geral. Tanto para o abuso sexual quanto para a ESCCA existe a situação de relacionamento interpessoal que tem por objetivo esse compartilhamento da sexualidade para a satisfação do adulto ou pessoa mais velha que a vítima envolvida. A relação de poder estabelecida também é considerada basal para qualquer tipo de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Em seguida, Eloy (2007) traz a concepção de abuso sexual construída por Azevedo e Guerra (1998), que trata o fenômeno como “todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e um menor de 18 anos, tendo por finalidade estimulá-lo sexualmente e utilizá-lo para obter tal estimulação sexual em si próprio e em outra pessoa” (Azevedo & Guerra, 1998, citadas por Eloy, 2007, p. 22). Da mesma forma como a consideração anteriormente realizada por Eloy (2007), essa concepção de abuso sexual é bastante ampla, pois a exploração sexual comercial de

crianças e adolescentes também têm como uma de suas características fundamentais a relação interpessoal com finalidade de obtenção sexual.

Em seguida, Eloy (2007) traz um único parágrafo em todo o texto que faz referência à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes:

Há ainda, a exploração sexual, que implica a participação de crianças em atividades de prostituição e pornografia infantil. Qualquer dessas formas de uso de poder é suficiente para amordaçar a fala da criança e mantê-la em silêncio, até que não suporte a experiência destruidora da vitimização sexual. (p. 22)

Pode-se perceber, por meio desse trecho, que a autora concebe a exploração sexual comercial como “prostituição e pornografia infantil”. Essa compreensão traz em si alguns fatores incoerentes com as concepções vigentes na chamada Doutrina da Proteção Integral, inaugurada no Brasil com a Constituição Federal, de 1988, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, além de destoar das recomendações de instituições e documentos em âmbito mundial que se debruçam sobre a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Tanto a Doutrina em questão quanto as recomendações expressas em documentos oficiais (Declaração de Estocolmo, de 1996, por exemplo) deixam a idéia de que associar a prática da *prostituição* a crianças e adolescentes é errôneo, inadequado. Isso se deve, inicialmente, à condição peculiar de desenvolvimento em que essa população se encontra, sendo considerados inaptos a escolher entrar deliberadamente na atividade da prostituição, que é tida como uma categoria de trabalho²⁹ dos adultos, que já têm condições (a partir de uma perspectiva desenvolvimentista) de “escolher” participar de atividades próprias da categoria prostituição. Somando-se a esse ponto de vista, tem-se a concepção de que a categoria *prostituição* não contempla a diversidade de situações vividas pela população de

²⁹ Trabalho aqui é concebido enquanto categoria fundante do homem, de acordo com a perspectiva marxista, e não como *emprego*, como comumente é confundido. Refere-se, grosso modo, à transformação da natureza, por parte do homem.

crianças e adolescentes que porventura tenham seus direitos violados, e o uso deliberado desse termo associado a essa população traz a possibilidade de descomprometimento por parte do Estado em criar políticas e assegurar as já existentes voltadas para o enfrentamento da exploração sexual comercial. Ainda de acordo com essa idéia, as pessoas associadas à condição de “prostituídas” são alvo de estigmas sociais que carregam sentidos e valores negativos e depreciativos, sendo vistas como pessoas responsáveis por suas próprias condições (ou seja, estão “prostituídas” porque querem, então não merecem ajuda), o que deturpa a forma de visualizar toda a complexidade que perpassa fenômenos como o da ESCCA, e retirando as crianças e adolescentes do lugar de sujeitos de direitos em condição de prioridade absoluta para os cuidados, tal como consubstanciado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com a doutrina da Proteção Integral a essa população.

Como anteriormente dito, esse foi o único parágrafo em que a autora fez menção ao fenômeno da exploração sexual comercial. O trabalho tem como tema as crianças vítimas de abuso sexual, focalizando a relação dessas com a escuta existente no sistema judiciário, enquanto um dos segmentos do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Manuscrito 16

De autoria de Jeane Lessinger Borges (2007), a dissertação de mestrado tem o título: “Abuso sexual infantil: consequências cognitivas e emocionais”. O objetivo da dissertação foi investigar variáveis cognitivas e emocionais em meninas vítimas de abuso sexual infantil (ASI), observando as relações entre ASI, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e desempenho em funções cognitivas. Para isso, foram organizados três artigos, sendo um teórico e dois empíricos. A autora tem como foco de

seu trabalho o fenômeno do abuso sexual. Contudo, se justifica a inclusão dessa dissertação na pesquisa porque em uma seção de um dos capítulos de seu trabalho há trechos que se referem à violência sexual de forma geral e à exploração sexual comercial, especificamente. Todo o resto do trabalho faz menção ao abuso sexual apenas, não sendo foco de análise aqui empreendido.

Na verdade a referência à exploração sexual comercial acontece apenas em um parágrafo específico, dentro do capítulo intitulado “Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos”, numa subseção chamada “abuso sexual infantil e transtorno de estresse pós-traumático”. Essa seção inicia-se com o parágrafo ao qual foi realizada a análise que corresponde aos objetivos propostos aqui nesta dissertação, qual seja:

O abuso sexual constitui-se uma das categorias de maus-tratos contra crianças e adolescentes, que inclui ainda o abuso físico, o abuso psicológico, o abandono e a negligência. Compreende todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, que pode variar deste intercurso sexual com ou sem penetração (vaginal, anal e oral), voyeurismo, exibicionismo até exploração sexual, como a prostituição e a pornografia (Marques, 1994). Este pode ser definido como uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução (Araújo, 2002). Tais características são observadas através da presença de um agressor, que está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou adolescente e que utiliza seu poder para obter a gratificação de seus desejos sexuais (Amazarray & Koller, 1998). Portanto, entre a criança vítima e o adulto perpetrador observa-se uma relação interpessoal hierárquica de poder assimétrica e a falta de uma relação de reciprocidade (De Antoni & Koller, 2002). (Borges, 2007, p. 21)

A autora demonstra, a partir desse trecho, que tem uma concepção acerca do abuso sexual e da exploração sexual comercial que segue um caminho diverso de muitos autores aqui já analisados. Ela parte da compreensão de que a categoria *maus tratos* é a fundante dos tipos de violência sexual (assim como também de outros tipos de violência, como o abuso físico, psicológico, abandono e a negligência). Essa perspectiva traz o abuso sexual caracterizado de forma bastante genérica, com marcas do que autores como Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005) chamariam de violência sexual (a categoria explicativa mais genérica desse tipo de violência, que se subdivide em abuso sexual e exploração sexual comercial). São características da violência sexual, de acordo com Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005), atos ou jogos sexuais, relação hetero ou homossexual, que pode variar deste intercuro sexual com ou sem penetração. Borges (2007) ainda concebe a exploração sexual comercial como um tipo de violência que é parte constituinte do abuso sexual, sendo uma forma dessa violência.

Adentrando na especificidade da exploração sexual comercial, Borges (2007) recorre às concepções de Marques (1994) e Araújo (2002)³⁰. A partir da perspectiva adotada por esses autores, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes inclui-se dentro do que eles concebem enquanto abuso sexual. Além disso, a concepção de exploração sexual para os autores é de que o fenômeno constitui-se em duas atividades: a prostituição e a pornografia. Como anteriormente citado, a respeito do posicionamento teórico similar adotado em outros manuscritos analisados, o termo *prostituição* direcionado às populações de crianças e adolescentes está em desuso e é considerado politicamente incorreto pelo fato de que a criança e o adolescente, em razão de seu *status* desempoderado na sociedade, de sua condição de idade ou de pobreza,

³⁰ Apesar de Marques (1994) e Araújo (2002) terem trabalhos que fazem referência à exploração sexual comercial e à violência sexual de forma mais ampla, os trabalhos desses autores não figuram dentro do *corpus* de pesquisa desta dissertação por não se tratarem de teses, dissertações ou artigos veiculados por revistas da área.

seriam levados à exploração sexual comercial como estratégia de sobrevivência, e essas condições negativas relativizariam qualquer condição de escolha ou consentimento por parte dessa população. Para Dos Santos (2007) crianças e adolescentes envolvidos nesse tipo de violação estão em condição de vítimas, ou seja, estão sendo sexualmente exploradas, enquanto a categoria *prostituição* implica numa outra condição, pois dá idéia de que a ação foi motivada por escolha. Além disso, pessoas associadas à condição de “prostituídas” são alvo de estigmas sociais que carregam sentidos e valores negativos e depreciativos, sendo vistas como pessoas responsáveis por suas próprias condições (ou seja, estão “prostituídas” porque querem, então não merecem ajuda), o que deturpa a forma de visualizar toda a complexidade que perpassa fenômenos como o da ESCCA, e retirando as crianças e adolescentes do lugar de sujeitos de direitos e colocando-os numa posição de *infratores*, pois “escolheram” realizar essa atividade, e portanto são os responsáveis por suas próprias condições.

Essas são as únicas considerações elaboradas por Borges (2007) acerca da ESCCA, e, portanto, as únicas que dizem respeito aos objetivos propostos por esta dissertação.

Manuscrito 17

Trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Luis Fernando Rocha, de 2006, intitulada “Ataque sexual infanto-juvenil doméstico: da revelação à responsabilização criminal do agressor”. O objetivo do trabalho foi caracterizar uma tipologia do fluxo de procedimentos e dos atos normativos (inquéritos policiais e/ou processos judiciais) adotados a partir da revelação do fato, até a finalização do processo de responsabilização do acusado/agressor, com vista a identificar que aspectos

(supervalorizações, subjetivações, lacunas, omissões, etc., deliberados, ou não) podem ter sido decisivos para o desfecho dos casos.

O autor, no primeiro capítulo de sua dissertação, explica o que ele chama de ataque sexual doméstico, partindo da discussão sobre violência sexual que remete à conceituação de abuso sexual. Contudo, não é feita uma conceituação acerca do que Rocha (2006) considera que seja abuso sexual. Sua discussão aponta para o sentido da palavra *abuso* na língua portuguesa, francesa e inglesa, considerando-a incorreta ao tratar de violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista que o autor assume que abuso refere-se ao uso em excesso, o que passa a idéia de que o uso “moderado” pode ser aceitável. Por isso, o autor procura se afastar da possibilidade de que o uso do termo abuso sexual possa esconder um sentido de que existe, em alguma medida, a legitimidade de se usar crianças e adolescentes para satisfações sexuais, desde que de maneira moderada.

Então, Rocha (2006) passa a utilizar a expressão *ataque sexual doméstico* para se referir ao que muitos estudiosos e documentos legais se referem como abuso sexual. Apesar de se tratar de um trabalho que tem como tema central o abuso sexual, o manuscrito enquadra-se nos objetivos traçados por esta dissertação por ter, em um de seus capítulos de revisão teórica, uma seção que lança olhar sobre a violência sexual de forma geral, englobando, nessa tarefa, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Adentrando na referida seção do capítulo de revisão teórica, que trata da violência sexual como um todo, apontaremos alguns trechos que remetem à exploração sexual comercial. Refletindo sobre a violência sexual de forma geral, o autor coloca que:

Outros autores procuram a definição teórica de violência sexual contra crianças e adolescentes, como Forward e Buck (1989), que definem violência sexual

doméstica, ou o incesto, como todo e qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, ou acreditem tê-lo. Nesta definição, estariam incluídos padrasto, madrasta, meio-irmãs, avós por afinidade e até mesmo amantes, desde que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais. Incesto caracteriza-se pela violação da confiança especial, existente entre a criança e um parente, ou uma figura de pai e mãe, por qualquer ato de exploração sexual. (Rocha, 2006, p. 47)

Nesse trecho, o autor explica que o incesto se caracteriza por “qualquer ato de exploração sexual”. Essa é uma afirmação, a partir do contexto do trecho assinalado, que nos permite tecer duas interpretações sobre seu significado: uma possibilidade é pensar em qualquer violação de direitos, aqui os sexuais, como formas de exploração do homem pelo homem, tal qual nos remete a teoria marxista, ou mesmo como se pode verificar, em qualquer dicionário, as possibilidades semânticas³¹, que remetem ao fato de se tirar vantagem de alguém ou alguma situação. Uma segunda possibilidade é a de que o autor incorre conceitualmente quando iguala dois tipos de violências que são bastante diversas, com peculiaridades e especificidades que demandam um olhar cuidadoso, além de uma reflexão epistemológica, que para cada tipo de violência percorre caminhos diferentes. Dessa forma, concordamos com o autor, caso sua perspectiva seja a primeira apontada, porque também consideramos que qualquer violação de direitos é, em si, uma relação que pode ser perpassada por relações exploratórias e abusivas.

Contudo, se o sentido atribuído por Rocha (2006) equiparar-se à segunda possibilidade por nós elencada, é necessário que haja uma reflexão mais ampla sobre o assunto. A violência intitulada *incesto* carrega em si as características atribuídas à

³¹ Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 2001), por exemplo, *explorar*, pode ser: 1. Procurar, descobrir. 2. Percorrer estudando. 3. Pesquisar, estudar. 4. Desenvolver (negócio ou indústria). 5. Tirar partido ou proveito de (pessoa, fato, situação, etc.). 6. Ludibriar.

violação de direitos sexuais conhecida por abuso sexual. Ainda, em acordo com Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005), o incesto corresponde à divisão adotada por esses autores que é intitulada abuso sexual intra-familiar ou doméstico. Então, seguindo o ponto de vista de Faleiros (2000, 2004), Rocha (2006) incorre na perspectiva de igualar esses dois fenômenos, não atentando para suas diversidades epistemológicas (da origem de cada violência, suas motivações e elementos constituintes), fato esse que pode ter conseqüências que podem prejudicar o enfrentamento de ambas as violências, pois partimos da premissa de que os estudos sobre violência sexual acabam por direcionar, direta ou indiretamente, as ações para enfrentamentos de tais violações dos direitos humanos.

A exploração sexual comercial é um fenômeno complexo e atravessado por diversos fatores, que são primordiais para sua existência e manutenção de sua lógica de funcionamento. O incesto responde a outras lógicas de funcionamento e demanda olhares diferenciados para se chegar à compreensão do fenômeno. Sem dúvida, esses dois tipos de violência têm aspectos em comum, até por que ambos classificam-se igualmente (e genericamente) como violência sexual. Alguns aspectos que podemos evidenciar são o silêncio e o segredo que, por vezes, perpassam as relações estabelecidas nas violências, e a condição de maior poder (físico, econômico, político, social etc.) do violador em relação à criança e/ou adolescente vítima.

Seguindo na dissertação de Rocha (2006), a discussão segue com uma citação literal por parte do autor, que se refere especificamente à exploração sexual:

Para Schechter e Roberg, a exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que

violam os tabus sociais dos papéis familiares... (apud FURNISS, 1993, p.12).
(Rocha, 2006, p. 47)

A discussão evocada por Rocha (2006), dialogada com autores como Furniss, Schechter e Roberg (citados por Rocha, 2006) remete à primeira consideração feita por nós aqui na análise desta dissertação, que se refere a uma compreensão generalista da terminologia *exploração sexual*, a qual assume um sentido amplo, igualando-se à violações sexual de maneira geral, de forma a compreender que qualquer forma de violência sexual é uma exploração do homem pelo homem. Tal forma generalista de apreensão do termo também é empregada na terminologia *abuso sexual*, que muitas vezes, em diversos trabalhos, é utilizada de maneira a igualar-se a qualquer violação de direitos sexuais, tomando-se por base e justificativa a possibilidade semântica da palavra abuso, que é tomada como uso errado, incorreto.

Logo em seguida, Rocha (2006) faz outra referência a Furniss acerca da exploração sexual:

Furniss (1993, p. 12) agrava esta definição, acrescentando-lhe características que revelariam a intencionalidade do agressor, ao afirmar que a exploração sexual das crianças, além do que já foi descrito, também, “objetiva(m) a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso”. (Rocha, 2006, p. 48)

Nessa citação, Rocha (2006) traz elementos gerais da violência sexual, que são recorrentes nas reflexões de autores que discutem a temática segundo a perspectiva de Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005): gratificação das demandas e desejos sexuais do violador. No entanto, cada vez fica mais evidente que Rocha (2006) concebe por exploração sexual um fenômeno genérico, que poderíamos igualar à expressão *violência sexual*, dada a forma generalista que o autor refere-se ao termo e às características desse. Essa perspectiva é reforçada quando o autor (2006) faz uma citação (e em

seguida não faz nenhuma consideração sobre essa) do conceito adotado por Azevedo e Guerra (1989) acerca de violência sexual:

Já as³² pesquisadoras Azevedo e Guerra (1989), caracterizam a violência sexual como sendo "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual, ou homossexual, entre um, ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança, ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra" (p. 42). (Rocha, 2006, p. 48)

Aqui fica claro que o autor refere-se, quase que em todos os momentos, à violência sexual de uma forma ampla, trazendo características que são concebidas em qualquer forma de violação de direitos sexuais, tais como o uso de pessoas com idade inferior a dezoito anos para satisfação de desejos sexuais.

Em seguida, Rocha (2006) faz referência ao conceito de violência sexual concebido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), fazendo uma citação secundária de outro autor, Gabel (1997):

A exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela com a finalidade de satisfação sexual desta. O crime pode assumir diversas formas: ligações telefônicas obscenas, ofensa ao pudor e voyeurismo, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações sexuais, incesto, ou prostituição de menores (apud GABEL, 1997, p. 11). (Rocha, 2006, p.48)

Mais uma vez, a concepção adotada para referir-se à exploração sexual corresponde a uma visão geral do que é a violência sexual (igualando exploração sexual com abuso sexual), que traz elementos comuns a qualquer violência sexual (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 2005). Além disso, evocando a discussão feita por Gabel (1997,

³² No texto de Rocha (2006), esse trecho aparece logo em seguida à última citação literal que fizemos, que se refere à perspectiva de Furniss. Por isso o resgate proposto pelo autor, iniciando o parágrafo com "Já as".

citado por Rocha, 2006), Rocha (2006) parece assumir a concepção de exploração sexual elencada por esse autor que, terminológica e epistemologicamente, traz elementos que podem ser postos em questão: por exemplo, o uso dos termos (e a partir disso pode-se inferir a não reflexão histórica que esses carregam) *menores* e *prostituição*, associados a crianças e adolescentes. Essa discussão, sobre esse mesmo trecho citado do autor Gabel (1997) já foi realizada na análise do manuscrito 14 (Marques, 2006) e, na ocasião, refletíamos que o termo *prostituição* tem seu uso discutido, quando usado direcionado para crianças e adolescentes, no sentido de deixar explícito que essa população ainda não está em condições, por estar em fase de desenvolvimento peculiar, de fazer escolhas e, nesse caso, a escolha pela atividade da exploração sexual comercial. Concebe-se que as crianças e adolescente são levados a praticá-la devido a diversas condições que perpassam suas trajetórias de vida, e até mesmo pelos apelos sedutores da sociedade de consumo capitalista.

O uso de termo *prostituição* é adequado apenas às pessoas adultas, que já se encontram em estágio de desenvolvimento psico-social e legal considerado apropriado às possibilidades de fazer a escolha de entrar em tal atividade. O outro termo colocado em questão é *menor*. O uso desse termo, da forma como Gabel o colocou, e que Marques assumiu, desconsidera os avanços teórico-terminológicos alcançados pelos movimentos sociais que lutaram em favor da construção da Doutrina da Proteção Integral, inaugurada no Brasil com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O uso do termo *menor* remete aos períodos históricos em que essa população tinha poucos direitos assegurados. É especialmente pejorativo porque esse termo era empregado para fazer a distinção entre duas categorias diferentes: as crianças e os menores. De acordo com Bock (2002), Campos et al. (2004), Rizzini (1997), e Rizzini e Rizzini (2004), enquanto às primeiras destinavam-se iniciativas na

área da saúde e da educação básicas, fora do contexto da Doutrina, aos outros restavam as ações de caráter punitivo e segregacionista.

Seguindo adiante, Rocha (2006) começa a adentrar especificamente na discussão que remete à violência sexual conhecida por incesto, como se pode perceber no trecho a seguir: “A violência sexual, ocorrendo no seio familiar, intramuros, em um ambiente que por diversos motivos vem se demonstrando propício para esta prática, surge também como uma forma de violência doméstica, ou intrafamiliar, sendo denominada de incesto.” (Rocha, 2006, p. 48). Contudo, o autor deixa claro, em suas citações e discussões, que suas reflexões concebem abuso e exploração sexual de uma forma ampla, como sinônimos de violência sexual. Essa violência é concebida, neste trabalho, como a categoria mais abrangente dessas formas peculiares de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Manuscrito 18

Trata-se de uma dissertação de mestrado, intitulada “Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade” (2007), de autoria de Samara Silva dos Santos. O objetivo geral dessa dissertação é discutir as características de mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, considerando aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso e à multigeracionalidade (Santos, 2007). O manuscrito possui uma revisão de literatura referente à temática do abuso sexual, suas repercussões e aspectos relacionados à figura materna, seção essa em que há uma discussão geral sobre violência sexual, incluindo uma perspectiva sobre a exploração sexual, fato esse que justifica um trabalho que tem como tema o abuso sexual, compor o *corpus* desta dissertação.

Na introdução do capítulo acima citado, a autora inicia propondo uma conceituação de abuso sexual:

Segundo a definição de alguns estudos (Azevedo & Guerra, 1989; SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/MJ, 2001), o abuso sexual consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. O abusador tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. O abuso sexual pode envolver situações de estupro ou ainda exploração sexual e pornografia, visando lucro. (Santos, 2007, p. 11)

No início de sua definição, Santos (2007) traz a concepção adotada por Azevedo e Guerra (1989) que trata o abuso como ato ou jogo sexual, e traz características consideradas genéricas a outros tipos de violência sexual, como a busca por satisfação sexual por parte do agressor, a violência e poder como aspectos implícitos a essa relação. As características trazidas pela autora (2007), apontadas para caracterizar o abuso sexual, servem também para caracterizar, em parte, o fenômeno da exploração sexual comercial, fato esse que realça a concepção genérica que está sendo empregada para o abuso sexual. Notadamente em um trecho, a autora iguala o abuso sexual à exploração sexual: “O abuso sexual pode envolver situações de estupro ou ainda exploração sexual e pornografia, visando lucro.” (Santos, 2007, p. 11). Aqui fica clara a indiferenciação entre os conceitos empreendida pela autora. Igualar esses dois

fenômenos, que possuem características em comum – que foram ressaltados pela autora sob a alcunha de abuso sexual –, pode demonstrar pouca preocupação epistemológica em relação à construção dos conceitos a eles vinculados, que partem de uma base comum, - a violência sexual -, mas que tomam rumos diversos, com suas peculiaridades. Por exemplo, para se discutir abuso sexual é interessante que se reflita sobre fenômenos específicos como os pactos de silêncio existentes, as dinâmicas familiares instaladas pela violação de direitos sexuais, os tabus quebrados etc.

Em relação à ESCCA também se deve considerar aspectos importantes e constitutivos do fenômeno, tais como a inserção da violação dentro do contexto mercadológico do sistema capitalista (assinalado pela autora, quando ela se refere a *lucro*), as dinâmicas existentes nesse mercado (o do sexo), suas características enquanto um mercado ilegal, as redes de tráfico envolvidas na dinâmica, o papel dos consumidores finais, intermediários, atravessadores, negociantes, etc.. Muitas diferenças estão contidas quando se pensa em abuso e ESCCA, principalmente as de origem epistemológica, que remetem a uma discussão radical (de raiz), buscando compreender os caminhos percorridos para cada uma, suas origens e caminhos teóricos.

Mais à frente, num capítulo intitulado “O limite entre encobrir e amparar no contexto do abuso sexual infantil”, a autora retoma sua concepção de abuso sexual, igualmente de forma genérica, tal qual anteriormente feito:

O abuso sexual pode ainda ser compreendido como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. Apresenta-se sob forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual

(voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. O abuso sexual pode ainda envolver situações de estupro e exploração sexual, visando lucros, como é o caso da pornografia. O abusador tem por intenção estimular a criança sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual (Azevedo & Guerra, 1989; SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/MJ, 2001). (Santos, 2007, p. 27).

As mesmas considerações realizadas acerca do recorte de trecho anterior da dissertação de Santos (2007) valem para esse trecho, pois, apesar da escrita estar um pouco modificada, o teor é praticamente o mesmo, e as considerações a serem feitas são iguais às anteriormente já realizadas.

Manuscrito 19

O manuscrito em questão é uma dissertação de mestrado, intitulada “Psicologia do testemunho: os riscos na inquirição de crianças” (2006), de autoria de Osnilda Pisa. Teve por objetivo buscar uma validade ecológica ao tentar mimetizar as situações reais em que crianças são entrevistadas nas delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes. A dissertação apresenta uma seção que discute o abuso sexual infantil e a palavra da criança vítima, trazendo uma caracterização geral sobre violência sexual, englobando a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, o que justifica sua inclusão no *corpus* da pesquisa desta dissertação.

A autora inicia a discussão acerca do abuso sexual a partir de uma definição de violência, tomando essa enquanto categoria que inclui o abuso sexual. Nas palavras da autora:

Violência é “a ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém)” (Houaiss, 2001, p. 2866); são ações

ou omissões que podem prejudicar o normal desenvolvimento dos seres humanos (Koller, 2000). Desde os primórdios da raça humana existe violência contra crianças (Minayo, 2002; Ferrari, 2002), englobando a exploração sexual e os impulsos incestuosos (Lippi, 1990). No entanto, apenas a partir do século XIX teve início o interesse em torno da problemática da violência contra crianças. (Pisa, 2006, p. 12).

A autora, referindo-se ao abuso sexual, remete a pesquisadores que têm como tema a violência e a violência sexual. Utilizando a referência de Lippi (1990, citado por Pisa, 2006), a autora inclui a exploração sexual dentro da categoria mais ampla *violência*. Contudo, o tópico em que esse trecho está situado é intitulado “violência e abuso sexual infantil”. Em princípio, pode-se pensar que há alguma confusão conceitual por parte da autora, entre os fenômenos do abuso sexual e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Mas ainda não se pode fazer essa inferência com os poucos elementos que nos foram dados até esse contexto da dissertação em questão.

Em seguida a esse trecho, Pisa (2006) inicia uma discussão acerca de abuso sexual e incesto, discutindo proximidades teóricas, diferenças e características entre essas violências. Só mais à frente, quando começa a discutir a Doutrina da Proteção Integral, inaugurada com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a autora volta a fazer alguma menção à exploração sexual, dentro de sua discussão sobre violência sexual. Contudo, não há reflexões sobre o que é posto. O trecho em que há essa referência à ESCCA aparece quando há a citação a um dos artigos do Código Penal brasileiro:

O Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com as alterações da Lei n.º 7.209, de 11 de julho de 1984, prevê a prática de diversos crimes que podem ser enquadrados como abuso, violência ou

exploração sexual de crianças e adolescentes, como previsto no § 4º do art. 227 da Constituição Federal, como o homicídio (art. 121); lesão corporal (art. 129); ato obsceno (art. 233); omissão de socorro (art. 135), maus-tratos (art. 136); abandono material (art. 244). (Pisa, 2006, p. 15)

A autora segue exemplificando alguns artigos do Código Penal e do ECA, em que há menções à violências sexuais de diversos tipos. Após essa etapa, Pisa (2006) entra na discussão conceitual propriamente dita acerca das violências sexuais. Ela inicia fazendo referência a alguns autores para explicar alguns aspectos do que ela chama de abuso sexual infantil:

Ao examinar aspectos legais do abuso sexual infantil, Furniss cita Shechter e Roberge, como autores de uma das mais conhecidas definições: “A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares” (Shechter e Roberge, 1976, p. 129). Acrescentando Furniss: “e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso” (1993, p. 12). (Pisa, 2006, pp. 16-17)

Esse é o único trecho do trabalho de Pisa (2006) que tem uma reflexão teórica acerca da exploração sexual comercial. Contudo, percebemos que a autora, partindo da perspectiva de outros autores, concebe a exploração sexual de uma forma genérica, dando como características dessa violência aspectos que são caros a outros tipos de violência sexual, como o abuso sexual, não adentrando em especificidades de nenhuma das violências sexuais. Partindo da perspectiva de Faleiros (2000, 2004) e Faleiros (2005), as características elencadas por Pisa (2006) (como gratificação de demandas e

desejos sexuais por parte do violador, transgressão de tabus sociais e papéis familiares etc.) podemos considerar que a autora está se referindo à violência sexual, de modo geral, e não especificamente ao abuso sexual ou à ESCCA.

Em nenhum outro trecho de sua dissertação Pisa (2006) faz alguma reflexão teórica sobre violência sexual, abuso sexual ou exploração sexual comercial.

Manuscrito 20

Esse manuscrito é uma dissertação de mestrado cujo título é “Percepções de mães e crianças das relações familiares permeadas por violência sexual do pai contra a filha: análise de variáveis”, de autoria de Silvia Cavalcante Vicentin (2007). O objetivo geral dessa dissertação é identificar variáveis que podem comprometer os processos funcionais da dinâmica de famílias permeadas por violência sexual praticada pelo pai contra a filha. Vicentin elaborou um capítulo específico sobre violência sexual e é sobre esse capítulo que a análise aqui empreendida lança olhar, tendo em vista que é nesse contexto da dissertação que há referências diretas e reflexões aos tipos de violência sexual, em relação às suas conceituações.

Logo no início do capítulo, Vicentin (2007) traz uma concepção do que compreende ser a violência sexual, que a situa como uma categoria geral de violência:

Vários autores concordam que, embora a violência sexual contra a criança possa ser de natureza variada (incluindo desde a carícia íntima, passando pela pornografia, até a penetração vaginal, anal ou oral), a principal característica do fenômeno parece ser o fato de envolver sempre um adulto em posição de autoridade e uma criança que, devido à fase de desenvolvimento em que se encontra, é incapaz de entender a natureza deste contato sexual (AMAZARRAY; KOLLER, 1998,

BRINO; WILLIAMS, 2002, PADILHA; GOMIDE, 2004 e DUARTE; ARBOLEDA, 2005). (Vicentin, 2007, p. 15)

Nesse trecho e em alguns outros do capítulo referente à violência sexual, Vicentin (2007) traz uma concepção ampla da violência sexual. Em nenhum momento a autora faz menção às possibilidades existentes de divisão da violência sexual, de acordo com as especificidades de cada violência. É como se a violência sexual contra crianças e adolescentes fosse um conjunto uniforme de características que dessem conta da complexidade conformadora dos diversos fenômenos que a compõe.

Vicentin (2007) foca seu olhar acerca da violência sexual na perspectiva epidemiológica, de forma que os dados estatísticos são seu ponto de partida para a compreensão do fenômeno. A maior parte do capítulo é composta por diversos dados estatísticos oriundos de muitas fontes diferentes, e sempre sobre a alcunha de violência sexual, sem nenhuma divisão dessa categoria maior, como por exemplo, a divisão por muitos autores sugerida, que se refere ao abuso sexual e exploração sexual comercial.

No final do capítulo, após a discussão de muitos dados epidemiológicos e estatísticos, a autora apresenta uma citação que traz uma possibilidade de divisão da violência sexual:

Sullca; Schirmmer (2006) complementam que a violência sexual produz seqüelas físicas e psicológicas e que as vítimas ficam mais vulneráveis a outros tipos de violência, à prostituição, ao uso de drogas, às doenças sexualmente transmissíveis, às doenças ginecológicas, aos distúrbios sexuais, à depressão e ao suicídio. (Vicentin, 2007, p. 21)

Nesse trecho, a autora faz referência ao termo *prostituição*. Aqui não fica claro se a autora traz essa terminologia como uma possibilidade de divisão da violência sexual entre abuso sexual e exploração sexual, partindo da premissa que muitos autores

e ainda alguns documentos se valem da nomenclatura *prostituição* para fazer referência a um tipo específico, uma modalidade da exploração sexual. Caso essa seja a intenção da autora em trazer a contribuição dos autores por ela citados, em sua revisão de literatura, é importante que relembremos a discussão trazida por Dos Santos (2007) e Faleiros (2000, 2004), que problematiza o uso do termo *prostituição* quando associado à crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial, tendo em vista que a prostituição é uma prática legalmente direcionada à adultos, que tem a possibilidade (segundo seu estágio de desenvolvimento já adiantado) de escolher realizar ou não essa atividade. Além disso, nos alertam os autores (Dos Santos, 2007; Faleiros, 2000, 2004) que a atividade da prostituição é socialmente associada a sentidos e valores depreciativos, negativos, e às pessoas associadas a essas atividades são direcionadas representações negativas, marginalizadas. Esse fato coloca as crianças na posição de infratores, de responsáveis por estarem na situação que estão (aqui, a de exploração sexual comercial), ao invés de serem vistas como vitimizadas, como realmente o são, que necessitam ser vistas como sujeitos em fase peculiar de desenvolvimento e alvo prioritário de quaisquer ações que garantam seus direitos.

Outra possibilidade de se interpretar o comparecimento do termo *prostituição* nesse trecho é pensar essa atividade como algo dissociado da exploração sexual comercial, e da violência sexual de forma geral. A atividade da prostituição em si não necessariamente carrega características violentas. Inclusive, na Classificação Brasileira de Ocupações³³ (CBO) do Ministério do Trabalho, existe referência a atividades reconhecidas que fazem alusão direta à atividade da prostituição (como as classificações *Profissional do sexo* e *prostituta (o)*). Então, a autora apenas inclui a atividade da

³³ É possível acessar o conteúdo da CBO por meio do sítio <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>

prostituição nesse trecho como uma possibilidade de consequência futura para aquela pessoa que sofreu a violência sexual.

Manuscrito 21

Trata-se de uma dissertação de mestrado dividida em duas grandes seções, de acordo com as normas do programa de pós-graduação em que foi produzida: uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, e um artigo científico. De autoria de Fernanda Silvério de Faria (2005), o título da dissertação é “Violência sexual familiar: significados da experiência vivida por duas crianças de 7 anos”. Tem por objetivos: Desvelar os significados subjetivos da experiência de violência sexual sofrida; Possibilitar um estudo comparativo das estruturas significativas estudadas nos dois estudos de caso: análise dos elementos variantes e invariantes; Proporcionar uma discussão crítica dos resultados obtidos no sentido de confirmarem, questionarem ou ampliarem o saber existente consultado. As análises aqui realizadas versam sobre um tópico específico da pesquisa bibliográfica da dissertação. Essa parte é dividida em vários itens, e um, em especial, é interessante para os objetivos propostos por nossa pesquisa. É o item primeiro, qual seja “violência”, em que a autora discute diversas concepções e tipos de violências, dentre elas a sexual.

Faria (2005) inicia sua revisão teórica trazendo concepções de violência de autores como Marilena Chauí e Cecília Minayo. Em seguida, a autora apresenta a discussão direcionando para o campo da infância e adolescência, dialogando com autores como Rizzini e Rizzini. Adentrando especificamente na questão da violência sexual, uma consideração é feita antes mesmo de se buscar conceituar o fenômeno: “Outro fator que pode provocar uma variabilidade nos dados das pesquisas sobre o fenômeno da violência sexual são as definições diferentes para o mesmo fenômeno

(Kalichman, 1993, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003)” (Faria, 2005, p. 03). Essa reflexão é importante, pois demonstra a noção de que a autora sabe que o campo das conceituações das violências sexuais é, por vezes, bastante disperso e fragmentado, com muitas nomenclaturas diferentes e conceitos muitas vezes mal empregados.

A primeira menção a algum conceito relacionado à violência sexual é trazida quando a autora faz referência ao Código Penal Brasileiro, fazendo alusão ao artigo que define o que é *estupro*, referindo-se ao fato de ser, legalmente, uma violência sexual que só pode ter como vítimas mulheres, adolescentes e crianças do sexo feminino. Isso ocorre devido à forma como a redação do artigo foi elaborada, empregando a expressão *conjunção carnal*.

Faria (2005), em seguida, traz uma concepção de violência sexual, a partir das reflexões das autoras Azevedo e Guerra (1995):

Para Azevedo e Guerra (1995), a violência sexual define-se como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre a sua pessoa ou a de outra pessoa” (p.53). (Faria, 2005, p. 03)

Essa definição traz características bastante gerais acerca da violência sexual e não apresenta subdivisões para o fenômeno. Seguindo sua revisão de literatura, Faria (2005) traz uma série de dados de cunho estatístico acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, com origens em diversas fontes³⁴, a fim de exemplificar como esse tipo de violência tem, ao longo dos anos, se tornado cada vez mais alvo de preocupações e ações de cunho político-governamentais. Como exemplos de como

³⁴ A autora cita algumas pesquisas: Reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violência e acidentes (Sousa, 1997, citado por Faria, 2005); estudos realizados pela National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, entidade estadunidense; e The Child Abuse Program Annual Report (citados por Faria, 2005).

esses dados são reportados pela autora, trazemos aqui um trecho que se refere à discussão de algumas informações citadas:

Estudos realizados pela National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, realizado nos Estados Unidos entre 1986 e 1993, verificou que, em suma, o número de crianças que sofreram abuso sexual aumentou de 133.600 para 300.200, ou seja, corresponde a um aumento de 125%. Em estudo realizado por Finkelhor (1994), que analisou dados epidemiológicos de 21 países, constatou-se que a variação de frequência de mulheres que sofreram abuso sexual na infância foi de 7% a 36%, enquanto que entre os homens foi de 3% a 29%.

É interessante notar que embora a autora (2005) venha tratando do fenômeno da violência sexual de uma forma geral, ela traz informações estatísticas que se reportam ao abuso sexual. Em sua revisão de literatura, Faria (2005) traz diversos dados de natureza similar aos demonstrados na citação acima, focando diversos aspectos como gênero das vítimas, quem é o principal agressor etc., e em todos esses exemplos as informações referem-se ao abuso sexual.

Após esses dados, Faria (2005) traz uma reflexão baseada nas autoras Azevedo e Guerra (1995) sobre incesto, circunscrevendo esse fenômeno dentro dos círculos familiares. E em seguida, Faria (2005) retoma a reflexão acerca da violência sexual, fazendo uma diferenciação entre violência sexual doméstica e não doméstica:

Para Sousa e Morais Neto (1997), a violência sexual praticada contra a criança e o adolescente pode ser classificada como não doméstica “quando ocorre no ou fora do domicílio da vítima, perpetrada por desconhecido ou conhecido sem vínculos de parentesco ou responsabilidade sobre a vítima”, e doméstica “quando ocorre no domicílio da vítima e parte de adultos próximos afetiva com grau de parentesco ou responsabilidade para com a vítima” (p.6). (Faria, 2005, p. 11)

A partir das reflexões propostas por Faria (2005), não fica claro sobre qual tipo de violência sexual a autora faz referência em seu trabalho. Infere-se que a autora esteja falando do abuso sexual, tendo em vista que suas reflexões evocam discussões sobre o incesto e se a violência sexual é doméstica ou não. Na parte final da seção em questão, a autora traz alguns aspectos levados em conta na caracterização da violência sexual doméstica, baseada em Azevedo e Guerra (1995), o que ajudam na inferência de que o trabalho se volta para o abuso sexual, e chama esse de violência sexual, sem considerar que existem outros tipos de violência sexual, como a exploração sexual comercial.

Vale salientar, que apesar de não trazer nenhuma reflexão que tangenciasse o conceito de ESCCA, objetivo desta dissertação, a palavra-chave utilizada na recuperação da dissertação de Faria (2005) foi “exploração sexual comercial”. Essa palavra-chave não consta como pertencente da lista de palavras-chave listada pela autora em seu resumo ou *abstract*, contudo, nas bases de dados nas quais o trabalho está indexado a única frequência dessa dissertação é por meio de “exploração sexual comercial”, mesmo sem haver nenhuma frequência dessa no texto da dissertação de Faria (2005).

Manuscrito 22

Trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Lumena Celi Teixeira (2001), intitulada como “Do outro lado do espelho: a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas”. A dissertação teve por objetivo revelar o sentido subjetivo da exploração sexual para adolescentes prostituídas³⁵. A dissertação é dividida em cinco capítulos, sendo os três primeiros de discussão teórica sobre os temas da violência sexual, da adolescência e dos pressupostos teórico-metodológicos. Os dois capítulos

³⁵ O termo *prostituídas* será utilizado de acordo com a forma que se apresenta no texto de Teixeira (2001). As reflexões oriundas da utilização deste termo comparecerão no decorrer da análise empreendida.

finais destinam-se a apresentar o *corpus* da pesquisa e trazer suas análises e discussões. Aqui, serão analisados os capítulos 1 e 2. O primeiro capítulo traz uma revisão teórica acerca da violência sexual, trazendo um item específico sobre a exploração sexual comercial (item esse que será, nesta dissertação, analisado na íntegra). O segundo capítulo chama-se “Adolescência e prostituição”, e é dividido em três partes: adolescência enquanto categoria histórica, contradições na relação da sociedade com a prostituição, e, a adolescente prostituída. As análises acerca do segundo capítulo focar-se-ão apenas sobre o item três (“a adolescente prostituída”), por trazer a especificidade da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes. Nos itens anteriores, a discussão sobre prostituição perpassa a prática exercida por adultos, não sendo incluído aqui, considerando os objetivos desta dissertação.

No início do capítulo 1, a autora faz uma espécie de resumo sobre seu conteúdo, que tem como subitens “Violência sexual”, “abuso sexual” e “exploração sexual comercial”. Apenas a parte referente ao abuso sexual não figura dentro das análises, pois as reflexões empreendidas são específicas ao fenômeno citado. No que se refere à violência sexual a autora traz alguns discursos que norteiam seu pensamento em relação ao conceito de exploração sexual e que, por isso, fazem-se necessários aqui.

O primeiro parágrafo referente à violência sexual já explicita um pouco das opções teórico-epistemológicas da autora:

O enfrentamento da violência sexual, de forma mais articulada, criando novas demandas para estudos e pesquisas, é recente na sociedade brasileira. Data apenas da última década, período de tempo insuficiente para desvelamento da questão, dada sua complexidade intrínseca, bem como a diversidade de suas formas de manifestação. Estes fatores parecem explicar a confusão teórico-conceitual que se

apresenta hoje, entre os diversos autores que se dedicam ao tema. (Teixeira, 2001, p. 19)

Para a autora fica clara a compreensão de que este é um fenômeno complexo, multicausal, e com diversas formas de manifestações, fatores esses que, de acordo com vários autores da área (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 2005; Libório, 2004; Sousa, 2004; Dos Santos, 2007), colaboram para a existência da confusão teórico-conceitual existente neste campo de estudos.

Mais à frente, refletindo sobre as contribuições de Eva Faleiros acerca das problemáticas epistemológico-conceituais que perpassam os conceitos de violência sexual, Teixeira (2001) observa que essa problemática “aponta para uma questão epistemológica clara: a necessidade de melhor conceituar a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando uma compreensão mais uniforme dos fatores que estão aí imbricados” (p. 20).

Seguindo na defesa dessa linha de pensamento, Teixeira (2001) opta pelo caminho epistemológico proposto por Faleiros (2000), a qual divide a violência sexual em dois grandes blocos, que possuem algumas características comuns, mas que também possuem especificidades muito marcantes e que merecem atenção cuidadosa e especial: o abuso sexual e a exploração sexual comercial. Como já dito anteriormente, em concordância com os objetivos expostos aqui nesta dissertação, só nos deteremos na análise do item relacionado à conceituação da exploração sexual, que no trabalho de Teixeira (2001) fica bem distinto do conceito de abuso sexual.

Iniciando a parte referente à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, Teixeira (2001) diz que

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma forma de violência sexual que se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou

redes, a partir do uso (abuso) do corpo dessas crianças/ adolescentes, com base numa relação mercantilizada e de poder. (p. 24)

Teixeira (2001) volta a afirmar sua concepção teórica de que a exploração sexual comercial é uma forma de violência sexual, trazendo alguns aspectos específicos que a distinguem do abuso sexual, como a noção de redes e de que a relação é atravessada pela mercantilização. A autora também concebe a exploração sexual tal como alguns documentos oficiais (Declaração de Estocolmo, 1996; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2000) e outros autores que se debruçam sobre esse tema (Leal & Leal, 2002; Libório, 2001, 2004):

A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes é compreendida através de quatro modalidades: Prostituição Infantil, Pornografia, Turismo Sexual e Tráfico. Para o presente estudo, não nos deteremos nas modalidades além da Prostituição Infantil, por estar localizado, nesta última, o campo de nossa investigação. (Teixeira, 2001, p. 25)

Antes de fazer qualquer análise sobre a escolha do termo *prostituição*, fundamentando essa de acordo com muitos autores e documentos que discutem essa terminologia, seja no sentido de adotá-la ou problematizá-la. Teixeira (2001) já inicia uma discussão que traz a temática perpassada pelo uso do termo *prostituição* e seus derivados quando associados a crianças e adolescentes:

O movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a mídia e a sociedade em geral, têm utilizado a terminologia prostituição infanto-juvenil como sinônimo de exploração sexual, violência sexual e até mesmo abuso sexual. De acordo com os documentos da Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes (1997) “...a palavra PROSTITUIÇÃO oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado,

desviando o enfoque e dando uma idéia de consentimento informado; isto coloca os meninos, meninas e adolescentes em situação de infratores em lugar de vítimas” (citado por Leal, 1999, pp. 21-22). (Teixeira, 2001, p. 25)

Nesse trecho a autora evidencia que tanto nos movimentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente quanto na sociedade civil (incluindo nesse rol a academia e a construção do conhecimento sobre a temática), há um uso indiscriminado e confuso das terminologias referentes às violências sexuais. Aqui, especialmente, em relação à exploração sexual comercial, esse uso confuso de termos quase sempre se dá em relação aos fenômenos da exploração sexual comercial propriamente dita e à prostituição. Teixeira (2001) traz, ainda nesse trecho, uma das problemáticas envolvidas no uso da palavra *prostituição*, explicando que seu uso pode ocultar muitas facetas envolvidas na exploração sexual comercial, além de colocar as crianças e adolescentes no lugar de responsáveis pelos seus próprios atos, ferindo os preceitos estabelecidos pela Doutrina da Proteção Integral. Continuando essa reflexão acerca do uso da terminologia *prostituição*, Teixeira ainda esclarece que

Desde a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, em 1993, buscou-se avançar na compreensão dessa temática, designando-se o fenômeno, a partir de então, como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em consonância com o que estabelece o ECA em seu artigo 5º. Os setores da sociedade envolvidos com a questão passaram a utilizar a nova denominação, por considerar a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social, e que apenas o adulto poderia optar, com consciência de seus atos, por esse modo de vida. “Uma criança, com menos de 12 anos de idade, e um adolescente com menos de 18 anos, não optam por se prostituírem, mas são induzidos pela prática delituosa do adulto.” (Leal, 1999, p. 21). (Teixeira, 2001, pp. 25-26)

Já finalizando essa etapa do capítulo, que trata especificamente da ESCCA, Teixeira (2001) traz algumas reflexões que fazem referência direta a características caras à essa violação de direitos sexuais, que se referem às redes de exploração:

A violência intrafamiliar, ainda que não seja um determinante do ingresso da criança/ adolescente na rede de exploração sexual, revela-se como uma dos mais importantes fatores de vulnerabilização. Por sua vez, esta rede articula-se à situação de fragilidade da família, provocada seja pela pobreza, pela violência de suas relações, ou pelas diversas possibilidades de ruptura do grupo familiar. É uma rede organizada, formada por hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, Internet, diversos estabelecimentos comerciais como casas de massagens e bares, policiais. Nelas operam grupos de pessoas afixionadas, pedófilos, muitas vezes pertencentes a altas camadas sociais. (Faleiros, in Leal, 1998). (Teixeira, 2001, p. 26)

Leal e Leal (2002) apontam para o fato de que as redes de exploração são fatores importantes para a fragilização de laços familiares de crianças ou adolescentes envolvidos em situação de exploração sexual comercial. Por atuar de forma criminosa e violenta, essas redes favorecem a vulnerabilidade tanto das famílias das vítimas, quanto das próprias vítimas, fazendo com que ambas dependam cada vez mais da relação de poder estabelecido, poder esse que tem por base um apelo econômico, e como meio de coação a violência propriamente dita e as ameaças.

Teixeira (2001) encerra a parte referente à ESCCA, do capítulo primeiro, com uma reflexão de Eva Faleiros, acerca do aprisionamento que se estabelece a partir do vínculo da vítima e sua família com os exploradores e as redes que perpassam o mercado do sexo:

“As pessoas vitimizadas pela exploração, mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo e seu destino, com consequências sobre seu equilíbrio psicossocial, sua saúde, sua educação.” (Faleiros, in Leal e César, 1998, p. 19) (citados por Teixeira, 2001, p. 26)

Dando continuidade, já no capítulo dois, Teixeira (2001) discorre sobre adolescência enquanto categoria histórica e, em seguida, sobre as contradições na relação da sociedade com a prostituição. Como exposto anteriormente, esse dois itens não serão aqui analisados, tendo em vista a natureza de seu conteúdo e os objetivos propostos por nossa pesquisa. Assim, passaremos para o subitem três do capítulo dois, intitulado “A adolescente prostituída”.

Iniciando o item, Teixeira (2001) retoma a idéia de que o mercado e o sistema capitalista têm grande influência no acontecimento das violências sexuais, especialmente a ESCCA: “A violência sexual assume lugar de destaque no contexto cultural das sociedades modernas industrializadas, onde tudo é transformado em objeto de compra e venda” (p. 33). A autora discute a mercantilização das relações humanas, as formas como esses elementos se imbricam nas produções de maneiras de ser das pessoas, construindo dimensões sócio-culturais da sociedade que se volta para o consumismo.

Ainda refletindo sobre a questão sócio-cultural, Teixeira (2001) discute, a partir da perspectiva de Vaz³⁶ (1997, citada por Teixeira, 2001), que:

Apesar de apresentar diferenças significativas em suas formas de manifestação, em função da região do país, segundo Vaz (1997) as causas da exploração sexual de crianças e adolescentes estão associadas, hoje, “à pobreza, ao abuso sexual, ao gênero, à raça/etnia, ao turismo-sexual, à mídia e à hierarquia etária.” (p. 19) São

³⁶ Cronologicamente, o trabalho de Vaz entraria no *corpus* desta pesquisa. Contudo, trata-se de uma comunicação realizada em seminário, e publicada em forma de livro posteriormente.

fatores de ordem estrutural, que sustentam a condição de violação de direitos à qual estão submetidas. (Teixeira, 2001, p. 34)

Teixeira apresenta a importante consideração, discutida também por Faleiros (2000), de que os aspectos sócio-culturais do local específico em que a violência sexual ocorre são de extrema importância para que se compreendam as condições de surgimento da ESCCA e de outros tipos de violência, e que a apreensão dessa dinâmica é importante para o enfrentamento dessas violações de direitos.

Em seguida, Teixeira (2001) apresenta uma discussão acerca da utilização da terminologia *prostituída*, utilizada por ela ao longo de todo seu trabalho. Nesse trecho, a autora busca justificar sua escolha e mostrar o sentido que a palavra denota em sua dissertação: “No que se refere especialmente à adolescente explorada sexualmente, a resistência ao estabelecimento da ‘voz passiva’ na expressão *prostituída* é ainda muito grande em nossa sociedade” (Teixeira, 2001, p. 35).

Ao atribuir a voz passiva ao ato de prostituir – “adolescente *prostituída*” -, a autora busca a compreensão de que a criança ou o adolescente envolvido no ato de exploração sexual comercial não tem o discernimento para efetuar uma escolha dessa natureza, ou seja, escolher se inserir ou não nessa atividade. Essa consideração é feita em contraposição aos teóricos que buscam abolir o uso do termo *prostituição* e seus derivados quando associados a crianças e adolescentes. Esses teóricos argumentam que essa é uma prática atribuída a adultos, que têm condições (em termos de desenvolvimento ontogenético e psicogenético) de escolher fazer uso dela, que é marcadamente alvo de sentidos e valores negativos por parte da sociedade em geral, que confere às pessoas que nessa prática estão envolvidas o *status* de pessoas à margem, pessoas infratoras da moral e dos bons costumes.

Para Teixeira (2001) o uso do termo *prostituídas* tira das crianças e adolescentes vitimizados a carga de responsabilidade desses sobre seus próprios atos, não conferindo aos indivíduos violados a culpa e total responsabilidade de estarem em situação de ESCCA. Contudo, alguns autores (Faleiros, 2004; Dos Santos 2007) observam que essa denominação não é a mais correta, mesmo que esteja sendo direcionada para uma subcategoria (como no caso da dissertação de Teixeira, 2001, que utiliza a classificação da ESCCA em quatro subtipos – a prostituição, turismo sexual, pornografia, e tráfico de pessoas para fins sexuais). Essa categorização tem por finalidade uma divisão didática.

Dando continuidade, Teixeira (2001) discute a utilização do termo *prostituição* a partir do momento histórico brasileiro da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Prostituição Infanto-Juvenil (PIJ), realizada em 1993. Para tal discussão, a autora lança mão da tese de doutorado de Sonia Margarida Gomes de Sousa (2000), que tem o discurso dos depoentes da referida CPI como material de análise para a compreensão da PIJ. Teixeira (2001) traz vários elementos discutidos por Sousa (2000), mas que não trataremos agora, tendo em vista que a tese de doutorado de Sousa (2000) figura no *corpus* de pesquisa desta dissertação, tendo já sido analisada.

Depois de trazer as considerações de Sousa (2000) sobre o uso das terminologias *prostituídas*, *prostituição*, Teixeira (2001) reafirma sua posição em relação ao seu uso:

O que define, para nós, o lugar social dessa menina, é a situação de violação de direitos traduzida em diversas formas de violência, em particular a violência sexual impetrada por um adulto abusador, da qual essa menina — criança ou adolescente — é vítima. (Teixeira, 2001, p. 38)

Para Teixeira (2001) o uso do termo *prostituída* é adequado por possibilitar a atribuição de sentido de passividade da vítima, eximindo, assim, a criança e o adolescente em situação de ESCCA da culpa e da responsabilidade por essa situação:

“buscando compreender o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em sua complexidade psicossocial, defendemos a designação prostituída como expressão de um lugar social marcado pela desigualdade e pela violação de direitos” (Teixeira, 2001, p. 38). E mais à frente: “Olharemos para essas adolescentes não como prostitutas, mas como prostituídas por esse sistema perverso, sem, no entanto, negar-lhe a singularidade ou a expressão da própria sexualidade” (Teixeira, 2001, p. 38).

Manuscrito 23

Esse manuscrito trata-se de uma dissertação de mestrado intitulada “‘... É indecente. É maravilhoso...’: trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes”, de autoria de Ana Maria Ricci Molina (2003). Teve como objetivo “compreender as representações sociais que emergem e circulam a respeito da prostituição, a partir das próprias prostitutas” (Molina, 2003, p. 01). O estudo foi realizado entrevistando-se “10 profissionais do sexo, do gênero feminino, que se iniciaram na prostituição durante a adolescência” (Molina, 2003, p. 01). É importante ressaltar que não se trata de uma pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial, mas de uma pesquisa realizada por pessoas adultas que quando eram adolescentes estiveram em situação de *prostituição*³⁷. Entretanto, como a pesquisa apresenta a perspectiva de que as mulheres em situação de prostituição iniciaram-se na atividade durante a adolescência, a autora faz uma discussão acerca da construção histórica da infância e adolescência, como também dedica parte de um capítulo ao tema “prostituição infanto-juvenil”³⁸. É sobre esse último que as análises aqui realizadas irão se focar, além de pequenos trechos da parte de análise e discussão dos dados da dissertação de Molina (2003).

³⁷ O termo *prostituição* é utilizado, aqui, tal como Molina (2003) utiliza.

³⁸ Expressão utilizada por Molina (2003).

O capítulo dois da dissertação de Molina (2003) é dedicado às reflexões sobre infância e adolescência. A segunda parte do capítulo é que se dedica à “prostituição infanto-juvenil” e é a partir dessa que começamos as análises. A autora inicia comentando que

Recentemente são essas relações de contrato sexual de adultos com crianças e adolescentes que passaram a ser visualizadas e incluídas no rol de discussões éticas da sociedade. Afinal, após a conquista do ECA, surgem questões antigas, mas que nunca enfrentadas socialmente, como o trabalho infantil e a prostituição infanto-juvenil. (Molina, 2003, p. 14)

Historicamente a sociedade, de forma geral já lançava um olhar de cuidado sobre as questões que envolvessem a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tal como demonstra Sousa (2001, 2004), que evidencia que na década de 1980 já haviam estudos e pesquisas realizados por entidades/instituições não acadêmicas em sua maioria (ONG's), estudos esses que tinham como pano de fundo o contexto dos meninos e meninas de rua.

A perspectiva de discussão acerca do que ela chama de *prostituição infanto-juvenil* trazida por Molina (2003) vai mais num caminho descritivo de posicionamentos de teóricos de alguns autores, sem deixar claro se tais posicionamentos são também seus. A seguir, há uma citação literal extraída de sua dissertação que demonstra esse fato:

O tribadismo (homossexualidade feminina), a pederastia, o defloramento, o estupro são práticas sexuais criminalizadas, principalmente em casos “...em que houvesse violência ou ameaças e se a pessoa corrompida fosse menor de idade. Para os juristas isso seria uma forma de proteção à infância...” (MAZZIEIRO, 1998: 21), pois essa iniciativa era uma forma de controlar a sexualidade da criança para que

“...não se a conduzisse à perdição e à desonra...”(IBIDEM, 1998: 21), representação dada à prostituição. (Molina, 2003, pp. 14-15)

E logo em seguida: “LORENZI (1985) comenta denúncias do Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Tráfico e a Exploração Sexual de crianças, para a comissão dos Direitos Humanos da ONU, em que diagnosticou:” (Molina, 2003, p. 15). Nesse momento a autora cita três tópicos com dados sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes referentes à América Latina, Europa, Oriente Médio e Estados Unidos. Alguns desses dados são das décadas de 1970 e 1980. Logo em seguida a esses dados, Molina (2003) escreve:

Enfim, a prostituição infanto-juvenil sendo manifestadamente institucionalizada, por meio de um mercado ilegal e clandestino altamente rentável economicamente, que de certa forma é acobertado pela sociedade por ser uma massa oculta socialmente negativa (casos de pedofilia, zoofilia, sado-masoquismo). (p. 15)

A autora não faz relação entre seus parágrafos tornando-os confusos e dificultando a percepção do leitor acerca da compreensão que a autora tem sobre o que ela chama de prostituição infanto-juvenil. Além disso ela busca informações que parecem estar desatualizadas, com dados estatísticos bastante antigos. O autor que Molina (2003) recorre para trazer os referidos dados é Mario Lorenzi, numa obra intitulada “Crianças mal-amadas: nova minoria”, de 1985, época em que muitos movimentos sociais no Brasil que lutavam pelos direitos da criança e do adolescente tomavam força e que futuramente comporiam a constituinte de 1987-1988 e mais à frente ajudariam na elaboração do ECA. A dissertação de Molina é de 2003, e de 1985 até essa época muitos estudos mais atuais foram produzidos e muitos avanços legais e doutrinários foram materializados. Então, a crítica aqui feita não é diretamente à concepção adotada pela autora acerca da prostituição infanto-juvenil, mas à consistência

de sua discussão quando direcionada ao público de crianças e adolescentes, que requer leituras e olhares diferenciados.

Dando continuidade, a autora apresenta considerações de alguns autores (Gomes, Minayo & Fontoura, 1999; Dimenstein, 1992) acerca da cauda sócio-econômica da existência do fenômeno, em que é colocado que as condições materiais podem ser determinantes para o acontecimento da prostituição infanto-juvenil. Em seguida, Molina (2003) expõe algumas características apontadas por um autor, que se aproximam de algumas peculiaridades concebidas aqui neste trabalho como sendo peculiares à ESCCA:

SIMON (1999) aponta para o fato de que a busca por esta ocupação, pelas jovens, envolve desejos de melhora na condição sócio-econômica, independência financeira e afetiva diante da família, e também pelo desejo do novo. Este posicionamento pode revelar relações da produção do corpo pela ética do sujeito que escapa dos preceitos moralistas vivenciados pela mulher em sociedade. (Molina, 2003, p. 17)

Essa citação apresenta elementos que são discutidos por Faleiros (2000, 2004), quando a autora reflete que a construção sócio-econômica do país, do contexto em que as crianças e adolescentes vivem pode ser bastante influente para a inserção dessa população em práticas que violem seus direitos e sua integridade. Poder-se-ia arriscar dizer que há um eco de referência ao mercado (não necessariamente o do sexo) que envolve as violações de direitos sexuais, dentro da lógica de existência do sistema capitalista, em que atividades que proporcionam a produção de valor e renda podem proporcionar também uma visibilidade social que coloca sujeitos, com direitos anteriormente negados, na condição de cidadãos, de consumidores.

Essa mesma reflexão também pode ser associada a alguns posicionamentos adotados por Molina (2003) nas seções de análise e discussão dos dados de sua dissertação. Seguem alguns trechos exemplares:

A prostituição possibilitou a esses sujeitos, de acordo com seus discursos, a concretização do desejo de independência de seu grupo de origem ao construírem sua própria casa, configurando-a num signo de fortaleza metaforizada na proteção simbólica de seus muros (SARTI, 1996). (Molina, 2003, p. 55).

E também:

Enquanto que sobre “o que é prostituição” a imagem atribuída foi a de uma estratégia para geração de renda, uma vez que temos todo um código de mercado engendrado, para a questão “por que existe” os sujeitos buscaram outras significações. (Molina, 2003, p. 68)

A autora finaliza a etapa de revisão teórica e a de análise e discussão dos dados sem deixar clara uma concepção do que ela considera que seja a prostituição infanto-juvenil. A respeito dessa terminologia utilizada por ela, as mesmas reflexões ponderadas no manuscrito 11 sobre a questão valem para o presente manuscrito.

Manuscrito 24

O manuscrito em questão trata-se de uma dissertação de mestrado, de autoria de Michele Abdo Merlone dos Santos Toledo (2003), intitulado “Um estudo acerca de crianças vítimas de violência em uma instituição de atendimento em Campo Grande – MS”. O objetivo da pesquisa realizada pela autora foi compreender os fenômenos envolvidos na violência infantil, bem como os fatores a ela associados. Para tanto, a autora dedicou um capítulo de sua dissertação à construção de um resgate histórico do conceito de violência, associando-a ao de infância. Nesse capítulo, intitulado como

“Infância e violência”, a autora discorre sobre a violência sexual e os conceitos perpassados por esse fenômeno. Assim, as análises aqui empreendidas focam-se sobre esse capítulo, em especial na seção que discorre acerca da violência sexual. Os demais capítulos do trabalho não apresentam aspectos conceituais acerca da violência sexual.

Acerca da violência, Toledo (2003) assume a perspectiva de Guerra (1998), de que existem quatro tipos de violência reconhecidos: violência física, violência sexual, violência psicológica, e negligência. Toledo (2003) faz uma discussão sobre cada tipo de violência por ela listada. Sobre a violência sexual, nosso foco de análise, principalmente no que tange à exploração sexual comercial, a autora define da seguinte maneira:

A violência sexual ocorre quando existe um ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança, tendo por intuito estimular sexualmente essa criança para obter prazer sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são atribuídas às crianças por meio de violência física, ameaças ou induções de sua vontade. (Toledo, 2003, p. 50)

A definição trazida pela autora em muito se assemelha à que Azevedo e Guerra (1995, 1998) apresentam. Podemos ver essa definição em alguns trabalhos já analisados aqui nesta dissertação, tais como os manuscritos 13 (Prado, 2006) e 15 (Eloy, 2007). As análises realizadas em ambos os manuscritos sobre essa concepção de violência sexual podem ser aplicadas a presente dissertação em análise.

Após essa definição a autora traz dados estatísticos sobre exploração sexual comercial. Todavia, ela não faz nenhuma reflexão conceitual acerca do fenômeno, o qual ela entende que seja pertencente a uma categoria maior: a violência sexual. As informações estatísticas trazidas por Toledo (2003) abarcam dados que vão desde idade e sexo da vítima, até apontamentos que indicam que os maiores agressores estão nas

casas de prostituição. Não há em nenhum momento qualquer reflexão acerca da ESCCA e de seus elementos constitutivos. Alguns desses elementos aparecem como dados estatísticos: os *terceiros*, que representam o papel de aliciadores, traficantes de pessoas, ou facilitadores da exploração, e locais onde materialmente acontecem muitas das violações, as *casas de prostituição*.

Ainda na seção que Toledo (2003) traz informações estatísticas sobre exploração sexual comercial (essa seção tem como título “Dados de exploração sexual comercial”) a autora inicia algumas reflexões a partir desses dados por ela trazidos. Contudo, ao discutir esses percentuais, a autora se vale de outra terminologia, que não *exploração sexual comercial*:

Lembrando que os dados referentes acima atingiram não só crianças, mas também os adolescentes. A incidência real do **abuso sexual** contra crianças ainda é desconhecida. O abusador sexual é, geralmente, de inteligência normal e está presente em qualquer grupo sócioeconômico. Santos (1991, p. 5) relata que o **abuso sexual** contra crianças não é fato novo. Relatos bíblicos dão conta de que a exploração sexual e os incestos praticados pelos próprios pais ou parentes estão presentes desde épocas remotas. (Toledo, 2003, p. 51, grifos nossos)

Ao usar a terminologia *abuso sexual* na discussão da seção que tem como tema a exploração sexual comercial, podemos inferir uma possibilidade acerca da concepção desses fenômenos para autora: essa não concebe nenhuma diferença conceitual entre esses dois tipos de violência sexual, de forma que ambos constituem apenas um tipo de violência e, assim, qualquer terminologia empregada é sinônima do termo já utilizado anteriormente. Assim, a discussão conceitual feita acerca da violência sexual, especialmente pensando a ESCCA, é encerrada, tendo apenas alguma discussão sobre conseqüências para as crianças e adolescentes vitimizados.

Manuscrito 25

Trata-se de um artigo científico, intitulado “Pesquisas e estudos brasileiros sobre Prostituição infantil e juvenil”, de autoria de Sônia Margarida Gomes de Sousa (2002). Tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre os principais estudos e pesquisas brasileiras nas décadas de 1980 e 1990 sobre a prostituição infantil e juvenil, além de analisar criticamente essa produção. A autora, em nota de rodapé, na primeira página do artigo afirma que este “é parte da tese de doutorado **Prostituição Infantil e Juvenil**: uma análise do discurso de depoentes da CPI” (Sousa, 2002, p. 11). Assim, tendo em vista que essa tese já foi por nós analisada, e que o texto do artigo corresponde ao texto da tese (modificado para as normas de publicação da revista), não faremos uma análise desse manuscrito, por entender, após sua leitura que se trata do mesmo teor contido na tese da autora, e por conseguinte, as discussões e análises feitas por nós naquele manuscrito (número 12) são válidas para o presente artigo.

* * *

3.1.2 Considerações sobre as análises e discussões

Finalizadas as análises, algumas rápidas considerações emergem, em relação ao conteúdo das produções brasileiras no campo da psicologia sobre o conceito de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

Podemos perceber que, de acordo com a literatura especializada na área (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 2005; Sousa, 2004), a confusão conceitual em trabalhos acadêmicos que tem como tema as violências conceituais é ainda hoje em dia existente. Além da confusão entre tipos diferentes de violência sexual, por exemplo, entre abuso sexual e exploração sexual comercial, identificamos fortemente confusões conceituais dentro de um tipo de violência sexual. No caso da exploração sexual comercial, ainda é muito presente o uso do termo *prostituição* e suas derivações (por exemplo, *prostituídas*).

Outro fator importante é que muitos dos estudos que se propõem a estudar a ESCCA não fazem referência a eventos e documentos importantes sobre o assunto, que inclusive ajudam nas normatizações conceituais acerca desse tipo de violência sexual.

Poucos estudos que se detém sobre a ESCCA fazem referência a aspectos conceituais determinantes para compreensão da dinâmica dessa violação de direitos, como o mercado do sexo e as redes de exploração. Também há pouca referência às políticas públicas de enfrentamento à ESCCA e aos documentos em âmbito nacional que direcionam tais políticas.

Com essas considerações, resumidas, encerramos a parte concernente ao eixo de análise 1, que se refere ao conceito de ESCCA e seus elementos constitutivos. Passamos agora para o eixo de análise 2, que tem como foco as estratégias teórico-metodológicas utilizadas pelos autores em seus trabalhos.

3.2 Eixo de análise 2: Estratégias teórico-metodológicas

Como já mencionado no início desse capítulo, o objetivo desse eixo é evidenciar e descrever aspectos teórico-metodológicos utilizados pelos autores em suas pesquisas. Serão descritos os trabalhos que trazem ou não pesquisas de campo, quais foram os sujeitos investigados pelos autores, se há propostas de intervenção nas pesquisas e trabalhos, se os autores justificam suas pesquisas, e, caso os autores declarem, a quais abordagens teóricas os autores se afiliam.

A organização e apresentação do conteúdo dessa seção serão diferentes do modelo feito na seção anterior. Como nosso objetivo aqui é descrever os aspectos metodológicos, a apresentação desses será feita por meio de quadros. Os quadros ajudarão na visualização de como se dá a preocupação teórico-metodológica dos autores que se detém sobre a ESCCA, na área de Psicologia, no Brasil. Ao final de cada quadro, alguns comentários serão tecidos. Diferente da seção anterior, os conteúdos dos manuscritos comparecerão em ordem numérica crescente.

Quadro 1

Síntese das Estratégias teórico-metodológicas das pesquisas em Psicologia sobre ESCCA no Brasil

Manuscrito	Método/Procedimento	Sujeitos
1	Pesquisa Quantitativa Questionário com 60 itens (abertos ou múltipla escolha)	239 caminhoneiros brasileiros (todos do sexo masculino)
2	Pesquisa Qualitativa Estudo de documentos do Ministério Público Uso de ficha de dados elaborada pelos autores	Não há sujeitos envolvidos
3	Pesquisa Qualitativa Estudo de documentos (protocolo de atendimento da instituição pesquisada) Transcrição de dados para formulário construído pelos autores	Não há sujeitos envolvidos
4	Pesquisa Qualitativa 34 entrevistas semi-estruturadas	Segundo as autoras: “34 jovens apontados por

	As autoras referem-se à análises do discurso das entrevistas, sem apontar a orientação teórico-metodológica.	entidades como vítimas de abuso ou de exploração sexual” (p.49). Não fica claro que faixa etária é compreendida, nem se os sujeitos encontram-se em situação de ESCCA.
5	Pesquisa Qualitativa: pesquisa-ação 74 entrevistas realizadas com participantes do projeto 18 de maio 34 entrevistas com crianças e adolescentes	74 entrevistas realizadas com participantes do projeto 18 de maio 34 entrevistas com crianças e adolescentes
6	34 entrevistas com crianças e adolescentes (Não há nenhuma informação além dessa. Nem mesmo uma seção que discuta método existe)	34 crianças e adolescentes
7	Pesquisa Qualitativa Questionários e entrevistas abertas, com roteiro Observações participantes	14 adolescentes do sexo feminino
8	Pesquisa Qualitativa Método etnográfico Observação participante Entrevistas semi-estruturadas	13 adolescentes
9	Questionários e entrevistas abertas, com roteiro Observações participantes	14 adolescentes do sexo feminino
10	Pesquisa documental	Não há sujeitos
11	Pesquisa teórica	Não há sujeitos
12	Pesquisa Qualitativa Pesquisa documental (estudos relacionados à prostituição infantil e juvenil, das décadas de 1980 e 1990) Pesquisa documental (notas taquigráficas referentes aos depoimentos da CPI da prostituição infantil e juvenil)	Não há sujeitos
13	Pesquisa Qualitativa Estudo de caso Entrevistas semi-estruturadas	3 famílias em que há uma criança violentada sexualmente
14	Pesquisa Qualitativa Entrevistas semi-estruturadas	3 psicólogos que trabalham na rede de garantia de direitos da criança e do adolescente
15	Pesquisa Qualitativa Estudo de caso múltiplos Estudo documental de processos jurídicos	Não há sujeitos
16	Pesquisa Quantitativa “Estudo clínico caso-controle” p. (36)	28 crianças do sexo feminino, sendo 12 vítimas de abuso sexual e 16 não-vítimas, mães das crianças
17	Pesquisa Quali-quantitativa Estudo de documentos (inquéritos policiais e processos judiciais)	Não há sujeitos
18	Pesquisa Qualitativa	10 mães de crianças do sexo

	Entrevistas semi-estruturadas Estudo de casos múltiplos	feminino que foram vítimas de abuso sexual 4 mães de crianças do sexo feminino que foram vítimas de abuso sexual, que também foram vítimas de abuso sexual
19	Pesquisa Quanti-qualitativa Entrevistas semi-estruturadas Pesquisa documental (videos, registros de ocorrência policial,	17 crianças
20	Uso de instrumentos psicológicos Entrevistas semi-estruturadas Entrevistas de anamnese	15 crianças e suas respectivas mães biológicas, somando um total de 30 participantes
21	Pesquisa Qualitativa Uso de “Procedimentos de Desenhos - Estórias” (Desenho de Família com Estória - DF-E)	2 crianças atendidas pelo Programa Sentinela
22	Pesquisa Qualitativa Entrevistas semi-estruturadas	2 adolescentes
23	Pesquisa Qualitativa Entrevistas semi-estruturadas Observações de campo	10 profissionais do sexo, do gênero feminino (maiores de 18 anos)
24	Pesquisa Qualitativa Pesquisa documental (dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho, e dados do Centro de Atendimento Psicossocial) Entrevistas semi-estruturadas Observação das famílias das crianças vitimizadas	12 profissionais do Centro de Atendimento Psicossocial
25	Pesquisa Qualitativa Pesquisa documental (estudos relacionados à prostituição infantil e juvenil, das décadas de 1980 e 1990)	Não há sujeitos

O olhar sobre o quadro 1 revela:

a) Os manuscritos nos quais os autores se declararam como tendo uma concepção Qualitativa de pesquisa são: 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 18, 21, 22, 23, 24 e 25, totalizando 16 manuscritos que se identificam com essa perspectiva de pesquisa.

b) Os manuscritos nos quais os autores se declararam como tendo uma perspectiva Quantitativa de pesquisa são: 1 e 16, totalizando apenas dois manuscritos com essa concepção de pesquisa.

c) Os manuscritos nos quais os autores declaram que suas pesquisas tem um viés Quali-quantitativo são: 17 e 19, somando apenas dois manuscritos.

d) Manuscritos cujos autores não deixam clara sua perspectiva de pesquisa: 6, 9, 10, 11 e 20. Contudo, essas pesquisas trazem elementos que podem nos dizer de seu olhar para o fenômeno investigado. Por exemplo, nos manuscritos 6 e 9 há menções a entrevistas semi-estruturadas ou observações-participantes, procedimentos de pesquisa bastante usados nas pesquisas de cunho qualitativo. As pesquisas 10 e 11 referem-se a pesquisas documentais e teóricas. Não se pode inferir que essas são estratégias de uma ou outra tradição em pesquisa, tendo em vista que tanto na pesquisa quantitativa, quanto na qualitativa, como também nas quali-quantitativas, há a possibilidade desses formatos de investigação. Contudo, a partir da leitura na íntegra do material pôde-se concluir que são duas pesquisas que se valem de concepções qualitativas de investigação.

Percebemos a concentração de pesquisas de cunho qualitativo na área de investigação das violências sexuais, com especial atenção aqui para a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Alguns motivos para essa relação podem ser aqui inferidos: (a) a dificuldade em estudar temas como o da violência sexual, pela dificuldade em revelar quem são as vítimas e agressores, e a “exposição” sofrida por ambos; (b) o baixo número de sujeitos das amostras de pesquisas qualitativa contribuí, fato esse corroborado pela inferência anterior, que refere-se à dificuldade em acessar os sujeitos; (c) a perspectiva quantitativa exige número de participantes bastante elevado; (d) as perspectivas quantitativas via de regra procuram modelos e padrões, regras gerais em suas pesquisas. No caso da violência sexual, a literatura demonstra que a diversidade em como ela acontece e como os sujeitos lidam com ela é muito grande, dificultando esse pressuposto quantitativo.

Ainda sobre o quadro 1, podemos constatar:

e) As pesquisas que envolvem interação com sujeitos são os manuscritos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, ou seja, 17 manuscritos.

f) As pesquisas que envolvem investigação documental ou apenas teórica são os manuscritos 2, 3, 10, 11, 12, 15, 17 e 25, ou seja, 8 manuscritos.

A respeito desses dois últimos itens, algumas considerações devem ser feitas. Inicialmente destacamos que a maioria das pesquisas envolve a participação de sujeitos, seja na condição de entrevistados ou observados. Esses sujeitos variam entre crianças e adolescentes que sofreram ou sofrem violência sexual, notadamente a ESCCA, crianças e adolescentes que não sofreram ou sofrem violência sexual, os pais das crianças e adolescentes (dos que sofreram ou não a violação de direitos sexuais), pais que sofreram violência sexual quando eram crianças ou adolescentes, profissionais (das mais variadas categorias profissionais) que lidam com o enfrentamento ou atendimento de crianças e adolescentes em situação de violação sexual, e ainda profissionais do sexo (adultas) que iniciaram seu percurso no mercado do sexo quando ainda eram crianças ou adolescentes, sofrendo ESCCA.

Ainda é interessante ressaltar que muitas das pesquisas documentais apontadas pelos autores referem-se a documentos de instituições que trabalham com enfrentamento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Então, esses trabalhos não trabalham diretamente com os sujeitos que tiveram seus direitos sexuais violados, mas indiretamente esses sujeitos estão tendo suas histórias investigadas, fato que contribui de alguma maneira para o avanço científico, na psicologia, para a compreensão e enfrentamento desses tipos de violações e direitos.

Ainda sobre as pesquisas documentais destacamos os dois trabalhos de Sousa (2000, 2002), manuscritos 12 e 25, que tem a proposta de ampliar qualitativamente as concepções acerca da compreensão da ESCCA, em dois trabalhos que se voltam para a produção científica e não científica acerca da temática.

Vamos a mais um quadro, com informações teórico-metodológicas dos manuscritos analisados:

Quadro 2

Síntese das Estratégias teórico-metodológicas das pesquisas em Psicologia sobre ESCCA no Brasil

Manuscrito	Trabalho de campo?	Proposta de intervenção?
1	Entrevista com os sujeitos no local de trabalho	Não há
2	Não há trabalho de campo	Não há
3	Não há trabalho de campo	Não há
4	Entrevistas com sujeitos	Não há
5	Entrevistas com sujeitos de 7 diferente municípios	Apesar das autoras afirmarem que se trata de uma pesquisa-ação, no manuscrito não há nenhuma menção a alguma intervenção realizada no espaço da pesquisa.
6	Entrevistas com sujeitos da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais	Não há
7	Entrevistas com sujeitos e observação participante	Não há
8	Entrevistas com sujeitos e observação participante, no Programa Sentinela	Não há
9	Entrevistas com sujeitos e observação participante	“contribuir para a área no sentido dessa pesquisa oferecer subsídios para a reflexão e elaboração de programas sociais e/ ou políticas públicas voltados para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, de forma a favorecer a efetivação dos direitos de parcela da população infanto-juvenil” (p. 204)
10	Não há trabalho de campo	Não há
11	Não há trabalho de campo	Não há
12	Não há trabalho de campo	Não há
13	Entrevistas com sujeitos da pesquisa	Não há
14	Entrevistas com sujeitos da pesquisa	Não há
15	Não há trabalho de campo	Não há
16	Avaliação clínica e uma breve avaliação neuropsicológica, através de entrevistas e aplicação de instrumentos às participantes do estudo e suas mães	Não há
17	Não há	Não há
18	Entrevistas com sujeitos	Não há
19	Entrevistas semi-estruturadas com 10 mães Estudo de casos múltiplos com 4 mães	Não há
20	Entrevistas com sujeitos	Não há

Uso de instrumentos de avaliação psicológica com os sujeitos		
Entrevistas com os sujeitos		
21	Encontro com os sujeitos da pesquisa e seus responsáveis	Não há
22	Entrevistas com os sujeitos	Não há
23	Entrevistas com os sujeitos e observações em campo	Não há
24	Entrevistas com os sujeitos e observação em campo	De acordo com a autora: “O estudo aponta possibilidades de trabalho para o psicólogo frente à problemática infantil que poderá orientar, aconselhar ou encaminhar os casos com base no levantamento da história relatada pelos pais ou responsáveis pela criança atuando de uma forma consciente e crítica que implique na consideração de que a violência não tem como consequência questões psicológicas, mas que permeia todo um universo social, político e econômico que não pode ser desconsiderado e, que o psicólogo pode de forma multidisciplinar muito contribuir para a compreensão dessa questão.” (p. 104)
25	Não há trabalho de campo	Não há

Do quadro 2 podemos depreender:

a) Notadamente, os manuscritos que não possuem trabalho de campo são os identificados como sendo pesquisas documentais ou teóricas. Assim, as observações acerca desses manuscritos, realizados no quadro 1 podem ser aplicadas aqui.

b) Em relação às propostas de intervenção, a grande maioria das pesquisas não apresenta claramente. Quase todas afirmam que seus estudos poderão embasar teoricamente futuros estudos, ações de enfrentamento às violências sexuais, a construção de políticas públicas e até mesmo as práticas profissionais dos psicólogos que se detém sobre a área. Apenas dois estudos apontaram direcionamentos para algumas possíveis intervenções (o manuscrito 9 e o 25). Um fato que merece destaque é o do manuscrito 5, em que os autores declaram ser uma “pesquisa-ação”, mas não há nenhuma menção às ações durante a intervenção investigativa dos pesquisadores, nem

sobre intervenções diretas sobre os sujeitos. A concepção de pesquisa-ação remete a uma proposta de intervenção direta ou indireta no contexto investigado, tais como afirmam Deslauriers e Kérisit (2008).

Passaremos agora ao quadro 3, que também apresenta elementos acerca das estratégias teórico-metodológicas das pesquisas que se detém sobre a ESCCA, em Psicologia, no Brasil:

Quadro 3

Síntese das Estratégias teórico-metodológicas das pesquisas em Psicologia sobre ESCCA no Brasil

Manuscrito	Abordagens teóricas/autores de base	Justificativas para a pesquisa
1	Os autores do artigo não deixam clara uma afiliação teórica. Contudo alguns autores são discutidos recorrentemente no manuscrito: Davidson, J. C. & Taylor, J. S. (1996); Davidson, J. C. (2001); Faleiros, E. T. S. (2000); Faleiros, V. P. (2004); Furniss, T. (1993); Leal, M. L. & Leal, M. F. (2002); Libório, R. M. C. (2003; 2004); Saffoti, H. (1989)	Entender o modo como estes caminhoneiros percebem as crianças e adolescentes abusadas, bem como a situação de exploração sexual na qual estas se encontram pode ser um fator importante para a compreensão do modo como eles se relacionam com elas. Esta compreensão pode elucidar, pelo menos em parte, os motivos pelos quais os participantes se envolvem com a ESCCA, tanto como clientes ou como “auxiliares” nesta atividade.
2	Os autores do artigo não deixam clara uma afiliação teórica. Contudo alguns autores são discutidos recorrentemente no manuscrito: Azevedo & Guerra, 1989; Amazarray & Koller, 1998; Morais & Koller, 2004; Furniss, T. (1993)	Não há
3	Os autores do artigo não deixam clara uma afiliação teórica. Contudo alguns autores são discutidos recorrentemente no manuscrito: Minayo, 2002; Gomes, Junqueira, Oliveira Silva & Junger, 2002; Faleiros & Campos, 2000; Gabel (1997); Amazarray e Koller (1998); Faleiros, 1998	A literatura apresenta poucos dados a respeito do papel da escola diante da violência e de sua contribuição como espaço de proteção, socialização e formação infanto-juvenil e, especificadamente, na identificação e notificação da violência sexual
4	Os autores do artigo não deixam clara uma afiliação teórica. Contudo alguns autores são discutidos recorrentemente no manuscrito: Faleiros (2004); Santos, B. S. (2005);	Não há
5	As autoras referem a obra de Boaventura Sousa Santos (2005) “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade” como fundamental no processo de compreensão da realidade. Utilizam-se bastante também de Faleiros, V. P. (2004).	Não há
6	A autora não deixa clara uma afiliação	Não há

	teórica. Entretanto autores muito utilizados em suas interlocuções são: Faleiros, E. T. S (2004); Libório, R. M. C. (2004)	
7	A autora não deixa clara uma afiliação teórica. Contudo, faz muitas interlocuções com: Faleiros, E. T. S. (2000); Leal (1999); Rizzini (1994); Sousa e Moraes Neto (1997); Gomes, Minayo e Fontoura (1999); Tregar e Carro (1994, 1997);	Não há
8	A autora se fundamenta na psicologia sócio-histórica, tendo como base as idéias de Vygotsky. Além disso, ela utiliza bastante autores como: Sousa, 2000; Faleiros, E. T. S. (2000); Teixeira (2001) e Saffioti (1989)	Não há
9	A autora não deixa clara uma afiliação teórica. Contudo, faz muitas interlocuções com: Faleiros, E. T. S. (2000); Leal (1999); Rizzini (1994); Sousa e Moraes Neto (1997); Gomes, Minayo e Fontoura (1999); Tregar e Carro (1994, 1997);	“Do ponto de vista social o presente projeto apresenta-se como relevante porque, associado à violência estrutural sob a forma de problemas sociais, tais como desemprego em vários níveis, migrações, desagregações familiares que podem gerar aumento da violência interpessoal e social, as relações de mercado criam demandas consumistas que subsidiam a rede de exploração sexual comercial de crianças. Nesse contexto verifica-se a existência de um número significativo de adolescentes em situação de prostituição, estando, portanto, envolvidas com a rede de exploração sexual comercial e abuso de poder” (p. 203).
10	A autora não deixa clara uma afiliação teórica. Além disso, há poucas citações ou paráfrases no texto. Alguns autores utilizados foram: Leal (2002); andrade (2001). Ambos sobre o tema da “prostituição”, como relata a autora.	Não há
11	A autora não deixa clara sua afiliação teórica. Mas, suas interlocuções são fortemente atravessadas por autores da chamada “filosofia da diferença”, tais como Guatarri e Rolnik (1986); Rolnik (1997);	Não há
12	A autora se identifica com a Psicologia Sócio-histórica, de influência Vygotskyana	Para a autora a pesquisa pode “colaborar para uma compreensão da diversidade de formas com que é tratada a infância pobre brasileira e de como ela está sendo configurada nas políticas públicas e na sociedade, a presente pesquisa se propõe a estudar os significados dos discursos dos depoentes da CPI. Esses discursos (2.348 páginas de notas taquigráficas, consideradas como documentos de domínio público) são vistos aqui como uma passagem que dá acesso às concepções de infância, adolescência, sexualidade, família, sociedade, prostituição que perpassam a discussão sobre a PIJ no cenário contemporâneo brasileiro e vão mostrando significados que legitimam políticas públicas,

		políticas de identidade e de afetividade com relação à infância e adolescência de/na rua e pobres de uma forma geral.” (p. 15).
13	A autora não deixa clara sua afiliação teórica, contudo alguns autores com os quais ela dialoga são: Chauí, M. (1984); Faleiros, E. T. S. (2000, 2003); Faleiros, V. P. (1998); Faleiros, V. P. (2005); Foucault, M. (1981); Gabel, M. (1997); Gomes Sousa, S. M. & Rizzini, I. (2001); Kristensen, C. H. (1996); Leal, M. L. (2001); Saffioti, H. I. B. (2004); Sousa, S. M. G. (2000).	Não há
14	Referencial teórico psicanalítico Freudiano	Não há
15	A autora se identifica com a Teoria das Representações Sociais, baseada em autores como Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (1999); e Moscovici, S. (1976). Além de recorrer também a Foucault, M. (2004, 2001, 1988, 1984) e Freud, S. (1972)	Não há
16	A autora identifica-se como da área da Avaliação psicológica e neuropsicologia.	Não há
17	O autor não deixa clara sua vinculação teórica, contudo alguns autores são bastantes presentes em suas interlocuções: Spink, M. J. P. (1999); Saffioti, H. I. B. (1997); Minayo, M. C. S. (1993); Furniss, T. (1993); Gabel, M. (1997); Azevedo, M. A.; Guerra V. N. A. (1989)	O autor aponta como justificativa de seu trabalho: “A ausência/insuficiência de investigações científicas abordando o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil doméstica/intrafamiliar, notadamente com enfoque direcionado para a revelação, bem como a experiência profissional que acumulamos, atuando nas esferas criminal, da família e da infância e juventude, na área jurídica, compõem – entre outras – o quadro de justificativas para uma pesquisa que teve como pretensão investigar, com olhar diferenciado, detalhes de tais procedimentos, inclusive para desmistificar o profundo silêncio da sociedade, bem como da família (sagrada) sobre esse fenômeno, metamorfoseado em espanto e dor.” (p. 18).
18	A autora não deixa clara sua afiliação teórica, contudo, ela dialoga com muitos autores da área de psicologia do desenvolvimento: Belsky, J. (1980); Bowlby, J. (1984); Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999); Ceconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003); Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004); Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004)	Não há
19	A autora não deixa clara sua afiliação teórica, contudo, ela dialoga com muitos autores da área de psicologia cognitiva: Brainerd, Charles J., Reyna, Valerie F. (1995, 2005); Bruck, Maggie, Ceci, Stephen J. (1995, 1999, 2002); Ceci, Stephen, Bruck, Maggie (1993, 1996,	Não há

	1999, 2000); Stein, Lilian Milnitsky, Memon, Amina (2006); Stein, Lilian Milnitsky, Neufeld, Carmem Beatriz (2001); Stein, Lilian Milnitsky, Nygaard, Maria Lúcia (2003); Stein, Lilian Milnitsky, Pergher, Giovanni K. (2001)	
20	A autora se identifica como afiliada à Teoria Sistêmica	Fundamenta-se nas dificuldades sócio-emocionais observadas nas interações familiares de crianças que são expostas à violência sexual.
21	O autor se afilia à abordagem Fenomenológica	Ajudar numa reformulação enriquecedora das políticas existentes
22	A autora se identifica filiada à Psicologia Sócio-histórica, oriunda das contribuições de Vygotsky	Não há
23	A autora se identifica com a Teoria das Representações sociais, tendo em suas discussões autores como: Moscovici, S. (1976); Gomes, R., Minayo, M. C., e Fontoura, H. A. (1999); Foucault, M. (1996, 1997, 2001, 2002)	“Essa pesquisa se justifica pela sua relevância social e objeto de investimento público, dirigido e redimensionado pelos direitos humanos” (p. 19).
24	A autora se identifica com a Teoria das Representações Sociais, fazendo muitas interloquções com Moscovici, S. (1976, 1978), além de Minayo, M. C. (1996)	De acordo com a autora: “este tema é altamente significativo, permitindo, portanto uma reflexão para que a violência doméstica contra crianças não seja mais escamoteada e desmerecedora da importância que deve ter nas discussões dos problemas sociais.” (p. 104). E também por tentar “oferecer uma contribuição acerca da compreensão da violência infantil no município de Campo Grande – MS.” (p. 104).
25	A autora se identifica com a Psicologia Sócio-histórica, de influência Vygotskyana	Para a autora “não existe uma produção inserida regularmente nos periódicos científicos e muito menos uma literatura acadêmica crítica sobre as produções nessa área. Talvez este artigo possa contribuir para a emergência dessa prática, já usual quando se trata de outras temáticas relacionadas com infância e adolescência” (p. 11)

Do quadro 3 podemos compreender que:

a) Em relação aos aportes teóricos que conduzem as pesquisas sobre ESCCA, em psicologia, no Brasil, que muitos estudos não deixam clara uma afiliação epistêmico-teórica. É o caso dos manuscritos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 17, 18 e 19. Ou seja, treze pesquisas deixam o leitor em dúvida quanto à suas orientações teóricas. Evidentemente, é possível deduzir nesses casos alguns direcionamentos epistemológicos adotados pelos autores, contudo não é possível afirmar categoricamente que determinado estudo, e por conseguinte, o pesquisador responsável, é dessa ou daquela

vertente teórica. Apesar dos autores demonstrarem os autores e pesquisas com quem mantém uma interlocução, é arriscado associar o autor e sua pesquisa à teoria “a” ou “b”. nos casos dos manuscritos 18 e 19 é possível inferir que o primeiro está vinculado ao aporte teórico da psicologia do desenvolvimento, tendo em vista que mais de 50% dos autores com quem a autora dialoga são dessa vertente da psicologia. O mesmo se dá com o manuscrito 19, em relação à psicologia cognitiva. Mas, reafirmamos que é uma relação que não se pode ter total segurança, pela falta de elementos.

Um aspecto importante é que nesses manuscritos em que não se declara diretamente a vinculação teórica dos autores, muitos deles dialogam com autores considerados referências importantes na área da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, como por exemplo, Faleiros (2000, 2004), Faleiros (2005), Leal (1999), Leal e Leal (2002), Azevedo e Guerra (1993), Sousa (2000, 2004), Libório (2003, 2004) etc.. Fato que demonstra uma preocupação em garantir uma qualidade teórico-epistemológica às discussões propostas, independente da vertente teórica que se adote.

b) Em relação aos trabalhos em que os autores deixam claro sua identificação teórica, temos: quatro manuscritos identificam-se com a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica (ou Histórico-cultural), oriunda das teorizações de Lev S. Vygotsky (manuscritos 8, 12, 22 e 25). Três manuscritos identificam-se com a perspectiva das Representações Sociais, oriunda das teorizações de Serge Moscovici (manuscritos 15, 23, 24). Um manuscrito (14) identifica-se com a psicanálise freudiana, um outro (manuscrito 20) identifica-se com a Teoria Sistêmica. Um manuscrito (21) tem suas concepções afiliadas à Fenomenologia, e um manuscrito (16) identifica-se com teorizações da avaliação psicológica de orientação psicométrica. Por fim, um manuscrito (5) identifica-se com as teorizações do autor Boaventura de Sousa Santos.

A identificação teórico-epistemológica dos autores é algo importante no campo das pesquisas científicas. A diversidade de perspectivas aqui identificadas demonstra que o fenômeno da ESCCA, e das violações de Direitos Humanos, de forma geral, são alvo de preocupação de diversificadas matrizes teóricas de pensamento, algo que enriquece as possibilidades de compreensão do fenômeno, ampliando assim o leque de possibilidades de ações de enfrentamento a essa violação de direitos sexuais.

Ainda em relação ao que o quadro 3 nos expõe, podemos perceber que:

c) Dentre os manuscritos analisados, apenas 10 deixam claras suas justificativas para a realização de seus estudos. São os manuscritos 1, 3, 9, 12, 17, 20, 21, 23, 24 e 25.

Essa informação não quer dizer que os outros manuscritos não justificam os motivos da realização da pesquisa, mas que os autores não deixam claro. Na grande maioria é possível inferir quais são essas justificativas. É importante saber o que motiva os autores a pesquisarem uma temática de difícil trato, como é o caso da ESCCA. Muitas justificativas podem inclusive inspirar novas pesquisas, em novos contextos e com outros olhares, baseadas nos motivos que levaram alguns autores a realizarem.

Dentre as pesquisas tiveram sua motivação justificada destacamos aquelas que se voltam para a construção de novas políticas de enfrentamento à ESCCA, como também as que têm por motivação ajudar em novas formas de atuação de profissionais que se debruçam sobre a área.

* * *

Assim, encerramos a parte referente ao eixo de análise 2, que tinha por objetivo trazer à tona aspectos teórico-metodológicos dos trabalhos de Psicologia que se debruçam sobre o tema da ESCCA.

É interessante ressaltar que a proposta da análise do eixo 2 era de cunho bastante descritivo, sem discussões tão profundas quanto as elencadas no primeiro eixo. É preciso deixar claro que temos a noção da riqueza de informações que ambos os eixos possuem, dando a viabilidade para muitas análises mais profundas. É possível realizar muitas articulações entre as diversidades analíticas fornecidas pelo eixo 1 e fazer relações com as possibilidades elencadas no eixo 2. Há muitas maneiras ainda, com esse material, de produzir perspectivas de discussões e reflexões. Entretanto, escolhemos encerrar, para esta dissertação, apenas no que foi explicitado, tendo em vista os limites que temos que obedecer (prazos, tempo etc.). Contudo, fica assinalado o compromisso em fazer o maior número de possibilidades analíticas aqui presentes circularem nos meios acadêmico e militante, após do término formal do curso de mestrado.

Afirmamos, assim, que temos a expectativa de que com esse eixo de análise, somado ao primeiro, referente à análise conceitual elencada pelos autores em suas pesquisas, tenhamos conseguido traçar um panorama geral de como se encontra o estado da arte na ciência psicológica acerca da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Esperamos que esse estudo sirva de base para o muitos outros na área, e fora também, para que se avance qualitativamente no enfrentamento dessa cruel forma de exploração do homem pelo homem.

Na seção seguinte, a de considerações finais, buscar-se-á elencar aspectos relevantes evidenciados por este estudo, encerrando a dissertação e buscando apontar contribuições e direções para novos estudos.

Considerações finais

Na busca pela compreensão aprofundada sobre como a Psicologia organiza um discurso e formas de ação de enfrentamento em relação à violação de direitos humanos conhecida como Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, procuramos compreender como as produções oriundas do espaço acadêmico - *lócus* privilegiado de produção de conhecimento - e das revistas da área - periódicos com rígidos padrões científicos de aceitação das produções por elas veiculadas - lançam discussões, e orientam perspectivas sobre o fenômeno. Para alçar tamanha empreitada nos propusemos a fazer um balanço avaliativo/qualitativo das produções que circulam por meio de veículos de comunicação científica, e por trabalhos oriundos de pesquisas que se colocaram na condição de investigadores do fenômeno. Um desafio deveras interessante, trabalhoso, enriquecedor, desafiador e gratificante.

A avaliação desse material, que tem como berço a ciência psicológica, a partir de um referencial sócio-histórico, que prima pelos processos pelos quais os fenômenos acontecem, buscando compreender as diversas forças que atravessam esse caminho processual, teve como resultados no mínimo interessantes. Levantar o estado da arte de um objeto de estudo é pensar nas possibilidades já atingidas e vislumbrar a estrada imensa que ainda se tem pela frente, na busca de novos progressos em favor do conhecimento e da emancipação dos homens e seu iguais. Um estado da arte é em si um compromisso ético-político com essa tal emancipação, na busca de condições materiais justas e dignas. Assim compreendo esse trabalho e foi com essa concepção que me lancei nessa empreitada.

Aqui, no caso, a empreitada pela emancipação de seres humanos, ditos prioridades absolutas em nossos olhares e ações de cuidado, que encontram-se em situação de exploração do homem pelo homem, de uma forma tão indigna quanto cruel.

O compromisso pela emancipação acontece, nesse trabalho, partindo da perspectiva de que há aqui indicações para avanços conceituais em relação ao olhar sobre o fenômeno alvo de nossas questões, e, por conseguinte, avanços em direção das práticas profissionais, especialmente no campo da Psicologia, como também na gestação de políticas específicas para enfrentamento dessa violação de direitos sexuais humanos.

Assim, elencaremos aqui algumas considerações acerca do que discutimos e analisamos ao longo de todo o processo de produção deste manuscrito, de maneira breve e sucinta.

É necessário lançar foco em um aspecto aqui revelado, e que já antes apontado por estudiosos das questões de violação de direitos sexuais humanos, tais como Faleiros (2000, 2004), Faleiros (2005), Libório (2004), Sousa (2000, 2004) e Dos Santos (2007): a ainda bastante presente confusão conceitual acerca dos tipos de violências sexuais. A maioria dos vinte e cinco manuscritos analisados apresentou alguma confusão em torno dos conceitos que perpassam a violência sexual. Destacamos a confusão específica entre as violências denominadas abuso sexual e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Como discutido por nós, essas violências tem características em comum (que a englobam numa categoria mais ampla e comum: a violência sexual), porém tem discussões epistemológicas diferentes. Esse aspecto é de extrema importância porque é daí que se compreende como se dão as dinâmicas e manifestações de cada tipo de violência sexual. Pensar epistemologicamente na origem de um fenômeno, aqui o da violência sexual, é compreender que forças sócio-político-subjetivas atuam em sua forma de manifestação.

Assim, se se compreende que o abuso sexual e a ESCCA tem origens epistêmicas diferentes (Faleiros, 2000, 2004; Faleiros, 2005, Dos Santos, 2007), suas manifestações e formas de ação serão diferentes e obedecerão a lógicas distintas. Esse

fato é de extrema relevância porque partimos do pressuposto de que os trabalhos acadêmicos e artigos científicos analisados aqui embasam novas pesquisas sobre a temática, além de orientar ações de enfrentamento, na prática profissional do psicólogo e outros trabalhadores, como também na organização estratégica de políticas e programas que buscam o fim desses tipos de violência. Então, fica evidenciado que é necessário atentar para as origens epistemológicas dos fenômenos para construir pesquisas e práticas mais eficazes na consolidação dos direitos humanos.

Outro aspecto que também tomou relevo aqui neste estudo refere-se ainda à confusões conceituais dentro do próprio conceito de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Muitos estudos ainda utilizam as terminologias que tem origens anteriores à atual Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente: crianças prostitutas, crianças prostituídas, prostituição infanto-juvenil, prostituição de menores etc.. A discussão que se tem a esse respeito atualmente (Faleiros, 2000, 2004; dos Santos, 2007) elucidam que o uso de termos oriundos do verbo *prostituir* tiram a criança e adolescentes envolvidos pela ESCCA da condição de vítimas e os coloca na condição de agentes protagonistas e ativos na manutenção das condições de violação pelas quais passam. Além disso, todo estigma social negativo que envolve a prática da prostituição adulta é direcionada para as crianças e adolescentes em situação de ESCCA, colaborando ainda mais para impor-lhes a alcunha de infratores, pessoas de má índole etc.. Muitos autores adotam o termo *prostituídas*, justificando que a colocação do sentido da oração na voz passiva vai deixar claro que as crianças e adolescentes não estão nessa condição porque querem, mas que foram levados a isso ou forçados por outros. Nossa posição é de que essa perspectiva não minimiza o estigma social negativo carregado pelas palavras derivadas de *prostituir*, fato que ainda deixa crianças e

adolescentes numa situação em que lhes é negada a condição de vítima, sendo negligenciadas socialmente.

Apenas dois manuscritos (ambos da mesma autora: Sousa, 2000, 2002) utilizam terminologia derivadas de *prostituir* (a autora utiliza *prostituição infantil e juvenil*), mas justificam esse uso em virtude da natureza de seus trabalhos, e por não concordar com os sentidos que a palavra carrega e estigmatiza as crianças e adolescentes. A autora também defende o posicionamento de que não devemos agregar qualquer derivação de *prostituição* associadas a essa população.

Ainda sobre esse aspecto é importante ressaltar que até mesmo os documentos oficiais nacionais e internacionais (o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Declaração de Estocolmo, por exemplo) fazem uso de terminologias como *prostituição*. No caso desses documentos, a prostituição se refere a uma categoria específica de ação da ESCCA. Contudo, ao legitimar o uso dessa terminologia, mesmo que direcionada a uma classificação categórica, esses documentos também legitimam que estudos, pesquisas e políticas façam uso do termo e acabem por difundir a lógica acima comentada, de negação de direitos às crianças e adolescentes vitimizadas pela ESCCA. É uma contradição que perpassa os principais documentos norteadores de ações de enfrentamento dessa violência e de normatização de terminologias. A Declaração de Estocolmo tem a preocupação epistemológica em conceituar o fenômeno da ESCCA, tal como discutido aqui anteriormente, mas possui essa “falha” ao conceber como categoria explicativa uma terminologia que possibilita a exclusão e a negação de direitos.

Salientamos que a maioria dos manuscritos analisados não fizeram referência aos documentos oficiais que se debruçam sobre a ESCCA, tampouco aos Planos nacionais que norteiam políticas de enfrentamento a essa violência.

Destacamos um aspecto evidenciado em relação às estratégias teórico-metodológicas elencadas pelos autores em seus manuscritos. A diversidade de concepções teóricas, já característica da ciência psicológica, também se reflete nas produções oriundas de profissionais e pesquisadores da área sobre a temática da ESCCA. Acreditamos que esse é um aspecto positivo, por possibilitar a diversidade de olhares cercando o fenômeno, ampliando o leque de percepções e compreensões acerca de como se dão as dinâmicas dessa violação de direitos. Destacamos a Psicologia Sócio-histórica (ou histórico-cultural) como perspectiva de visão de homem e mundo que apareceu com maior frequência dentre os manuscritos pesquisados. A diversidade também se reflete em relação às estratégias metodológicas que são usadas para circundar o fenômeno da ESCCA. Muitos são os procedimentos utilizados para acessar aos sujeitos e atingir os diversos objetivos das pesquisas, o que a nosso ver é também um aspecto positivo, porque apreende de muitas formas possíveis o fenômeno investigado.

Um aspecto importante refere-se a poucas discussões de cunho político e ideológico nas pesquisas que se propõe a investigar a ESCCA. De nosso ponto de vista é importante que se tenham claras noções de que ideologias estamos difundindo com nossas pesquisas. Sousa (2000) e Castro (2008) ainda atentam para o fato de que além de poucas discussões de cunho ideológico, os posicionamentos políticos em relação à infância e adolescência em muitos dos estudos não são claros, ou, colocam essa população num patamar de inatividade frente à suas ações e situações nas quais se encontram. Castro (2008) defende que a construção dos saberes no campo da infância e adolescência primem pela emancipação política dessa população, de forma que nossos saberes e ações incentivem o protagonismo desses sujeitos enquanto transformadores de

suas vidas e destinos. Essa reflexão se aplica perfeitamente ao campo de estudo da ESCCA.

Como anteriormente relatado, muitas outras possibilidades de discussão elencando as análises aqui realizadas sobre os manuscritos seriam possíveis. Entretanto, pelas limitações de tempo e prazo, escolhemos deixar essas análises para outro momento (produção de artigos). Contudo, ressaltamos isso por termos em mente da riqueza e complexidade das informações obtidas com essa pesquisa. De nosso ponto de vista, conseguimos alcançar os objetivos que nos propomos a realizar, e com isso, contribuir na qualidade do avanço do conhecimento produzido em psicologia sobre a ESCCA.

Ressaltamos a necessidade, sempre presente, da busca pela discussão epistemológica nos trabalhos e pesquisas que se dedicam à investigar temas referentes aos direitos humanos, como é o caso das várias abordagens à crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. É importante que os estudos se imbuam de um discurso político, e que se tenha em mente as diversas concepções ideológicas-políticas que circundam esses temas, para que se produzam discursos e práticas ideologicamente comprometidas com a emancipação humana, em especial das crianças e adolescentes (Castro, 2008). A politização de estudos que tem essa população como foco de suas investigações é algo urgente e necessário.

Esperamos que a feitura desse trabalho possa influenciar a realização de outros com uma perspectiva engajada política e epistemologicamente, para a construção de saberes e práticas emancipatórias no campo da infância e adolescência.

4. Referências

Agência de Notícias dos Direitos da Criança - ANDI (2003). *O grito dos inocentes – os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez.

Angelucci, C. B., Kalmus, J., Paparelli, R., & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 51-72.

Araújo, B. J. (1996). *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnóstico, políticas, perspectivas*. Brasil: São Paulo.

Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder*. São Paulo: Iglu Editora.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil (2000). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília: CONANDA: autores.

Brasil. (2006). *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil – Uma política em movimento* (Relatório de Monitoramento 2003-2005). Recuperado em 20 de Março, 2009, de http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/plano_nacional_enfrentamento.pdf

- Campos, H. R., Sousa, D. P. B. A., & Sousa, N. D. (2004). O adolescente em conflito com a lei no Brasil. In M. F. Armenta & V. C. Verdugo (Org.), *Delincuencia Juvenil: Aspectos sociales, jurídicos y psicológicos* (45-60). México: Conacyt.
- Castro, L. R. (2008). A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Revista de psicologia política*, 14(7), 1-19.
- Costa, O. F. (1997). *Os Conselhos da criança e do adolescente e a atuação da sociedade civil: limites e possibilidades*. Brasília: Autora.
- Constituição da República Federativa do Brasil* (1988, 5 de outubro). Brasília: Presidência da República.
- Contini, M. L. J. (2002). Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In: A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 295-311). São Paulo: Cortez.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Deslauriers, J. P., & Kérisit, M. (2008). O delineamento de pesquisa qualitativa. In J. Poupart, J. P. Deslauriers, L. H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 127-153). Petrópolis: Vozes.

Dos Santos, B. R. (2007). *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação*. Goiânia: Canône Editorial.

Dos Santos, B. R., Ipollito, R., & Neumann, R. (2004). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Declaración y programa de acción – Primero Congreso Mundial Contra La Explotación Sexual Comercial de los Niños. Estocolmo: Autores. Recuperado em 20 de Abril, 2009, de http://www.csecworldcongress.org/PDF/sp/Stockholm/Outome_documents/Stockholm%20Declaration%201996_SP.pdf .

Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus.

Faleiros, E. T. S. (2004). A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no mercado do sexo. In R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.), *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais* (pp. 73-98). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

Faleiros, V. P. (2005). *Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: MEC/SECAD.

- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade: Revista quadrimestral de Ciência da Educação*, 23(79), 257-272.
- Ferreira, A. B. H. (2001). *Mini Aurélio, Século XXI, Escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gomes, R. (1994). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80). São Paulo: Editora Vozes.
- Guzzo, R. S. L., Riello, I. C., Primi, R., Serrano, M., Ito, P. C. P., & Pinho, P. C. M. (2004). Temperamento: onze anos de levantamento no Psychological Abstracts. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 21(1), 25-32.
- Leal, M. L. P. (1999). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final*. Brasília: Cecria.
- Leal, M. L. P. (2008). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: uma análise do mercado e do consumo. In Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude – ABMP & Childhood Brasil – Instituto WCF Brasil (Orgs.), *Criança e Adolescente: direitos e sexualidades* (pp. 116-122). São Paulo: Autores.

Leal, M. L. P., & Leal, M. de F. P. (2002). *Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil*. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA.

Lei federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

Libório, R. M. C. (2004). Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.), *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais* (pp. 19-50). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Minayo, M. C. S. (1993). *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco.

Minayo, M. C. S. (2002). O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In M. F. Westphal (Org.), *Violência e criança* (pp. 95-113). São Paulo: Edusp.

Netto, J. P. (2008). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.

Nogueira Neto, W. (2005). Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Serviço Social e Sociedade*, 26(83), 05-29.

Pateman, C. (1988). *O contrato sexual*. Cidade do México: Antropos. Recuperado em 05 de Novembro, 2008, de <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=FtKTTkIlhQgC&oi=fnd&pg=PA3&dq=+Contrato+sexual&ots=F3MP26SNXP&sig=e96i9Ia0eJekwybHDndUxATI9a4#PPA17,M1>.

Rizzini, I. (1997). *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula.

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 (2006, 19 de abril). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA.

Rey, F. L. G. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (2009). Preparando um artigo científico. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio & S. H. Koller (Orgs.). *Publicar*

- em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 117-162). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Salomon, D. V. (1999). *Como fazer uma monografia*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Soares, L. T. (2002). *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez.
- Sousa, D. M. F. (2008). *Sexo não é brincadeira: o sentido de infância para adolescentes inseridas na exploração sexual comercial*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Sousa, S. M. G. (2000). *Prostituição Infantil e Juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Sousa, S. M. G. (2002). Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil. *Psicologia em Revista*, 8(11), 11-31.
- Sousa, S. M. G. (2004). A exploração sexual de crianças e adolescentes segundo os depoentes da CPI (1993-1994). In R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.), *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais* (pp. 201-234). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

Trzesniak, P., & Koller, S. H. (2009). A redação científica apresentada por editores. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp.19-34). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Vieira, E. (2000). Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In C. G. Mota (Org.), *Viagem incompleta: a grande transição. A experiência brasileira* (pp. 185-218). São Paulo: Senac.

World Health Organization (Organização Mundial de Saúde) (1999). *Child abuse & neglect*. Recuperado em 12 de novembro, 2008, de http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/neglect/en/

Apêndices

I

Referências bibliográficas relativas aos manuscritos constituintes do *corpus*

Manuscrito 1

Morais, N. A., Cerqueira-Santos, E., Moura, A. S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 23(3), 263-272.

Manuscrito 2

Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19(3), 379-386.

Manuscrito 3

Viodres Inoue, S. R., & Ristum, M. (2007). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de psicologia, Campinas*, 25(1), 11-21.

Manuscrito 4

Machado, M. N. M., & Silva, J. C. C. (2007). Impasses na prevenção de exploração sexual: imagens do trabalho infantil. *Aletheia*, 25(1), 49-65.

Manuscrito 5

Mascarenhas, L. B., Cardoso, F. L., Rocha, G. & Machado M. N. M. (2006). Violência e medo permeando a exploração sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia em revista*, 12(20), 193-213.

Manuscrito 6

Machado, M. N. M. (2006). A fofoca, o estigma e o silêncio: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 58(2), 02-10.

Manuscrito 7

Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 413-420.

Manuscrito 8

Rodrigues, A. P. P. (2004). “*Fazendo ponto*”: trajetória de adolescentes em situação de exploração sexual em Lages – SC. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

Manuscrito 9

Libório, R. M. C. (2003). *Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

Manuscrito 10

Landini, T. S. (2006). Violência sexual contra crianças mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, 26, 225-252.

Manuscrito 11

Rocha, F. H. (2001). A prostituição infanto-juvenil sob o primas do mal-estar e da subjetividade. *Revista mal-estar e Subjetividade*, 1(1), 106-123.

Manuscrito 12

Sousa, S. M. G. (2000). *Prostituição Infantil e Juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Manuscrito 13

Prado, S. F. (2006). *Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.

Manuscrito 14

Marques, M. S. (2006). *A escuta ao abuso sexual: o psicólogo e o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente sob visão da psicanálise*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Manuscrito 15

Eloy, C. B. (2007). *A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista.

Manuscrito 16

Borges, J. L. (2007). *Abuso sexual infantil: conseqüências cognitivas e emocionais*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Manuscrito 17

Rocha, L. F. (2006). *Ataque sexual infanto-juvenil doméstico: da revelação à responsabilização criminal do agressor*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista.

Manuscrito 18

Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Manuscrito 19

Pisa, O. (2006). *Psicologia do testemunho: o risco na inquirição de crianças*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Manuscrito 20

Vicentin, S. C. (2007). *Percepções de mães e crianças das relações familiares permeadas por violência sexual do pai contra a filha: análise de variáveis*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista.

Manuscrito 21

Faria, F. S. (2005). *Violência sexual Familiar: significados da experiência vivida por duas crianças de 7 anos*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Goiás.

Manuscrito 22

Teixeira, L. C. (2003). *O outro lado do espelho: a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Manuscrito 23

Molina, A. M. R. (2003). *‘É indecente. É maravilhoso...’: trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo as participantes*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

Manuscrito 24

Toledo, M. A. M. S. (2003). *Um estudo acerca de crianças vítimas de violência em uma instituição de atendimento em Campo Grande – MS*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Dom Bosco.

Manuscrito 25

Sousa, S. M. G. (2002). Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil. *Psicologia em revista*, 8(11), 11-31.

II

Esse anexo refere-se ao quadro com informações dos manuscritos que haviam sido incluídos na pesquisa depois de algumas etapas de filtragem (leitura de títulos, resumos e origem da publicação), e que, quando da leitura de seu texto na íntegra, foram excluídos por não se enquadrarem nos objetivos da pesquisa.

No quadro temos informações do manuscrito (seu título e a palavra-chave pela qual ele foi recuperado), além de trechos que demonstram porque havia sido incluído na pesquisa anteriormente (indicadores de inclusão inicial), como também de trechos do manuscrito que justificam sua exclusão, após leitura na íntegra (indicadores de exclusão posterior).

Ao todo, são 21 manuscritos que foram inicialmente incluídos, e posteriormente excluídos. A exclusão desses manuscritos não comprometeu nem o andamento nem a qualificação da dissertação, tendo em vista que partimos de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, em que mais importante que a quantidade de material para se analisar, é o conteúdo e a qualidade desse o nosso foco e preocupação.

Vamos aos manuscritos excluídos:

Quadro 4

Informações sobre os manuscritos excluídos do corpus de análise

Manuscrito (título e palavra-chave)	Indicadores de inclusão inicial	Indicadores de exclusão posterior
003 – Abuso sexual VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA	“Trata-se de relato de experiência de supervisão e atendimento de famílias que sofreram violência intrafamiliar, encaminhadas para atendimento psicológico após denúncia ou suspeita de abuso sexual infantil cometido por parentes próximos.” (p. 3) “Introduz a perspectiva de gênero, fator historicamente preponderante na construção de relações de violência e dominação-exploração dentro da família.” (p. 3)	“O abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração” (p. 5)

004- Abuso sexual “CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE ENTRE ADOLESCENTES COM E SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA SEXUAL”	“Os objetivos deste estudo consistiram em: verificar as concepções de sexualidade de adolescentes que passaram por violência sexual comparando as que não passaram e avaliar se os dois grupos de adolescentes (vítimas e não vítimas) diferiam quanto aos escores no Inventário de Depressão” (p. 229)	“Finalmente, o abuso sexual pode ser compreendido como uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto mais velho, baseado em uma relação de poder (...)” (p. 229)
006- Abuso sexual O Círculo Vicioso da Violência Sexual: Do Ofendido ao Ofensor	“O presente trabalho discute o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, pondo em foco o autor do ato.” (p. 673)	“Dessa forma, entende-se por abuso sexual qualquer relacionamento interpessoal no qual o ato sexual seja veiculado sem o consentimento da outra pessoa, ocorrendo com ou sem violência, seja esta física e/ou psicológica” (p. 674)
007- Abuso sexual A violência sexual em nossos dias: questões para a psicanálise	“O presente texto analisa o tema do abuso sexual buscando trazer, inicialmente, as contribuições teóricas de Freud e de Lacan.”	“Nesse momento introdutório, considerava que os sintomas histéricos eram diretamente causados por abusos sexuais que os sujeitos haviam sofrido em sua primeira infância, os quais teriam sido perpetrados por adultos ou crianças mais velhas, mais freqüentemente, pelo pai.”
012- Abuso sexual intrafamiliar Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência	“Esta pesquisa teve como objetivo descrever o perfil das famílias envolvidas nas denúncias feitas ao programa SOS Criança de Curitiba entre os anos de 1995 e 2000. As pesquisadoras examinaram o conteúdo de 400 documentos, que continham o registro de crianças e adolescentes (entre 0 e 18 anos) vítimas de maus-tratos.” (p. 163) Palavra-chave: violência doméstica contra a criança (p. 163)	“Entende-se maus-tratos como negligência (abandono e o não-oferecimento de necessidades básicas da criança) ou abuso físico, emocional ou sexual.” (p. 163)
013- Abuso sexual na infância No reino das espertezas: uma luz clareia o estranho revelador das fragmentações. Um estudo centrado na violência e abuso sexual na infância	“Esta tese pretende contribuir para elucidar alguns conceitos que envolvem a violência e o abuso sexual contra crianças” (p. IX) Palavra-chave: violência e abuso sexual contra crianças (p. IX)	“O abuso sexual contra as crianças e a violência são traumáticos e que elas depois não esquecem e que essa violência pode ser a verdadeira causa de um grande número de sofrimentos e descaminhos do ser humano” (pp. 25-26)
018 - Agressão sexual Atenção psicossocial à mulher e criança vitimizada: uma experiência.	Palavras-chave: Abuso; Violência Resumo sem indicadores para inclusão do artigo no <i>corpus</i> de análise.	“Azevedo (1989) faz uma revisão a respeito dos possíveis efeitos do abuso sexual e físico” “(...) instituiu-se o grupo de trabalho, que recebeu o nome de GEAVIDAS – Grupo de Estudos e Atenção à Violência Doméstica e Agressão Sexual - com objetivo de planejamento das ações para a viabilização de uma assistência efetiva e eficaz às vítimas de

		violência doméstica e abuso sexual no município de Ribeirão Preto”
022- Crime sexual “AS MULHERES DE MISAEL” – CORRUPÇÃO DE MENORES, ATENTADOS AO PUDOR E ATOS LIBIDINOSOS NA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, 1871 A 1942	“O artigo tem por objetivo estudar processos criminais e inquéritos policiais de corrupção de menores, atentado ao pudor e atos libidinosos na comarca de Ribeirão Preto, ocorridos entre 1871 e 1942. Estes foram escolhidos por serem um recorte de outra pesquisa mais ampla sobre crimes sexuais no mesmo período (crimes sexuais e suas relações com a prática de casamento no Brasil)” (p. 147)	“O crime de Estupro era regulamentado por dois artigos (268 e 269) que o definiam como: a) ato sexual cometido com abuso de violência (...)” (p. 157)
025 – Estatuto da criança e do adolescente ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE	“No entanto, a realidade de transgressão a esse direito atinge uma parcela significativa de crianças, que têm seu cotidiano permeado por variadas formas de violência. Com o objetivo de formar profissionais em educação para atuar na defesa dos direitos desses sujeitos a SECAD/MEC, implantou o Projeto Escola que Protege (...)” (p. 243)	“Trata-se do primeiro estudo com essa abrangência e dimensão realizado até então, e teve como objetivo traçar um panorama detalhado sobre a natureza, o alcance e as causas da violência contra crianças e adolescentes (...)”
027 – Estupro MULHERES VÍTIMAS DE ESTUPRO: CONTEXTO E ENFRENTAMENTO DESSA REALIDADE	Resumo sem indicadores para inclusão do artigo no <i>corpus</i> de análise. “PALAVRAS-CHAVE: estupro; violência;” (p. 80)	“O trabalho ora desenvolvido analisa o contexto no qual ocorreu o estupro e o enfrentamento dessa realidade em um grupo de mulheres tendidas em um hospital público de Fortaleza e objetiva, também, descrever o comportamento do estuprador a partir da percepção da vítima.” (p. 80)
032 – Exploração sexual A BELA ADORMECIDA: ESTUDO COM PROFISSIONAIS DO SEXO QUE ATENDEM À CLASSE MÉDIA ALTA E ALTA NA CIDADE DE GOIÂNIA	“Esse estudo propõe-se a fazer uma pesquisa exploratória entre profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia.” (p. 69)	“Foram entrevistadas quatro mulheres entre 18 e 30 anos” (p. 72)
035 – Fantasia sexual HISTERIA, TRAUMA E SEDUÇÃO: “O QUE LHE FIZERAM POBRE CRIANÇA” (UM FREUD COVARDE?)	“Seguidores propõem a volta dessa teoria, denunciando o abuso infantil, e acusam Freud de covarde e ambicioso.” (p. 122) “Palavra-chave: abuso sexual” (p. 122)	“Assim, iremos apresentar um pouco do percurso da teoria do trauma de sedução em Freud, o suposto abandono dessa teoria, as causas, “a verdade”, os que defendem Freud, seus opositores e, finalmente, o possível legado de Freud. Este trabalho é parte de pesquisa mais ampla sobre A histeria e teve como fonte artigos indexados nos bancos de dados da Associação Americana de Psicologia (A.P.A.) – PsycInfo” (p. 123)
040 – Perversão sexual AGRESSORES	Palavras-chave: Agressores sexuais; perversão sexual (p. 47)	“Nossa reflexão interroga a exequibilidade de um tratamento

SEXUAIS. É POSSÍVEL UM TRATAMENTO PSICANALÍTICO SOB PRESCRIÇÃO JUDICIAL?	Resumo sem indicadores para inclusão do artigo no <i>corpus</i> de análise.	psicoterápico destinado aos agressores sexuais em ambiente carcerário, interpellando ao mesmo tempo o valor de uma terapia imposta, sustentada por uma lógica de normalização, de efeitos enganadores.” (p. 48)
043 – Práticas sexuais OFICINAS SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	“Este artigo apresenta o relato de experiência de estágio em psicologia, o qual versava sobre o oferecimento de oficinas abordando a sexualidade na adolescência. Tais oficinas tinham o objetivo de fornecer informações, além de promover discussão e reflexão sobre alguns aspectos envolvidos na sexualidade (...)”	Quanto ao processo de elaboração das oficinas, constituíram objetivos deste trabalho: a) possibilitar a elaboração de um espaço reservado para o questionamento de aspectos referentes à adolescência trazidos pelos jovens e a socialização de experiências; b) favorecer a adoção de práticas de comportamento preventivo atreladas ao início da atividade sexual, como condição para promoção da saúde sexual e reprodutiva e usufruto do prazer sexual; c) problematizar a noção de responsabilidade associada ao relacionamento sexual.
044 – Práticas sexuais SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE JOVENS HOMENS	“Este artigo tem como objetivo discutir as práticas sexuais e alguns valores a elas associados por estudantes do sexo masculino de ensino médio, entre 15 e 19 anos, em Florianópolis/SC.” (p. 109)	“O objetivo geral da pesquisa, e do próprio artigo, é estudar as práticas sexuais que adolescentes do sexo masculino de duas camadas sociais distintas, e moradores do município de Florianópolis, desenvolvem sobre a sexualidade”. (p. 112)
048 – Relação sexual AS TEORIAS SEXUAIS INFANTIS NA ATUALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES	“Palavras-chave: sexualidade infantil” (p. 73) Resumo sem indicadores para inclusão do artigo no <i>corpus</i> de análise.	“A sexualidade proposta por Freud é uma sexualidade ampliada e radicalmente diferente da concepção naturalista predominante no final do século XIX, quando a normalidade sexual era definida pela sexualidade adulta e a consumação do ato sexual referida a fins de reprodução. A masturbação infantil, a simples busca do prazer sexual, ou ainda a impossibilidade do ato sexual (como em alguns casos de impotência) eram consideradas condutas anormais (perversas) ou sinais de degenerescência.” (p. 74)
049 – Relação sexual ADOLESCÊNCIA, SEXUALIDADE E MÍDIA: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL	“Este trabalho teve como objetivo identificar a produção existente acerca dos temas adolescência, sexualidade e mídia. Para tanto foram realizados levantamentos em bases de dados internacionais e nacionais, utilizando termos descritores relacionados ao assunto. Nas referências encontradas foram identificados os temas mais investigados por seus autores, estando entre eles: papel informativo da mídia, o conteúdo sexual	“Categorias temáticas e aspectos metodológicos: • Influência da mídia na sexualidade do adolescente; • Mídia como veículo de informação sobre sexualidade para adolescentes; • Como a mídia aborda questões relacionadas à sexualidade; • Adolescentes utilizando a mídia; • Revisão da literatura.” (pp. 287-290).

	veiculado pela mídia, sua influência na sexualidade do adolescente e relação entre mídia e a preservação do paradigma dominante” (p. 285)	
138 – Estupro Significados das figuras parentais, feminina, do outro e com a própria sexualidade vivenciados por detentos condenados por estupro de crianças	“Os crimes de violência sexual, nas suas diversas modalidades, têm aumentado em proporções alarmantes nas sociedades de todas as partes do mundo. Esse fato tem motivado numerosos estudos empíricos e teóricos no campo das Ciências Humanas: Sociologia, Direito e, sobretudo, Psicologia. O presente estudo tem como objetivo uma exploração fenomenológica dos significados vivenciados com as figuras parentais, feminina, do outro e da sexualidade, que poderiam estar subjacentes à conduta de três detentos da Agência do Sistema Prisional de Rio Verde – Go, condenados por estupro.” (p. 76)	“A experiência profissional de atendimento clínico de Psicologia, tanto em consultório particular quanto em instituições, à crianças e adultos vítimas de abuso sexual infantil, indicou-me que tal prática não faz distinção de classe econômica, social ou de raça.” (p. 78)
262 - Abusador A CRIANÇA NA PERSPECTIVA DO ABUSADOR SEXUAL	“O objetivo deste estudo foi investigar as relações de abusadores sexuais com crianças ao longo de suas vidas, de modo a obter sua visão sobre as crianças.” (p. 8)	“Abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade” (p. 22)
267 – Abuso sexual Entre o público e o privado: Abuso sexual, família e rede de atendimento	“Este trabalho investigou o abuso sexual, a partir de uma revisão de literatura e três estudos empíricos. No primeiro estudo empírico, realizou-se um levantamento quantitativo de fichas de atendimento em um centro de referência em violência sexual.” (p. 10)	“As definições de abuso sexual incluem atos e jogos sexuais, relações hetero ou homossexuais, desenvolvimento adiantado do abusador em relação à vítima e a não compreensão e consentimento desta última.” (p. 18)

Anexos

I

Vocabulário Básico da Área de Vitimização Sexual de Crianças e Adolescentes, segundo Faleiros (2000, p. 49-52).

- | | |
|--|--|
| 1. Abusador | 39. Concorrência |
| 2. Abuso sexual | 40. Confinamento |
| 3. Abuso sexual doméstico | 41. Consentimento |
| 4. Abuso sexual extrafamiliar | 42. Consumidor |
| 5. Abuso sexual incestuoso | 43. Consumo |
| 6. Abuso sexual intergeracional | 44. Contrato de trabalho |
| 7. Abuso sexual intrafamiliar | 45. Controle |
| 8. Abuso sexual sensorial | 46. Cooptação |
| 9. Abuso sexual verbal | 47. Corpo |
| 10. Abuso violador (estrupe) | 48. Cotação de mercado |
| 11. Acordo comercial | 49. Crime sexual |
| 12. Adolescente em situação de prostituição. | 50. Demanda |
| 13. Adolescente prostituído (a) | 51. Direito (trabalhistas e previdenciários) |
| 14. Adolescente prostituto (a) | 52. Direitos |
| 15. Agressão físicas | 53. Dívida |
| 16. Agressão sexual | 54. Dominação |
| 17. Agressor | 55. Educação sexual |
| 18. Aliciador | 56. Empresa |
| 19. Aliciamento | 57. Empresa capitalista |
| 20. Ameaça | 58. Empresário |
| 21. Assédio sexual | 59. Encargos sociais |
| 22. Atentado violento ao pudor | 60. Erotismo |
| 23. Ato sexual | 61. Especialização da mão-de-obra |
| 24. Atributos físicos | 62. Esquemas de “amaciamento” |
| 25. Autonomia | 63. Estatuto da Criança e do Adolescente |
| 26. Avaliação de desempenho | 64. Estupro |
| 27. Cafetina | 65. Excitação |
| 28. Capacitação da mão-de-obra | 66. Exibicionismo |
| 29. Capital imobilizado | 67. Exploração |
| 30. Captura | 68. Exploração sexual |
| 31. Cárcere privado | 69. Explorador |
| 32. Carteira profissional | 70. Extermínio |
| 33. Castigos físicos | 71. Fantasia sexual |
| 34. Chantagem | 72. Fantasmas sexuais |
| 35. Cinematografia | 73. Fetichismo |
| 36. Coação | 74. Filme Pornográfico |
| 37. Comércio sexual | 75. Foto pornográfica |
| 38. Compulsão sexual | |

76. Fotografia
77. Fuga
78. Garota(o) de programa
79. Gerenciamento
80. Gigolô
81. Globalização
82. Gozo sexual
83. Incesto
84. Incitação
85. Indução
86. Indústria pornográfica
87. Informática
88. Intermediário
89. Intermediários (funções diversas)
90. Jogo sexual exploratório
91. Legislação
92. Leilão de virgens
93. Leis do mercado
94. Liberalização sexual
95. Liberdade vigiada
96. Libido
97. Lucro
98. Manipulação
99. Marketing
100. Masturbação
101. Maus tratos
102. Mercado clandestino
103. Mercado consumidor
104. Mercado do sexo
105. Mercado florescente
106. Mercado informal
107. Mercado livre
108. Mercado paralelo
109. Mercadoria
110. Michê
111. Molestador
112. Necrofilia
113. Negociação
114. Oferta
115. Opressão
116. Organização
117. Oscilações de mercado
118. Pacto de silêncio
119. Padrão de qualidade
120. Parafilia
121. Passe
122. Pedofilia
123. Pedófilo
124. Penetração (vaginal, anal)
125. Perversão sexual
126. Poder
127. Pornografia
128. Pornoturismo
129. Práticas sexuais
130. Prazer sexual
131. Preço
132. Prestação de serviços sexuais
133. Prisão
134. Produção de serviços sexuais
135. Produtividade
136. Produto subjetivo
137. Programa
138. Proposta de trabalho
139. Proprietário
140. Prostíbulo
141. Prostituição infanto-juvenil
142. Prostituto(a)/ prostituído(a)
143. Proxenetismo
144. Publicidade
145. Pulsão sexual
146. Punições
147. Ramo de negócio ilegal
148. Ramo de negócio legal
149. Rapto
150. Reciclagem da mão-de-obra
151. Redes
152. Redes de exploração sexual
153. Relação forçada
154. Relação sexual
155. Remuneração
156. Renovação de estoque
157. Repressão
158. Revista pornográfica
159. Rotatividade
160. Rufianismo
161. Sadismo
162. Salário
163. Sedução
164. Segredo
165. Segredo familiar
166. Seleção da mão-de-obra
167. Sensualidade
168. Sevícia
169. Sexo
170. Sexoturismo
171. Sexualidade
172. Subordinação
173. Tabu sexual
174. Toque
175. Trabalho assalariado

- 176. Trabalho escravo
- 177. Trabalho formal
- 178. Tráfico
- 179. Troca
- 180. Turismo sexual
- 181. Usuário
- 182. Valor de troca
- 183. Valor de uso
- 184. Venda
- 185. Vídeo pornográfico
- 186. Violada
- 187. Violência
- 188. Violência sexual
- 189. Virgem
- 190. Virgindade
- 191. Vítima
- 192. Vitimização sexual doméstica
- 193. Vitimizada
- 194. Voyeurismo

II

Lista das palavras-chave utilizadas para busca de teses, dissertações e artigos, baseada em Faleiros (2000).

1. Abusador
2. Abuso sexual
3. Abuso sexual doméstico
4. Abuso sexual extrafamiliar
5. Abuso sexual incestuoso
6. Abuso sexual intergeracional
7. Abuso sexual intrafamiliar
8. Abuso sexual sensorial
9. Abuso sexual verbal
10. Abuso sexual na infância
11. Abuso sexual infantil
12. Abuso violador (estupro)
13. Adolescente em situação de prostituição
14. Adolescente prostituído (a)
15. Adolescente prostituto (a)
16. Agressão sexual
17. Aliciamento
18. Assédio sexual
19. Atentado violento ao pudor
20. Cafetina
21. Comércio sexual
22. Compulsão sexual
23. Cooptação
24. Crime sexual
25. Educação sexual
26. Erotismo
27. Esquemas de “amaciamento”
28. Estatuto da Criança e do Adolescente
29. Estupro
30. Exibicionismo
31. Exploração sexual
32. Fantasia sexual
33. Fantasmas sexuais
34. Fetichismo
35. Filme Pornográfico
36. Foto pornográfica
37. Garota(o) de programa

38. Gigolô
39. Gozo sexual
40. Incesto
41. Indústria pornográfica
42. Jogo sexual exploratório
43. Leilão de virgens
44. Liberalização sexual
45. Masturbação
46. Mercado do sexo
47. Mercado florescente
48. Michê
49. Molestador
50. Pacto de silêncio
51. Parafilia
52. Pedofilia
53. Pedófilo
54. Penetração (vaginal, anal)
55. Perversão sexual
56. Pornografia
57. Pornoturismo
58. Práticas sexuais
59. Prazer sexual
60. Prestação de serviços sexuais
61. Produção de serviços sexuais
62. Prostíbulo
63. Prostituição infanto-juvenil
64. Prostituto(a)/ prostituído(a)
65. Proxenetismo
66. Redes de exploração sexual
67. Relação forçada
68. Relação sexual
69. Rufianismo
70. Sadismo
71. Sedução
72. Sevícia
73. Sexoturismo
74. Sexualidade
75. Tabu sexual

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)